



# DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2002

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Ascenso Luís Seixas Simões  
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da moção de rejeição n.º 1/IX (BE), relativa ao Programa do Governo.

A Câmara aprovou um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes relativo à substituição de um Deputado do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso) procedeu à apresentação do Programa do XV Governo Constitucional, tendo, de seguida, respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS) — que também exerceu o direito de defesa da honra da bancada —, Telmo Correia (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP), Francisco Louçã (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Guilherme Silva (PSD), Vicente Jorge Silva (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), João Cravinho (PS), Diogo Feio (CDS-PP), Lino de Carvalho (PCP), Luis Marques Guedes (PSD), Manuel Maria Carrilho (PS), Jorge Neto (PSD) e José Sócrates (PS).

Entretanto, deu-se conta da apresentação da moção de rejeição n.º 2/IX (PCP), relativa ao Programa do Governo.

O Sr. Deputado António Costa (PS) interpelou a Mesa sobre uma questão formal relativa aos tempos de intervenção do Governo, a propósito do que usaram também da palavra, além do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes), os Srs. Deputados Guilherme Silva (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP).

Seguiu-se o debate do Programa do XV Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite) e do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas), os Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), Francisco Louçã (BE), Lino de Carvalho (PCP), Joel Hasse Ferreira (PS), Tavares Moreira (PSD), Eduardo Cabrita (PS), Diogo Feio (CDS-PP), Afonso Candal e António Costa (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Luis Fazenda (BE), António Filipe (PCP), Correia de Jesus (PSD), Miranda Calha (PS), Isabel Castro (Os Verdes) e Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Alfredo Delgado da Silva Preto  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Fernando de Pina Marques  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Joaquim Almeida Henriques  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Arménio dos Santos  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Jorge Martins Pereira  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Carlos Parente Antunes  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
 Eduardo Artur Neves Moreira  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Mimoso Negrão  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis  
 Gustavo da Silva Duarte  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira  
 José António Bessa Guerra  
 José António de Sousa e Silva  
 José Luís Ribeiro dos Santos  
 José Manuel Alvares da Costa e Oliveira  
 José Manuel Carvalho Cordeiro  
 José Manuel de Lemos Pavão  
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
 José Manuel Pereira da Costa  
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
 Luís António Damásio Capoulas  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Dias Loureiro  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Marco António Ribeiro Santos Costa  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria Aurora Moura Vieira  
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado  
 Maria Graça Ferreira Proença Carvalho  
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa da Silva Moraes  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro do O Barradas de Oliveira Ramos  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Sérgio André da Costa Vieira  
 Vasco Manuel Henriques Cunha  
 Victor do Couto Cruz  
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Arons Braga de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira  
 António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António José Martins Seguro  
 António Luis Santos da Costa  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Ascenso Luís Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Carlos Manuel Luis  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela

Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Fernando Ribeiro Moniz  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
 Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca  
 Jaime José Matos da Gama  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Barroso Soares  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Apolinário Nunes Portada  
 José Augusto Clemente de Carvalho  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José da Conceição Saraiva  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Leilo Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luis Alberto da Silva Miranda  
 Luis Manuel Capoulas Santos  
 Luis Manuel Carvalho Carito  
 Luisa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Nelson da Cunha Correia  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo José Fernandes Pedroso  
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Valter Victorino Lemos  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Rodrigo Pinho de Almeida  
 Luís José Vieira Duque  
 Mário de Almeida Cambra  
 Narana Sinai Coissoró  
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luisa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos

#### Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Com algum atraso relativamente ao meu desejo — mas, enfim, o Governo é novo —, vamos iniciar a nossa sessão de trabalhos, que tem como ordem do dia a apreciação do Programa do XV Governo Constitucional. É o acto primacial da IX Legislatura investir o Governo que foi nomeado pelo Sr. Presidente da República, no seguimento das eleições legislativas e nos termos previstos na Constituição.

Quero, neste primeiro momento, saudar o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Ministros e as Sr.ª Ministras e os outros membros do Governo presentes. Desejo-lhes as maiores felicidades no desempenho das suas funções e estou certo de que o debate de hoje será esclarecedor sobre os objectivos que o Governo definiu para o seu Programa.

O nosso debate será realizado conforme expõe o Regimento e as regras integradoras que foram acordadas em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Na parte da manhã, o Sr. Primeiro-Ministro procederá à apresentação do Programa do Governo, seguindo-se um período de pedidos de esclarecimento, cujos tempos estão definidos e constam dos painéis electrónicos. A ordem

desses pedidos de esclarecimento a formular ao Sr. Primeiro-Ministro foi também estabelecida na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e está impressa no *Boletim Informativo*.

Srs. Deputados, entretanto, o Sr. Secretário da Mesa vai dar conta do expediente e de um relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, do expediente consta apenas a apresentação da moção de rejeição n.º 1/IX (BE), relativa ao Programa do Governo, que foi admitida pelo Sr. Presidente.

De seguida, passo a ler o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

1 — Em reunião da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, realizada no dia 16 de Abril de 2002, pelas 15 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de Deputado:

Substituição nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea j), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), com início em 11 de Abril corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — João Pedro Saldanha Serra (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, para proceder à apresentação do Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Nesta minha primeira intervenção perante o Parlamento na sua nova composição, composição essa que reflecte a vontade de mudança que os portugueses quiseram exprimir no passado dia 17 de Março, desejo saudar o Sr. Presidente da Assembleia da República, cumprimentar todos os Srs. Deputados e assumir, perante esta Câmara e perante o País, dois compromissos. O primeiro, em nome do Governo que chefeio, para afirmar a disponibilidade de uma cooperação aberta e leal com a Assembleia da República e com todos os Srs. Deputados. É um dever que cumprimos com a máxima convicção porque ele representa um imperativo democrático e uma obrigação para com os nossos compatriotas; o segundo compromisso para dizer que aqui virei todos os meses, repito, todos os meses, sem exceções nem interrupções, para debater com o Parlamento as mais relevantes questões de interesse nacional. Não haverá meses em que há debate porque convém ao Primeiro-Ministro e

meses em que o debate não se realizará porque simplesmente não dá jeito ao Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos acabar com as soluções de conveniência. A regra é a convicção, nunca a mera oportunidade ou o próprio interesse. A minha convicção é que o debate é sempre importante, porque o debate é mesmo a essência da democracia. Por mim, não fugirei nunca aos debates no Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Faz hoje precisamente um mês que se realizaram as eleições. Foi preciso um mês até chegarmos ao início do debate do Programa do Governo. Ninguém comprehende que, realizadas novas eleições, seja preciso um mês para o Governo eleito poder começar a governar. Mais ainda: há quatro meses que o nosso País não é governado, porque há quatro meses Portugal entrou em crise política.

Tudo isto é tempo demais. Tudo isto representa um prejuízo grande para Portugal. Esta situação não é normal na Europa e também não é aceitável no nosso país. Temos pressa porque os portugueses têm pressa.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que, se for essa a sua vontade, aproveitem a próxima revisão da Constituição para tomar a decisão que se impõe: encurtar os prazos eleitorais e diminuir o tempo necessário para a formação dos governos. É um serviço à democracia e uma obrigação que todos temos para com Portugal e para com os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história democrática. Vivemos uma crise de confiança, uma crise de valores, uma crise de autoridade e uma gravíssima crise orçamental e financeira.

Durante anos, o País andou a viver acima das suas possibilidades, gastou o que tinha e também o que não tinha, porque o governo prometeu tudo a todos, sem regra e sem critério.

Essa irresponsabilidade terminou quando o anterior governo, apercebendo-se da encruzilhada e do pântano em que havia mergulhado o País, decidiu, a meio da legislatura, «abandonar o barco» e fugir às suas responsabilidades.

Hoje, sem disfarces de qualquer espécie, a realidade aparece bem difícil e a factura é mesmo muito pesada.

O governo anterior previa para o ano passado um défice do Orçamento do Estado de 1,1% do Produto Interno Bruto. Embora ainda não se saiba o valor do défice real apurado — caso único, aliás, na Europa em que nos integramos —, uma coisa se sabe já: esse défice não andará longe do triplo do valor inicialmente previsto. De qualquer modo, e para que não haja a este respeito quaisquer dúvidas, tomei a iniciativa de criar uma comissão, presidida pelo Banco de Portugal, dando, pois, todas as garantias de independência e isenção, para determinar aquilo que o anterior governo não foi capaz de determinar, isto é, o verdadeiro estado das contas públicas no nosso país.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas uma conclusão se pode retirar desde já: em 2001, gastaram-se pelo menos 425 milhões de contos acima do que se havia estabelecido poder gastar; 425 milhões de

contos que o País não tinha, 425 milhões de contos que significam maior endividamento para o Estado, mais encargos para os portugueses.

Os portugueses devem saber que mais 425 milhões de contos de défice — défice resultante de clientelas, incompetência e má gestão — seriam o suficiente para construir cerca de 50 novos hospitais de média dimensão, mais de 3000 novas escolas ou centros de saúde, mais de 1600 km de novas estradas e daria para realojar em novas habitações mais de 40 000 famílias carenciadas.

É esta, quer se queira quer não, a dura realidade dos factos. Uma realidade que ameaça o não cumprimento das nossas obrigações dentro da União Europeia, que sobretudo empobrece o País e não permite a satisfação imediata dos legítimos anseios sociais dos portugueses.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se a situação de 2001 é má, o cenário deste ano é ainda pior. A execução orçamental relativa aos três primeiros meses de 2002 não deixa qualquer margem para dúvidas: segundo a previsão do governo anterior, a receita fiscal deveria crescer este ano 6%. A verdade é que está a crescer apenas 2,2 %, menos de metade daquilo que o anterior governo prometia; segundo a previsão do governo anterior, as despesas com o pessoal deviam crescer menos de 4% que no ano passado. A verdade é que estão a crescer cerca de 12%, quatro vezes acima do que o anterior governo dizia; a diferença entre receita e despesa sem juros (o chamado saldo primário), no primeiro trimestre do ano passado, era de mais de 16 milhões de contos como saldo positivo. A mesma diferença, no mesmo trimestre deste ano, é de menos 117 milhões de contos. Ou seja, um saldo acentuadamente negativo.

Se não fossem tomadas novas medidas de controlo da situação e esta evolução viesse a manter-se, o défice do Orçamento, no final do ano, nunca seria inferior a 4,5% do Produto Interno Bruto. Um valor absolutamente intolerável. Não se trata de números frios ou abstractos, são números que têm consequências concretas e graves na vida das pessoas, são números que se não forem rapidamente corrigidos colocam Portugal fora do projecto da moeda única, fora do projecto europeu que Portugal decidiu abraçar.

Mais défice do Orçamento do Estado representa maior endividamento. Mais despesa corrente do Estado é menos investimento em obras para as populações e em benefícios sociais para as pessoas. Desequilíbrio orçamental significa menor poder de compra dos salários e das pensões e vida mais difícil para as empresas, perda de credibilidade de Portugal na Europa e junto dos investidores nacionais e estrangeiros.

Para quem no governo que nos antecedeu afirmava, e ainda afirma, alto e a bom som, que o descontrolo de 2001 tinha sido uma excepção e que em 2002 as contas estavam todas em ordem, estes números, objectivos, oficiais e verdadeiros, confirmam, infelizmente, a pior das realidades. O descontrolo das contas públicas é total e brada aos céus a irresponsabilidade da gestão financeira e orçamental que vinha a ser praticada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Poucas vezes em Portugal um governo terá deixado a outro uma herança tão pesada e tão difícil.

*Risos do PS.*

Se o digo, com a dureza dos números e com a frontalidade da sua consequência na vida das famílias e das empresas portuguesas, não é para encontrar desculpas ou alibis para a governação futura. Nós não fugiremos nunca à responsabilidade de tomar as decisões difíceis que se impõe tomar. Mas uma coisa posso garantir: não deixaremos de responsabilizar aqueles que nos conduziram a esta situação; têm rosto, têm partido, são conhecidos e a sua política é responsável pelo desastre nacional que vamos ter de inverter.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Só com base na verdade podemos inverter a situação.

Quando chamamos a atenção do País para esta situação não o fazemos por qualquer razão de mera disputa política. A campanha eleitoral já terminou, já se sabe quem ganhou, já se sabe quem perdeu. O que interessa agora não é fazer campanha eleitoral.

Gostaria, isso sim, de vos trazer aqui boas notícias — qualquer governo gosta de trazer boas notícias —, mas considero que é indispensável conhecer-se com verdade a situação.

A verdade é, sim, necessária para que os portugueses conheçam com objectividade a situação em que o País se encontra e entendam que se há sacrifícios a fazer — e há, certamente! — eles têm esta dupla explicação: primeiro, o legado recebido não deixa alternativa de decisão e, sobretudo, não permite mais adiamentos; segundo, os esforços a pedir hoje aos portugueses visam colocar ordem nas finanças do Estado para construir um progresso sólido, seguro e sustentado para todos, sobretudo para os mais desfavorecidos.

Feita a «radiografia» da crise, importa decidir.

Na primeira semana de Maio, o Conselho de Ministros vai aprovar uma proposta de orçamento rectificativo para 2002, sobretudo virado para a redução da despesa pública e para o «emagrecimento» do Estado.

Quero aqui anunciar, desde já, as principais linhas orientadoras da política a seguir.

Em primeiro lugar, a extinção e fusão de organismos, serviços e institutos públicos que não têm justificação económica ou social.

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!*

O Orador: — Nesta primeira fase, serão cerca de 20 os serviços ou institutos a extinguir ou a serem fundidos, designadamente nas áreas das obras públicas, habitação, segurança social, agricultura, pescas, cultura, desporto e no sector do combate à droga.

O Governo já deu o exemplo de «emagrecimento». É o Governo mais pequeno de todos os que se constituíram desde a adesão de Portugal à União Europeia. A simples redução do número de gabinetes ministeriais levou, desde já, à poupança de mais de 2 milhões de contos por ano.

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

O Orador: — É tempo, agora que o Governo deu o exemplo, a curtíssimo prazo, de ser o Estado a «emagrecer».

Em segundo lugar, procederemos à extinção de todos os serviços que têm a categoria de institutos apenas com o objectivo de pagarem melhores vencimentos do que

aqueles que são pagos aos funcionários públicos da Administração Pública tradicional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São estruturas sobrepostas ou paralelas — como a famigerada Fundação para a Prevenção e Segurança — que em matéria de competências em nada se distinguem das que são e devem ser exercidas pelas direcções-gerais.

É tempo de poupar, mas também de moralizar. Além do mais, os funcionários públicos não merecem a afronta de verem desprestigiado o seu trabalho através da criação de estruturas paralelas que desmotivam a Administração Pública e que serviram sobretudo para a colocação de apaniguados políticos, atropelando o mérito, o esforço e a competência.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em terceiro lugar, será feita a limitação dos níveis de endividamento dos fundos e serviços autónomos, das empresas públicas, das autarquias locais e das regiões autónomas.

Num esforço nacional de poupança, todos têm de colaborar. O exemplo deve vir de cima — daquilo a que normalmente se chama «cima», embora eu não goste desta visão do que está acima ou abaixo —, daquilo que normalmente se considera o cume do Estado. O exemplo deve vir da administração directa do Estado, pois o Estado central é quem bate, em Portugal, o recorde do despesismo, e nós não inventamos bodes expiatórios, mas temos de reconhecer que, para além do Estado central, todos têm o dever patriótico de compreender a indispensabilidade de decisões que não devem ser adiadas.

Em quarto lugar, temos a selectividade no investimento público, dando prioridade absoluta aos investimentos que se revelem efectivamente reprodutivos ou que beneficiem de financiamento comunitário relevante.

Em quinto lugar, está a diminuição selectiva das transferências financeiras para as empresas públicas, em particular as que se apresentam como verdadeiros sorvedouros do dinheiro dos contribuintes, obrigando-as de imediato a processos de reestruturação, cisão ou privatização.

De resto, em várias empresas públicas será tomada, desde já, a decisão de fazer diminuir também o número dos seus administradores, tendo em conta que, com os governos anteriores, empresas públicas que eram dirigidas por conselhos de administração com três ou cinco elementos passaram a ter conselhos de administração que mais parecem as filas de espera na saúde!

Tudo aquilo que se passou nas administrações públicas criadas apenas para sustentar a clientela do partido do poder tem de acabar; a moralização no sector empresarial do Estado tem de começar, pois só assim os cidadãos compreenderão a necessidade de haver economia e de um esforço partilhado por todos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em sexto lugar, se não for possível atingir o objectivo de uma suficiente redução do défice exclusivamente através da contenção da despesa, assumimos com igual coragem a necessidade de fazer aumentar a receita. Neste quadro, o Orçamento rectificativo poderá prever uma subida da taxa máxima do IVA, salvaguardando os bens de pri-

meira necessidade e, consequentemente, os estratos sociais mais desfavorecidos.

Em compensação, deduziremos ao IRS parte do IVA suportado pelos consumidores na aquisição de certos bens ou em determinados sectores de actividade. Assim se assegura a justiça fiscal, ao mesmo tempo que se contribui para o combate à evasão fiscal, combate esse que será uma das nossas prioridades.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Este é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um verdadeiro programa de emergência, contendo orientações e medidas concretas para tomar a curíssimo prazo, com vista a resolver o problema maior com que o País se vê confrontado: o caos nas finanças públicas e o des controlo da despesa do Estado.

Quando propomos ao País este pacto nacional para o equilíbrio orçamental, sabemos, até porque já o disseram, que não vamos contar com a boa vontade de todos, mas não será a má vontade de alguns que vai impedir o Governo de tomar as decisões e de trabalhar para o benefício de todos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Terminou o tempo dos adiamentos. Quando adiamos decisões, não atrasamos apenas a resolução dos problemas, mas, bem pior, deixamos agravar a sua dimensão e as suas consequências na vida do País e dos portugueses.

Sem pôr ordem nas contas do Estado, o País não vai a lado nenhum. Mais: nenhuma política consegue ter sucesso quando a nossa casa não está arrumada. Esta é, por isso mesmo, a grande prioridade do Governo para o inicio desta Legislatura.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as nossas preocupações não se esgotam aqui. Sempre o disse: para mim, a economia é um instrumento, os fins, os objectivos para que trabalhamos são a justiça social, a educação, a cultura, a liberdade cada vez maior dos portugueses.

Dar confiança à vida económica do País, restaurar a autoridade democrática do Estado e promover a qualificação e a justiça social serão três outros desafios capitais da acção do meu Governo.

Os portugueses precisam de uma nova ambição: a ambição de fazer do nosso País, no espaço de menos de uma geração, um dos mais desenvolvidos da Europa. Acredito que vamos conseguir, pois não há nenhuma razão para Portugal se remeter sempre à posição de periferia ou de membro mais atrasado da União Europeia. Este é um sonho de que não abdico, é uma meta da qual não desisto!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta é uma tarefa exigente e inadiável. Cabe, desde logo, aos empresários, militantes do risco, o papel fundamental no relançamento económico, mas incumbe ao Estado o dever de facilitar e estimular a vida dos nossos agentes económicos.

O meu Governo compromete-se a garantir às empresas e aos empresários um clima de estabilidade e de previsibilidade, superando bloqueios e estrangulamentos, que não favorecem o investimento e a criação de riqueza.

Por isso, desde já anuncio algumas das medidas que visam o aumento da produtividade. Em primeiro lugar,

faremos a promoção da competitividade fiscal de Portugal. Esta é uma questão central e a que não fugimos e constitui um objectivo que considero estratégico, como condição, no quadro da Legislatura, de reanimação da actividade económica e de fomento do investimento interno e externo.

O cenário novo, de completa derrapagem orçamental em 2002 — totalmente desconhecido do País e do Governo à data da sua posse —, impede a imediata concretização de algumas medidas fiscais propostas. Mas, invertida que seja a trajectória de evolução do défice, na sequência das iniciativas que atrás enunciiei, o Governo tomará, até 2004, medidas fiscais de estímulo à maior competitividade da economia, nomeadamente a redução de 30% para 20% da taxa do IRC, assim favorecendo a competitividade das empresas e a sua maior agressividade no plano externo.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em segundo lugar, haverá a revogação imediata da decisão do governo anterior, tomada no âmbito da chamada «reforma fiscal», no ano 2000, de alteração da tributação das mais-valias, por forma a dar estabilidade e confiança ao mercado de capitais. Ainda estamos a pagar os custos dessa demagógica e irresponsável decisão!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Em terceiro lugar, o Governo tem a intenção de rever a legislação laboral, promovendo a flexibilização dos horários de trabalho, a mobilidade dos trabalhadores, o trabalho a tempo parcial e uma maior agilidade da organização do trabalho e das empresas.

Que não se faça demagogia nesta matéria! Não se trata de liberalizar os despedimentos, nem é isso que faremos, mas sim de permitir que as empresas se adaptem aos novos desafios da competitividade e da inovação tecnológica. Dessa forma, ganham as empresas e ganham os trabalhadores. É tempo de acabar com a dicotomia de trabalhadores contra empresas, e só com empresas saudáveis haverá melhores condições para os trabalhadores portugueses!

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em quarto lugar, está o propósito do Governo de fazer a reforma da Administração Pública, reforçando a sua qualidade e a sua eficiência. Seremos firmes na introdução do contrato de trabalho na função pública e na tomada de decisões para um funcionamento célere da justiça para as empresas, designadamente nos seus processos de recuperação e extinção. Refiro-me, nomeadamente, a tudo a que tem a ver, na área da justiça, com a confiança dos agentes económicos internos e externos. Seremos também rápidos na generalização de mecanismos da sociedade de informação ao conjunto da nossa Administração Pública.

Em quinto lugar, o Governo compromete-se a libertar a economia da dependência do Estado. Uma economia avançada é uma economia livre. Infelizmente, nos últimos seis anos, e apesar das privatizações, a influência do Estado, e do Governo, na economia aumentou em vez de diminuir. Em alguns casos, como no abastecimento de águas, assistiu-se mesmo à criação de novos monopólios, numa lógica centralista e, para além do mais, clientelar.

Não temos nenhuma hesitação: na economia, o Estado deve ser essencialmente um agente regulador, não deve

assumir-se, por via de regra, como interventor. E não temos dúvidas que, mais do que qualquer medida ou política concreta, é necessária a libertação da economia do peso do Estado, designadamente com aceleração do processo de privatizações, que constitui a primeira condição de confiança, de competitividade e de relançamento da actividade económica. O governo anterior teve medo do mercado, asfixiou a economia, não percebeu que o sucesso do País passa, acima de tudo, pela livre iniciativa, pela capacidade dos empresários e também pela capacidade dos trabalhadores de Portugal!

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Ao longo dos últimos anos, o governo deixou degradar a autoridade do Estado.

As Forças Armadas foram maltratadas, ao ponto de o governo não deixar previsto, no Orçamento para 2002, o suficiente para pagar os vencimentos dos militares até ao final do corrente ano.

Por seu lado, as forças de segurança não se viram motivadas e dignificadas, aceitou-se a ideia de que a pressão fazia lei, que a liberdade não reclamava responsabilidade, que o poder estava nas mãos de uns quantos em vez de estar na soberania de todos.

Mais: porque não houve autoridade, ganharam os *lobbies* e perderam os cidadãos, mandaram os interesses instalados, não a vontade popular. O governo esteve sempre refém das pressões, das clientelas e do poder mediático, em vez de se subordinar ao primado da legitimidade do voto, em vez de aceitar a regra da maioria!

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta situação terminou. O prestígio do Estado tem de ser restabelecido, as instituições dignificadas, o império da lei reposto. O poder, em democracia, é mesmo para ser exercido. O meu Governo vai exercê-lo, com decisão e com responsabilidade, a todos os níveis e em todas as instituições.

Portugal precisa de Forças Armadas com disciplina e com prestígio. Elas são um pilar insubstituível do Estado e desempenham um papel decisivo na nossa afirmação além fronteiras. Connosco, não haverá nem instabilidade, nem indisciplina, nem quebra de respeito ou de compromisso em relação às Forças Armadas. O Estado tem de investir nas suas Forças Armadas, mas estas também têm de investir na sua reestruturação e modernização.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Portugal precisa de forças e serviços de segurança motivados, empenhados e prestigiados. Com a segurança dos portugueses não se brinca e com as forças de segurança não se pode ziguezaguear. Importa, por isso, tornar visível a actividade das forças de segurança, aproximando-as cada vez mais dos cidadãos. A PSP, a GNR e a Polícia Judiciária são instrumentos essenciais no combate eficaz à criminalidade e exigem todo o nosso apoio.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Por isso, asseguraremos a melhoria das condições de exercício das funções por parte das forças de segurança, incluindo a previsão de compensações pelas situações de risco.

Portugal precisa de autoridade na rectidão do exemplo do Estado, na atitude firme dos governantes, na eficácia da Administração Pública, na exigência de uma cidadania activa, no cumprimento das obrigações fiscais, na própria necessidade de recriar a ideia de bem público e de serviço público. Quero para o meu País um Estado com autoridade, mas não quero um Estado centralista, burocrático e distante dos cidadãos.

O governo anterior quis impor a regionalização e depois esqueceu-se da descentralização. Seremos diferentes e consequentes. O nosso compromisso é o de mudar o paradigma centralista da nossa Administração Pública. A aposta é na descentralização. Faremos, nesta Legislatura, a maior transferência de competências para os municípios alguma vez realizada em Portugal. Este é, para nós, um imperativo de coerência!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Defendemos o princípio da subsidiariedade na Europa; não podemos negá-lo cá dentro. É também um investimento na coesão social. Um País mais coeso é um País regionalmente mais equilibrado e um País regionalmente mais equilibrado reclama menos Estado central e mais poder local.

É, finalmente, uma questão de lucidez e de vontade política. Um euro aplicado pelos municípios é, regra geral, melhor aplicado do que pela Administração central.

Também por isso, a transferência de competências para as autarquias locais não irá representar aumento de despesa. Pelo contrário, contribuirá para uma administração mais eficiente dos recursos públicos.

Numa palavra: vamos apostar e confiar nos municípios e, assim, faremos da descentralização a revolução tranquila desta Legislatura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso país não terá futuro se os jovens não construirem aqui o seu amanhã.

Podemos falar de economia e de finanças públicas, mas não se terá uma visão integrada de Portugal se não se compreender que a qualificação e a formação dos jovens é o principal activo do nosso País.

Por isso, investir na qualificação não é uma mera opção política, é mesmo uma imposição cívica, que respeita a direitos fundamentais, na defesa da dignidade individual, na garantia da liberdade de escolha, na própria afirmação cívica das pessoas.

Digo sem hesitações: o erro mais grave cometido em Portugal nos últimos anos foi a incapacidade de compreender a importância decisiva da valorização dos nossos recursos humanos.

Falou-se nisso — lá isso falou-se, e muito! —, mas bairaram-se os padrões, instalou-se, a todos os níveis, uma cultura do facilitismo. É um erro que poderá ter custado já a realização plena de uma geração e que, por isso, não podemos desculpar, mas que obriga agora a que a aposta na cultura, na ciência, na qualificação seja uma aposta prioritária, estratégica, estruturante. Uma aposta que só é coerente se for assente em valores como o do trabalho, o da disciplina, o da exigência, o do rigor, o da busca da excelência. Uma aposta que só é eficaz se respeitar os docentes e valorizar a profissão, ao mesmo tempo que garante a liberdade de escolha dos alunos.

Por isso, queremos à afirmação da autoridade dos professores, através da simplificação dos procedimentos em sede de inquérito disciplinar. Por isso, queremos a profissionalização da gestão dos estabelecimentos de ensino com reforço dos poderes do director de escola. Por isso, queremos garantir uma sã concorrência entre ensino público e privado. A escolha tem de ser baseada na qualidade e não na asfixia do ensino não público a partir do Estado.

A aposta na educação só é séria se partir de uma avaliação rigorosa das escolas e dos professores. Por isso, apresentaremos um programa de avaliação do desempenho das escolas, com publicitação dos resultados, e um novo modelo de selecção de professores que eleve a exigência científica e pedagógica.

Uma aposta na educação só é competitiva se for exigente: com a adopção de exames nacionais no 9.º e 12.º anos; com a redução das pausas escolares; com o incentivo à fixação de notas mínimas no ingresso ao ensino superior; com a formação contínua de professores; com uma política de apoio à qualidade dos manuais escolares.

Uma aposta na educação só é justa se garantir uma efectiva igualdade de oportunidades: com um programa sistematizado de combate ao abandono escolar e com a procura da recuperação das escolas em situação mais difícil. Quando defendemos a publicação dos resultados da avaliação, não o fazemos, ao contrário das críticas simplistas que nos foram dirigidas, com qualquer visão elitista, fazemo-lo também para recuperar aqueles que ficam para trás, porque não queremos que haja compatriotas nossos que, por causa da sua origem social ou da sua situação geográfica, fiquem para trás e que não possam participar também no desenvolvimento do País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos também criar centros de apoio social escolar, para ajuda aos alunos e famílias carenciadas.

Esta é uma aposta que só é completa ligando o ensino, a investigação e o mercado de trabalho, com a promoção consistente do ensino tecnológico e a articulação com os centros de formação e com a valorização da investigação/experimentação, em particular no ensino tecnológico e em universidades, em ligação com os laboratórios e as empresas, procurando uma cada vez maior ligação do ensino à formação e das universidades e do ensino superior à vida profissional activa.

Vamos ser sérios. Sr. Presidente e Srs. Deputados, o actual estado de coisas no ensino não pode continuar! Não é possível um país com poucos recursos como o nosso ter 1550 cursos no ensino superior público e, neste nível de ensino, pago com o dinheiro dos contribuintes, haver instituições que mantêm em funcionamento 113 cursos superiores com menos de 10 alunos — repito, 113 cursos superiores públicos com menos de 10 alunos! — e 7 cursos superiores com apenas 1 aluno! Esta é a aberração da política de ensino e do despesismo do anterior governo. Isto é mesmo um escândalo e tem de ter um ponto final!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há desenvolvimento a sério sem equilíbrio social, sem política social activa.

A criação de riqueza, o saneamento das finanças públicas e mesmo a libertação da economia da excessiva influ-

éncia do Estado nunca serão para mim mais do que instrumentos para promover a justiça social.

Todo este esforço que propomos, todo o trabalho que realizarmos só terá sentido se for colocado ao serviço das pessoas e, em primeiro lugar, das mais pobres e das mais carenciadas. Também aqui assumimos rupturas, sem medo dos comentários e das críticas, com a certeza absoluta de que é preciso mudar.

Os diagnósticos estão feitos. Chega de palavras e de hesitações. Agora é tempo de fazer!

Somos muito claros. O papel do Estado é essencial, mas tem de haver, sem complexos, cada vez mais espaço para a iniciativa das pessoas. Esta é a diferença clara que marca as reformas que faremos na saúde e na segurança social. Não vamos fazer discussões ideológicas sobre o público ou o privado, pois isso não me interessa; o que me interessa, isso sim, seja com um sistema público, com um sistema privado ou com um sistema social, é o serviço às pessoas concretas, num momento concreto, no nosso Portugal concreto, e é a pensar nelas que vamos trabalhar!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Na saúde, de um sistema monopolista do Estado passaremos para um sistema misto, onde coexistam entidades de natureza pública, privada e social. De uma gestão burocrática, centralizadora e estatizante, passaremos para soluções de gestão que coloquem ao serviço do interesse público a eficiência, a racionalidade e o profissionalismo da experiência privada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Combatendo a actual irracionalidade e má gestão, vamos salvar o Serviço Nacional de Saúde. Em Portugal, há quem fale muito no SNS, mas ele seria destruído se o anterior governo continuasse a governar!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos salvar o Serviço Nacional de Saúde da seguinte forma: estabelecendo uma tabela de preços para a saúde; levando a cabo um plano de combate às listas de espera; estabelecendo regras de gestão empresarial e generalizando novas soluções de gestão, como as dos centros de responsabilidade integrada; reorganizando uma rede de cuidados de saúde primários, colocando o acento no médico de família, procurando fazer deste a verdadeira porta de entrada do utente no SNS; estabelecendo parcerias público/público, público/privado e público/social e um novo regime jurídico para os hospitais no sentido da empresarialização; optando pela expansão do mercado de genéricos, estabelecendo a prescrição pela denominação comum internacional e promovendo a venda de medicamentos por doses ajustadas aos cuidados necessários. Nós vamos, de facto, generalizar a utilização de genéricos na medicina portuguesa!

Na segurança social, promoveremos uma reforma global, gradual e sustentada, garantindo o futuro da segurança social pública. Não queremos prejudicar a segurança social pública; pelo contrário, queremos assegurar a sua sustentabilidade.

Uma nova lei de bases consagrará o desenvolvimento articulado dos diferentes pilares (público, empresarial, familiar, individual). Introduziremos, de facto, o tecto

contributivo, com a consequente criação de mecanismos de capitalização pública, privada e social e estabeleceremos benefícios fiscais para estimular pensões complementares.

Ao longo da Legislatura, daremos prioridade ao aumento da pensão mínima do regime geral, por forma a colocá-la numa trajectória de convergência com o salário mínimo nacional líquido. Para nós, esta é que é a verdadeira política social: a política para os mais pobres, a opção, sempre, pelos mais fracos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Apoiaremos os idosos mais carenciados, isolados, doentes graves, cidadãos com incapacidade absoluta e definitiva. Colocaremos ênfase no apoio às situações mais gravosas de viuvez, orfandade e às crianças em situação de risco. Levaremos a cabo um programa nacional de apoio às pessoas idosas, incentivando o apoio domiciliário e favorecendo as famílias que acolham os mais velhos. Apoiaremos especialmente os cidadãos portadores de deficiência.

Para nós, política social é ser selectivo na aplicação do dinheiro dos contribuintes.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não é tratar por igual aquilo que é diferente, mas vocacionar-nos para os que precisam mais da ajuda da comunidade.

Não pretendemos, como nunca o fizemos no passado, tocar nos direitos adquiridos. O actual Governo, que se apoia numa coligação de dois partidos, está bem à vontade para falar desta matéria, já que estes dois partidos têm provas dadas em matéria de apoio social. Foi com os governos de um destes partidos que introduzimos o 14.º mês na segurança social e nas pensões e foi o outro partido que mais fez nos últimos anos para conseguir algumas melhorias em termos de segurança social. Temos, pois, autoridade para reclamar uma política social mais activa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É com esta autoridade, e porque está em causa o dinheiro que é de todos, principalmente dos que trabalham, que assumimos a revisão do rendimento mínimo garantido. Uma revisão que combatá a fraude e o abuso, a imoralidade e o malabarismo, que controle a sua atribuição apenas àqueles que realmente necessitam. Uma revisão que faça com que o rendimento mínimo garantido seja um primeiro passo para a integração social e profissional e não uma renda de dependência à custa do esforço contributivo de quem trabalha.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, em todos os casos, ao falarmos de apoio aos mais carenciados, aproveitaremos a extraordinária rede de solidariedade e voluntariado social, mais afectiva e eficiente do que o Estado, mas que este deve apoiar, em vez de combater e asfixiar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos em Portugal, mas não nos fechamos ao exterior. Tudo o que dissemos, tudo o que propomos, é também essencial para credibilizar a imagem de Portugal na Europa e no mundo. Neste momento, a não invertermos a situação inter-

na, Portugal corre o risco de caminhar para a irrelevância no plano internacional.

Só mostrando capacidade de se reformar e de se modernizar, o nosso país poderá ter uma voz activa, respeitável e credível na comunidade internacional, que permita uma estratégia de valorização da nossa posição dentro da União Europeia, capacidade de maior interlocução junto dos países de língua portuguesa e que garanta a defesa dos interesses das nossas comunidades dispersas por todo o mundo.

A este propósito, é devida, hoje, uma palavra especial em relação a Timor, que, dentro de um mês, com a sua independência, se tornará o primeiro estado independente do século XXI, o oitavo país de língua portuguesa e o primeiro país de língua portuguesa na região da Ásia-Pacífico.

Uma palavra também, de saudação fraterna e amiga, a Xanana Gusmão, que acaba de ser eleito Presidente da República da futura nação timorense.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Está aqui apresentado, em linhas gerais, o Programa do XV Governo. A situação é difícil, é grande o desafio. Não propomos o caminho mais fácil, mas o caminho mais seguro. Não vendemos ilusões, mas garantimos solidez, confiança. Não pedimos nem esperamos dos outros aquilo que não exigimos em primeiro lugar de nós próprios.

Estamos preparados para tomar medidas difíceis que há muito deveriam ter sido tomadas. Ao Parlamento pedimos colaboração. Ao País, a todos os portugueses, pedimos empenho.

Queremos dar o melhor de nós próprios, e vamos ultrapassar-nos, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para salvar Portugal, porque temos uma certeza e uma razão: a certeza, de que há esperança, de que há futuro, de que vamos vencer; a razão, essa, como sempre, é Portugal!

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à fase dos pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito, para o efeito, numerosos Srs. Deputados das diversas bancadas parlamentares, aos quais será dada a palavra conforme a ordem estabelecida pela Conferência de Líderes e que consta do boletim informativo.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues. Dispõe de um máximo de 6 minutos.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na sua primeira presença no Plenário da Assembleia da República nessa qualidade, quero exprimir-lhe saudações democráticas do Partido Socialista, minhas e de todo o meu grupo parlamentar.

Não posso, no entanto, dar-lhe os parabéns pelo Programa que aqui nos traz e pelo tipo de intervenção que proferiu.

Teve, aliás, várias vezes, o deslize de dizer «eles» e de olhar para as bancadas do PSD e do CDS-PP, mostrando que estava apenas a falar para uma parte do Parlamento e não para toda a Assembleia da República, o que é lamentável.

O Sr. Primeiro-Ministro ainda não compreendeu que ganhou as eleições, que é Primeiro-Ministro e que não é

líder da oposição. A ideia, agora, é a de governar e a de não continuar a comportar-se como se ainda fosse o líder da oposição.

#### *Aplausos do PS.*

Não vou dizer que estou desiludido com o seu Programa, porque, como sabe, nunca tive ilusões a esse respeito. Algumas das nossas principais e piores expectativas foram confirmadas, chamando a atenção para a gravidade do abandono de boas soluções para Portugal que estavam em curso, contra os tais *lobbies*, contra os tais interesses, como a co-incineração de resíduos industriais perigosos. É uma irresponsabilidade o facto de, no Programa do Governo, abandonarem esse processo sem nada proporem em alternativa. E desde já digo que, a partir deste momento, são moralmente responsáveis pelos problemas de saúde pública que possam advir do não tratamento dos resíduos industriais perigosos.

#### *Aplausos do PS.*

Anunciam também, aliás, com uma fraseologia muitas vezes incompreensível, a suspensão de alguns projectos muito importantes para o País, como o aeroporto da Ota ou a rede ferroviária de alta velocidade, para além de fazerem ataques implícitos não apenas à nova geração de políticas sociais lançada pelo governo anterior, mas também a aspectos importantes do próprio modelo social europeu.

Mas, como eu dizia, não estamos desiludidos, porque nunca estivemos iludidos. E, certamente, no eleitorado dos partidos que formam a coligação, haverá muitas pessoas iludidas...

Relembro que os senhores ganharam as eleições na base de duas posições políticas que tomaram ao longo da campanha: disseram que o País estava uma catástrofe e, que, para responder a esse problema, iriam fazer um choque fiscal, baixando impostos. Ora, neste momento, o que se verifica é que mantêm o diagnóstico da catástrofe, mas escondem tudo aquilo que representava a redução de impostos, que fez com que tivessem ganho milhares de votos, e, pelo contrário, vêm aqui dizer aquilo que sempre esconderam durante a campanha eleitoral, isto é, que vão aumentar o IVA. Mais depressa se apanha quem não está totalmente bem na vida política do que quem tem, às vezes, outro tipo de dificuldades pessoais.

É realmente lamentável aquilo que se passou com o chamado choque fiscal e com a tentativa agora apressada de, depois de falhar o plano 1, que era 2001, virem com a questão da execução do primeiro trimestre de 2002, que, como já foi provado ontem, é uma execução perfeitamente previsível e compatível com os objectivos orçamentais para 2002.

#### *Aplausos do PS.*

Por outro lado, como é que se pode compreender, neste contexto catastrofista que os senhores continuam a lançar como se estivessem na oposição, que haja tantas medidas — inúmeras medidas! — de aumento da despesa e de redução da receita?! É totalmente incompreensível, contraditório e mostra a demagogia existente.

#### *Aplausos do PS.*

Como é que o Sr. Primeiro-Ministro vai responder ao seu compromisso de que o País vai crescer, sempre, em média, 1,5% acima da média comunitária, como foi dito durante a campanha eleitoral? Gostava que, no quadro do Programa que nos apresenta, me esclarecesse.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha duas maneiras de vir hoje ao Parlamento: uma delas era a de, aproveitando o facto de ter uma maioria absoluta de apoio parlamentar, coisa que não tivemos durante seis anos, e aproveitando o facto de ter como principal partido da oposição quem está apostado no desenvolvimento do Programa de Estabilidade e Crescimento, falar para o país, falar para a Assembleia, querer que houvesse um mínimo de consenso nacional à volta dos programas e das ideias que têm. Mas o Sr. Primeiro-Ministro veio com uma posição contrária, uma posição de confronto, que não compreendemos e consideramos incompreensível. E temos de responder com a mesma energia.

Sr. Primeiro-Ministro, apesar de tão mau começo para esta primeira oportunidade e apesar de não ter causado boa impressão — e, como já foi dito uma vez, nunca há uma segunda oportunidade para criar uma primeira impressão —, continuaremos a ser uma oposição responsável, construtiva, mas determinada, firme, que não deixará passar falsidades, que não deixará que sejam feitos julgamentos antidemocráticos, julgamentos sumários da actividade governativa anterior. Há nesta bancada muita solidariedade, muita firmeza e muita determinação. Conte connosco e com o nosso combate!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo do mesmo tempo do orador anterior.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, é preciso não ter um pingo de decoro,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... para, depois da governação socialista de seis anos, vir aqui falar das finanças públicas.

Também eu quero colocar-lhe uma questão.

*Protestos do PS.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Já não coloca questões! Agora responde!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço-vos que ouçam em silêncio a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

**O Orador:** — Antes e durante a campanha, o Sr. Deputado falou na sua disponibilidade para pactos de regime, nomeadamente no que diz respeito à contenção da despesa pública. Ora, como é que se justifica que, uma vez conhecidos os resultados eleitorais, uma vez eleito o novo Governo, o Sr. Deputado tenha esquecido todos os seus compromissos, mostrando — desculpe que lhe diga — completa falta de coerência?! Assim não poderá ganhar a credibilidade de que o País também precisa do maior partido da oposição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em relação ao choque fiscal, é extraordinário que o Sr. Deputado nada diga sobre as condições em que nós, agora, vamos ter de actuar. Eu já aqui disse que vamos levar a cabo a redução do IRC de 30% para 20% até 2004. Vamos fazê-lo, e se não o fazemos agora deve-se apenas a uma razão muito simples: à situação em que os senhores deixaram o País!

Sr. Deputado, os senhores deixaram Portugal de «tanga»! Portugal está de «tanga»! A situação em que os senhores deixaram o país é dramática!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

No ano passado, a derrapagem foi de mais de 425 milhões de contos, e vamos esperar ainda pelas conclusões definitivas da comissão liderada pelo Banco de Portugal e também pela própria avaliação da Comissão Europeia. Este ano, se não invertermos a situação, a derrapagem será de mais de 1000 milhões de contos.

Os senhores deixaram o País de «tanga» e, ainda vêm agora dar lições ao Governo, que vai ter a responsabilidade de corrigir a situação que os senhores deixaram ao País, que foi uma pesada factura que todos os portugueses vão ter de pagar?! É extraordinário este desafogo! É extraordinária esta situação!

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, vim aqui com a coragem de apresentar medidas difíceis e esperava de si, ao menos, a humildade de reconhecer os erros cometidos pelo seu Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

V. Ex.<sup>a</sup> falou de *lobbies*, Sr. Deputado, e eu até pensava não ser necessário lembrar o que alguns dos seus colegas de partido e de Governo disseram quando abandonaram o Executivo. Nessa ocasião, esses seus colegas disseram que o Governo a que haviam pertencido tinha sido paralisado por *lobbies* e que esses mesmos *lobbies* tinham feito sentir a sua influência e a sua força no processo de decisão governativa. Ao menos, V. Ex.<sup>a</sup> devia reconhecer que o novo Governo tem vontade e determinação de romper com essa prática.

Ao menos, esperava-se da vossa parte uma palavra de demarcação em relação aos comportamentos anteriores, comportamentos esses que conduziram o País a tantos ziguezagues. Mas V. Ex.<sup>a</sup> começou o seu trabalho de líder do maior partido da oposição com o primeiro dos ziguezagues, abandonando tudo aquilo que disse na campanha eleitoral em relação a compromissos nacionais para a contenção da despesa pública. Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> prometeu trabalhar em pactos de regime, mas abandonou completamente essa promessa, e eu estou curioso em saber o que vai fazer a sua bancada quando trouxermos aqui algumas medidas preparadas pelo seu governo e pelos seus colegas, mas que nós, ao contrário dos senhores, teremos a coragem de pôr em prática!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Para defesa da honra da minha bancada, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe que pormenorize o ponto em que considera agravada a honra da sua bancada para, tendo-se verificado a ofensa, lhe ser dada a palavra.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Sr. Presidente, em circunstâncias de debate pessoal e público, já tive ocasião de dizer ao Dr. Durão Barroso que não estava disponível para aceitar determinado tipo de fraseologia que relembrava outras épocas. Sobretudo quando essa fraseologia é utilizada por quem, sendo neste momento Primeiro-Ministro, tem a obrigação de saber falar com os Deputados,...

**A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... percebendo que não está aqui a pedir satisfações aos que, tendo sido eleitos pelo povo, podem e devem interpelar o Governo e quem o chefia, o Primeiro-Ministro. Como tal, queria relembrar essas expressões e aquilo que se tem de desenvolver a partir desse problema.

**O Sr. Presidente:** — Para defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues, a quem peço que seja breve, já que só dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Serei muito breve, Sr. Presidente.

O Sr. Primeiro-Ministro falou de decoro, mas a verdade é que não nos pode dar lições de decoro ou de falta dele, porque não lho admito! Já lhe disse várias vezes que não pode utilizar comigo a linguagem que muitas vezes usou neste Parlamento para se dirigir ao anterior Primeiro-Ministro!

*Risos do PSD.*

Responder-lhe-ei sempre, não me vitimizando, mas colocando-me acima do seu nível de linguagem, porque não é própria de um Primeiro-Ministro de Portugal!

*Aplausos do PS.*

O mesmo lhe digo quanto à sua consideração de que questões pertinentes relacionadas com a situação financeira do País e com a nossa interpretação sobre a mesma são desafetos.

Também lhe digo que, em última análise, eu não devia estar a defender a honra da minha bancada, mas, sim, a do País, porque me parece que a sua afirmação de que o País está de «tanga» será transmitida pelas agências internacionais como um exemplo da forma como está na política o novo Primeiro-Ministro de um determinado país.

*Aplausos do PS.*

Talvez quando os indicadores de desemprego começarem a aumentar e os senhores deixarem de contar com a situação magnífica com que contam neste momento, talvez quando o Sr. Primeiro-Ministro estiver a inaugurar a auto-estrada que nós construímos e que vai finalmente ligar todo o País,...

*Risos do PSD.*

... talvez quando houver a nova auto-estrada da Beira Interior, daqui a um ano ou menos do que isso, o Sr. Primeiro-Ministro deixe de dizer que o País que lhe deixámos está de «tanga» e reconheça o trabalho que foi feito. Que seja justo é o que lhe peço!

Como é possível o senhor vir aqui dizer-nos que, de repente, quando chegou ao Governo, teve a visão apocalíptica de que o défice de 2001 poderá ser três vezes superior ao valor estimado, que era de 1,1%?! Se não estou em erro, para ser três vezes superior, o défice de 2001 teria de se cifrar nos 3,3%, pelo que aproveito para lhe dizer que está a prestar um mau serviço ao permitir essa diferença de 0,3% para os 3%. De qualquer modo, não percebo como é que nos pode vir aqui dizer que o grande problema é esse, quando passou toda a campanha eleitoral a dizer que o défice de 2001 ia ser superior a 5%!

**O Sr. António Costa (PS):** — Afinal, está melhor!

**O Orador:** — Nessa altura o senhor propunha o choque fiscal, mas, afinal, mesmo segundo as suas contas, estamos em melhor situação!

*Aplausos do PS.*

Quanto à execução orçamental de 2002, estamos disponíveis para a discutir aprofundadamente no Plenário e em comissão, mas apenas no momento próprio, que não é, certamente, o da discussão do Programa do Governo. O momento próprio para abordar esse tema será o da discussão do orçamento rectificativo para 2002, que já foi anunciado e que será aqui entregue em Maio.

**Vozes do PSD:** — É agora!

**O Orador:** — Os senhores querem fazer hoje um julgamento sumário, mas não o farão! Hoje estão aqui para discutir o Programa do Governo, que é um mau Programa de um mau Governo!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, V. Ex.<sup>a</sup> começou por dizer que se quer demarcar do anterior Primeiro-Ministro no modo como me responde ou como me interpela. Na verdade, esperava que se demarcasse de outra forma, ou seja, dizendo que não apoia uma política que não merece qualquer apoio. Esperava que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado, se demarcasse da política do anterior governo dizendo que agora, com sentido patriótico, vai apoiar o esforço nacional para recuperar o País da situação em que os senhores o deixaram, porque isso é que exige de todos um esforço nacional. Esperava, portanto, que V. Ex.<sup>a</sup> cumprisse a promessa de respeitar pactos de regime em matéria de contenção da despesa pública, porque assim é que V. Ex.<sup>a</sup> se devia ter demarcado!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A questão que se coloca é a de saber se o Sr. Deputado conhecia ou não esta situação das finanças públicas.

O Sr. António Costa (PS): — Está no Orçamento do Estado!

O Sr. José Magalhães (PS): — Quem sabe ler, conhece-a!

O Orador: — Se conhecia, por que razão é que agora não está disponível para trabalhar com a maioria em termos de recuperação do País?

Diz-me que usei uma linguagem crua?! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS): — Utilizou uma linguagem vulgar!

O Orador: — O que é certo é que tenho de usar essa linguagem porque quero que o País conheça esta situação e porque espero também que lá fora se saiba que é desta situação que vamos partir, por forma a que o País ganhe o prémio de credibilidade que poderá levar à recuperação da nossa economia.

VV. Ex.<sup>as</sup> pensavam que eu iria camuflar a situação e que agora, pelo facto de estar no Governo, eu iria esconder debaixo da carpeta os erros da governação socialista, mas não o faço! No entanto, não o faço por qualquer disputa político-eleitoral convosco, mas, sim, porque considero absolutamente necessário que o País conheça a verdade, já que só assim estará motivado e mobilizado para enfrentar os desafios que tem pela frente. É na base da verdade que vamos recuperar o nosso país!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

V. Ex.<sup>a</sup>, ignorando talvez o resultado das eleições, continua a insistir nos méritos da governação anterior. Mas, se estava tudo bem, por que razão é que fugiram?! Se estava tudo bem, por que razão é que o anterior Primeiro-Ministro abandonou o seu posto e deixou ao PSD e ao CDS-PP a responsabilidade de governar?!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Se estava tudo bem, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, por que razão é que se interrompeu uma legislatura? Por que razão é que se demitiu o anterior Primeiro-Ministro, quando o próprio Presidente da República disse que um resultado menos bom nas eleições autárquicas não é razão para uma demissão ou para a interrupção de uma legislatura? Por que razão é que se demitiu o Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado Ferro Rodrigues? Por que razão é que V. Ex.<sup>a</sup> não aproveitou esta oportunidade para mostrar que consigo tudo vai ser diferente? Por que razão V. Ex.<sup>a</sup> não procurou atacar agora os verdadeiros problemas do País e construir a credibilidade que faltou ao seu partido durante os últimos anos? É por isso, Sr. Deputado, que lhe digo que V. Ex.<sup>a</sup> perdeu hoje uma excelente oportunidade!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, Sr. Presidente, na minha

primeira intervenção nesta nova Legislatura e na minha primeira intervenção enquanto líder parlamentar da minha bancada, permita-me que o cumprimente como é da praxe parlamentar. Permita-me, no entanto, que o cumprimente para além da praxe parlamentar, saudando-o por um facto que desde já me parece importante e relevante. Sucede que V. Ex.<sup>a</sup> é o primeiro a sair desta nova maioria e é o primeiro de todos nós a conseguir aquilo que estou certo que, em conjunto com o PSD, conseguiremos daqui a quatro anos: ter mais votos do que tivemos no dia 17 de Março.

*Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.*

V. Ex.<sup>a</sup> foi o primeiro, mas depois de si outros conseguiram esse objectivo.

Sr. Primeiro-Ministro, também o queria saudar pela forma como conduziu a formação do Governo e pelo discurso que aqui fez hoje. Saúdo-o pela forma como conduziu a formação do Governo porque verificámos que, ao contrário do que era prática habitual, V. Ex.<sup>a</sup> o fez com discrição, com contenção e com seriedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Saúdo-o pelo discurso que aqui fez hoje porque, também ao contrário do que era prática, V. Ex.<sup>a</sup> disse a verdade. E que diferença, Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.<sup>a</sup> disse ao que veio, disse que vinha para governar e isso, só por si, já marca toda a diferença em relação aos últimos seis anos de governação socialista.

O Sr. Luis Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ouvido o seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro, veio-me, no entanto, à memória uma frase de um anterior Secretário-Geral do Partido Socialista e seu antecessor na função de Primeiro-Ministro. Todavia, desta vez, somos nós todos, são todos os portugueses que têm razão para dizer, sem precisarem de pôr um ar compungido para isso: «Estamos chocados!». Estamos sinceramente chocados! Como é possível a derrapagem que se verifica nas contas públicas?! Como é possível que um objectivo de 1,1% se possa ter traduzido em 2,8%, em 2,9% ou mesmo em mais do que 3%, valores sempre superiores a tudo o que era esperado?! Como é possível que no primeiro trimestre a execução orçamental de 2002 represente já uma derrapagem que leva a um défice de 584 milhões de euros?! Como é que isso é possível, Sr. Primeiro-Ministro?! Estamos sinceramente chocados!

Aquilo que podemos perguntar hoje é se isto é o resultado de uma especial incompetência. Será que o País foi governado até hoje por políticos especialmente inábeis e incompetentes? Creio que não. Tirando um ou outro caso mais óbvio em que temos de reconhecer que, de facto, havia muita incompetência, creio que não! Será que o País foi governado por gente especialmente mal intencionada que queria destruir as contas públicas? Também não creio que tenha sido esse o problema. Na realidade, o problema foi o de o País ter sido até hoje governado por homens que acreditaram numa ilusão e que a quiseram vender — a ilusão de que é possível gastar cada vez mais sem produzir riqueza!

*Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!*

**O Orador:** — Essa foi a ilusão que foi vendida ao País! A ilusão de que é possível ter emprego sem ter trabalho e, muitas vezes, sem ter qualquer mérito que não seja o do cartão partidário. É essa a ilusão que V. Ex.<sup>a</sup> e o Governo estão aqui para desfazer!

Pelo que ouvi hoje, tenho a sensação de que o Partido Socialista não percebeu isto nem quer reconhecer este facto. Creio que o Partido Socialista vai continuar a seguir o seu caminho, encarrilhando umas vezes pelo centro, outras vezes seguindo um caminho mais ou menos alegre e mais ou menos à esquerda e outras vezes — quase sempre — pactuando com as forças mais radicais à sua esquerda. É a sensação que hoje me fica deste discurso. Todavia, perante os números e a realidade que encontrámos, perante esta derrapagem financeira, poderíamos até começar por pensar que se teria tratado de um erro, de uma gralha! Fica-me, no entanto, a convicção de que não se tratou de uma gralha, Sr. Primeiro-Ministro. Do que se tratou foi, como disse um Deputado da oposição socialista, da tal «tralha guterrista», a «tralha» que levou a este descontrolo e a esta mesma situação financeira.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O desafio que se lhe depara agora, Sr. Primeiro-Ministro, é o de saber se, perante esta posição do Partido Socialista, V. Ex.<sup>a</sup> está disposto a seguir o exemplo do político que, estou certo, ambos mais admiramos na história recente de Portugal. O desafio que se lhe depara é o de saber se V. Ex.<sup>a</sup> está disposto a seguir o exemplo de Francisco Sá Carneiro, dizendo, como ele disse em tempos, que é preciso provar ao País que é possível governar sem o Partido Socialista e que é possível governar, se necessário for, contra o Partido Socialista! Esta frase é de Francisco Sá Carneiro e este é o exemplo e o desafio que se lhe coloca, Sr. Primeiro-Ministro!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Creio que este exemplo de governação, este exemplo do passado, é o exemplo de um novo modelo que o PS nos deixou. Não é o «toca e foge», mas é, certamente, o «gasta e foge»! O PS gastou, gastou, gastou, e, quando viu que tinha gasto demais, fugiu!

Deixo-lhe uma pergunta concreta, concretizando o desafio que fez ainda agora...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua a sua intervenção.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta concreta que faço é a seguinte: efectivamente, não tem hoje a certeza absoluta de que a razão por que o anterior Primeiro-Ministro, o Eng.<sup>o</sup> António Guterres, se foi embora foi precisamente porque sabia, melhor do que ninguém, o estado em que deixava o País, o estado em que deixava as contas públicas?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, começo por agradecer, muito reco-

nhecidamente, as palavras que me dirigiu, bem como ao Governo que tenho a honra de chefiar.

Quero também, nesta ocasião, felicitá-lo pela sua brilhante eleição como presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, um dos partidos que faz parte da maioria do Governo que hoje temos em Portugal.

Quero ainda dizer, aproveitando a referência do Sr. Deputado Telmo Correia, que me sinto muito orgulhoso por estar a chefiar um Governo que integra personalidades do seu partido. Penso que é essencial para o nosso país que os partidos políticos sejam capazes de colocar, sempre, acima de qualquer visão estreita e egoísta o interesse nacional. E quero dizer-vos, da primeira experiência que tive nestes dias de governação, que no Governo não há, para mim, militantes de um ou de outro partido.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não faço qualquer distinção entre os membros do Governo deste ou daquele partido ou que são personalidades independentes. Este é o Governo da Nação! E um Governo que se orgulha de ser o Governo de uma maioria parlamentar, do PSD e do CDS-PP.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Estou também grato, Sr. Deputado Telmo Correia, pela alusão que V. Ex.<sup>a</sup> fez a Francisco Sá Carneiro, nossa referência comum. De facto, penso que o espírito de Francisco Sá Carneiro, a sua coragem e decisão, é bem necessário ao Portugal de hoje.

Teria sido mais fácil para mim, neste debate, adiar um pouco a revelação de alguns números, adiar um pouco o anúncio de medidas difíceis, ou, então, deixar à Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças a responsabilidade do anúncio dessas medidas. Mas entendo que é minha responsabilidade, como chefe do Governo, dar conhecimento ao País, com exactidão, da verdadeira situação em que Portugal está, para que o País conheça, em particular, a verdade das contas públicas e não adie mais medidas que são indispensáveis. Por isso mesmo é que, hoje, assumimos, desde já, a responsabilidade de um Orçamento rectificativo, que gostaríamos de apresentar mais tarde, mas que temos de apresentar agora, porque o País não pode esperar.

Por último, Sr. Deputado, respondendo à sua pergunta, quero dizer-lhe que estou hoje convencido — aliás, já tinha essa intuição — de que o motivo da desistência do anterior Primeiro-Ministro tem a ver com o conhecimento, que ele tinha, da situação do País e da incapacidade de continuar com aquele modelo de governação.

Mas atenção, não se atire agora toda a responsabilidade para o meu antecessor. Os responsáveis estão aqui! Estão alguns na primeira, na segunda e na terceira fila da bancada do PS. Foi o Governo do Partido Socialista que conduziu o País a esta triste situação!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, se, nas últimas eleições, o presidente do PSD, em vez de ter prometido a diminuição dos impostos, tivesse dito que provavelmente os iria aumentar, que

não iria tocar na zona *offshore* da Madeira, que iria liquidar de vez a tributação das mais-valias bolsistas, que o mítico choque fiscal, de que falava, só iria ficar com o IVA — o tal imposto cego e injusto, apesar das deduções da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, como referia o Dr. Paulo Portas —, se tivesse dito isto, certamente não teria tido o resultado que teve. As promessas mais aliciantes e mais eleitoralistas ficaram no «tinteiro», ficaram para a segunda fase da Legislatura, para quando já ninguém se lembrar.

De facto, Sr. Primeiro-Ministro, onde está, por exemplo, calendarizado o aumento das pensões e das reformas, a tal preocupação com os velhinhos? Onde está o subsídio de risco para os agentes de segurança, a tal preocupação com a segurança e a dignificação dos agentes de segurança?

Na verdade, Sr. Primeiro-Ministro, no concreto, o aumento das pensões de reforma traduz-se naquilo que já está consagrado na Lei de Bases da Segurança Social: a aproximação ao salário mínimo. Ora, como é sabido, isto nada tem de concreto e de aumento. O que tem, isso sim, é a satisfação da «gula» das seguradoras privadas — os tais militantes não do risco, como disse há pouco, mas, sim, do lucro,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... pondo em risco a sustentabilidade da segurança social.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O mesmo se pode dizer em relação ao Serviço Nacional de Saúde, onde se procura, em vez do reforço, da eficiência, a privatização; fazer do negócio da saúde o negócio com os portugueses e a saúde dos portugueses. Isto é, traduzir para o privado aquilo que é mais rentável, levando à prática o velho princípio neoliberal: quem quer saúde que a pague!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Dramatiza a questão das contas públicas. Há dificuldades, é certo! Mas dramatiza! Até chega a dizer que o País «está de tanga»! E, como o Governo dá o exemplo, certamente teríamos agora um Governo de nudistas.

Parece-nos que, quando os senhores fazem esta dramatização das contas públicas, o que pretendem é «apertar o cinto» aos trabalhadores, é introduzir mais flexibilização, mais desregulamentação do horário de trabalho, apesar da vossa preocupação com as famílias, desordenando toda a vida familiar, e estão até certamente a pensar numa lei de despedimentos do tipo Berlusconi.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, não vá por aí, porque certamente agravará a situação de muitos portugueses e de muitas famílias portuguesas.

Quando fala no princípio da subsidiariedade, este Governo tradu-lo da seguinte maneira: tudo o que é rentável, tudo o que dá lucro deve passar para o privado; tudo o que dá prejuízo deve ficar no Estado e ser pago com os impostos.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Parabéns ao PP! Parabéns, Dr. Paulo Portas!

Protestos do CDS-PP.

Este não é o Programa do Governo PSD/PP. Este é o Programa do Governo do PP! Os meus parabéns!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Não é bem assim!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — Mas ainda em matéria de parabéns, permitam-me que também os dê à Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, porque este ano, quando chegarmos à aprovação do Orçamento do Estado, não vai ter necessidade, como teve o Primeiro-Ministro do Partido Socialista, de o negociar numa *suite* de hotel com o presidente do PP. Sabe por quê? Não é por terem a maioria mas, sim, porque os grandes interesses já estão no Governo; já estão na saúde, na segurança social, nos diversos membros do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — E como os interesses já estão no Governo, o Sr. Primeiro-Ministro vai cumprir a sua grande promessa: vai resistir aos *lobbies*. Vai resistir porque eles já estão no Governo!

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este Programa não dá resposta aos problemas do País e desenha um conjunto de graves ameaças aos direitos e avanços duramente conquistados pelo povo português. Este Programa vai contribuir para o marasmo económico, vai acentuar as desigualdades e, sobretudo, agravar a situação daqueles que vivem do seu trabalho e vai procurar passar para as novas gerações uma parte da factura dos desmandos das políticas neoliberais.

Respeitamos, naturalmente, os resultados eleitorais e não contestamos a legitimidade deste Governo, mas, ao mesmo tempo, somos dos que não aceitam a tese dos que por vezes insinuam que quem ganha passa a ter sempre razão, esquecendo-se até de que o que mais enobrece a acção política é a defesa de convicções.

Os votos do PSD e do PP não esmagam os votos dos partidos que agora estão na oposição e que ultrapassam em muito os 40%.

Por isso, daqui lhe dizemos, com toda a frontalidade, que combateremos os principais eixos da vossa política, correspondendo assim ao mandato daqueles que em nós confiaram e servindo também todos os eleitores e todos os cidadãos que, independentemente do voto, vão ser agredidos pela vossa política!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, permita-me que lhe diga que, mais uma vez, o seu discurso mostra uma total falta de adesão à realidade. E não admira, pois, que, com essa falta de adesão à realidade, o seu partido venha, sucessivamente, a perder o apoio dos portugueses.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, se não quer renovar o seu partido, ao menos renove o seu discurso!

*Risos de Deputados do PSD e do CDS-PP.*

Pergunta V. Ex.<sup>a</sup> onde é que estão as nossas promessas em matéria de subsídio de risco para as forças de segurança ou de pensões de reforma.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — É uma previsão!

**O Orador:** — O subsídio de risco para as forças de segurança está na pág. 33 do Programa do Governo, onde se diz:...

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Então, leia lá!

**O Orador:** — ... «A introdução de critérios de avaliação de mérito na gestão das Forças de Segurança e a melhoria das condições de exercício das respectivas funções, incluindo a previsão de compensações pelas situações de risco;».

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Exacto! É uma previsão!

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Como está a ver, diz-se «previsão»!

**O Orador:** — Compreendo que V. Ex.<sup>a</sup> tenha andado preocupado com outros assuntos e que não tenha tempo para se dedicar ao Programa,...

*Risos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.*

... mas, agora, estou a fazer-lhe uma leitura guiada do mesmo.

Sr. Deputado, a referência às pensões de reforma está na pág. 165 do Programa: «A concessão, no conjunto das prestações sociais, de absoluta prioridade ao aumento das pensões mínima e social, de uma forma orçamentalmente sustentável e convergente para o salário mínimo nacional líquido;».

**Vozes do PCP:** — Isso já é!

**O Orador:** — Não podemos ser mais claros do que isto!

**Vozes do PCP:** — Isso já é!

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — É essa a vossa preocupação?!

**O Orador:** — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, não ouvi da sua parte uma única palavra de demarcação em relação ao descalabro da governação dos últimos anos. V. Ex.<sup>a</sup> não é responsável por essa governação.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Lá isso é verdade!

**O Orador:** — Agora, há uma maioria na Assembleia da República! Essa maioria vai evitar cenas como aquelas que se passaram na anterior Legislatura, que levaram ao mais baixo nível ético da vida parlamentar, desde o 25 de Abril, que foi a de um partido ter de aliciar um Deputado de um outro partido para conseguir aqui, no Parlamento, aquilo que os portugueses não lhe tinham dado nas urnas!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nós assentamos numa maioria clara, e V. Ex.<sup>a</sup> diz que aceita os resultados eleitorais. V. Ex.<sup>a</sup> vai, com certeza, exercer o seu direito de oposição, e a maioria exercerá o seu mandato, sempre, no respeito pela minoria. Mas, deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, a maioria não aceitará qualquer ameaça, mesmo que velada, de que, fora desta Assembleia, se procura distorcer aquela que é a vontade democraticamente manifestada pelos portugueses!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

**O Sr. Francisco Louçã (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, li com atenção o Programa do Governo e constatei que este Programa, como uma telenovela que começa, tem um final ainda indefinido — pode ter vários, segundo os protagonistas e, porventura, o mercado —, mas tem suficiente intriga, suficiente romance e até muitos candidatos para alguns dos papéis que estão a ser desempenhados.

Mas entre contar uma história e governar vai uma grande diferença!

**Vozes do PSD:** — Ah, pois vai!

**O Orador:** — Por isso é que me parece que este Programa deve ser lido, discutido, esclarecido e rejeitado.

No entanto, começo por saudar um recuo registado neste Programa, com bom senso, pela maioria que o apresenta, que é o que ocorre na política de toxicodependência.

Segundo o Programa, esta maioria, que se bateu contra a esquerda deste Parlamento, rejeitando uma política decente, baseada no tratamento dos toxicodependentes, diz-nos — e agora bem! — que sim, que a toxicodependência é uma doença e, como tal, deve ser tratada, e abandona o combate em que foi derrotada no passado, quando procurava penitencializar e criminalizar o toxicodependente.

No entanto, noutras matérias, que são as decisivas deste Programa, todas as diferenças nos separam. E diria mesmo mais: no que diz respeito à política de imigração, à política social, à política económica e aquilo que propõe, aquilo que neste Governo não é novo, em relação ao anterior, é muito mau, mas tudo aquilo que é novo é absolutamente péssimo. E por isso mesmo rejeitamos este Programa.

Começo pela política económica, porque ela é o centro desta discussão e a ele não se pode nem se deve fugir.

Dizia-nos a candidatura que protagonizou que se comprometia com o défice zero em 2004. Agora, parece que já não é bem assim! Mas os problemas do défice zero, das contas públicas e da política consistente para a despesa e para a receita públicas são os problemas decisivos do debate que temos de travar aqui. E são dois os problemas

que estão inter-relacionados: o da receita, onde fracassou uma política de combate à evasão e à fraude fiscais, e este continua a ser o principal problema estrutural da injustiça social em Portugal, e, portanto, da incompetência do Estado, porque não cobra aquilo que tinha de cobrar por igual, pelos os mesmos direitos e pelas mesmas responsabilidades; e o da despesa, que é o problema da falta de despesa social, onde temos de apostar no futuro, e da demasiada despesa ostentatória ou facilitista, onde não há reprodução do investimento.

Esta bancada que represento opõe-se a políticas orçamentais justamente em nome de uma política de contas certas e denunciando tanto a incapacidade de obter receitas fiscais suficientes, e, portanto, a dificuldade de promover essa reforma fiscal que era decisiva, como a incapacidade de cortar as despesas que eram excessivas nas contas do Estado. Por isso, com alguma autoridade e a coerência da posição que sempre aqui defendemos, na Assembleia, posso agora defender, e devo fazê-lo, que a correcção das contas públicas tem de ser feita tanto do lado da receita como do lado da despesa.

Por isso, constato que este Programa recua, hesita e ziguezagueia. Recua em matérias essenciais que o Sr. Dr. Durão Barroso tinha prometido na campanha eleitoral. E estou a imaginar o desgosto, a surpresa e até a perturbação do Dr. Alberto João Jardim ao constatar que já não vai haver disciplina na zona *offshore* da Madeira, que já não vai haver qualquer actuação relativamente aos benefícios fiscais da zona *offshore* da Madeira, que iam ser controlados e verificados, porque sobre isso o Programa do Governo nada diz rigorosamente! Sobre isso só se ouve o eco do seu silêncio no seu discurso de apresentação do Programa do Governo.

No entanto, esta era uma matéria importante, e continua a sê-lo, porque no paraíso fiscal da Madeira, ao contrário de outros paraísos fiscais de Estados-membros da União Europeia, não se paga impostos, e, portanto, isso não beneficia a Região Autónoma da Madeira, não beneficia o País. Pelo contrário, cria-se o ponto de partida de toda a fuga legalizada do ponto de vista de evasão fiscal.

No que se refere às receitas não há, neste Programa, qualquer medida fundamental e o mesmo acontece em relação às despesas. O que há são maus sinais — aumentar a despesa. Ninguém o disse até agora, mas é fundamental que o País tenha consciência de que a proposta do seu Governo sobre a saúde é profundamente despesista, a não ser que, além do cheque que quer dar às administrações dos hospitais e das clínicas privadas, consiga acabar com os hospitais públicos e retirar as dotações orçamentais de que eles actualmente beneficiam. A não ser assim, a sua proposta é profundamente despesista. Mas, além disso, é injusta, porque o que nos diz sobre o IVA é precisamente o espelho desse ziguezague sistemático.

O IVA é duplamente injusto, pesa mais sobre os mais pobres. E agora anuncia-nos o Sr. Primeiro-Ministro que quer descontar mais aos mais ricos, através dessa engenharia financeira extraordinária de deduzir no IRS algumas das despesas do IVA. Não nos disse quanto, como e de que forma, mas o certo é que esse imposto, no bolso dos mais pobres, do Zé e da Maria, ou no desconto do Sr. Mello faz toda a diferença da injustiça. Porque o IVA tem a particularidade, que o Sr. Primeiro-Ministro não desconhecerá, de penalizar o consumo, que é a parte mais importante do rendimento disponível do Zé e da Maria, mas, em valor absoluto, afecta mais o Sr. Mello, que,

naturalmente, tendo menos percentagem de consumo no seu rendimento disponível, gasta um valor absoluto muito maior. E por isso aí se obtém, mais uma vez, um agravamento da injustiça.

É este o resumo deste Programa, um Programa que o Sr. Primeiro-Ministro sabe que agrava a crise social e económica. Ou, então, não sabe. Isto, porque o Governo não quer tocar na interrupção voluntária da gravidez, mas defende as recomendações da Plataforma de Pequim, que, justamente, acentuam a importância de reconhecer o direito da mulher de escolher sobre o aborto. Não sabe o que quer fazer com a Antena 2, com o Canal 1 ou com o Canal 2. Não sabe qual vai ser o «plafonamento». Não sabe quando vai atingir o défice zero. Não sabe de quanto vai ser o aumento do IVA e para quando. Não sabe para quando a convergência das pensões com o salário mínimo nacional, e de que forma. Este Governo não sabe e não propõe.

Por isso, compreenderá, Sr. Primeiro-Ministro, que temos razões fundadas para rejeitar este Programa, como uma má proposta para o Governo de Portugal.

*Aplausos do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, de facto, V. Ex.<sup>a</sup> não me surpreendeu, estranho seria se V. Ex.<sup>a</sup> aprovasse ou até se se absolvesse em relação ao nosso Programa.

V. Ex.<sup>a</sup> fez algumas considerações interessantes. Aliás, o que acho interessante nas intervenções do Sr. Deputado é que quase sempre tem graça, mas nunca tem razão.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — O «nunca» não será excessivo?!

**O Orador:** — Em relação à questão da toxicodependência, sejamos claros, aquilo que defendímos, e continuamos a defender, era um amplo consenso nacional de luta contra a droga. VV. Ex.<sup>as</sup> é que quiseram fazer aqui uma divisão por motivos ideológicos ou outros, procurando colocar na agenda uma questão que, para nós, não era nem nunca deveria ter sido a questão principal. Para nós, a questão nunca foi criminalização ou descriminalização, não era esta a questão relevante. Para nós, o relevante era assegurar um consenso nacional, o mais amplo possível, na luta contra a droga. Por isso lhe digo que as nossas prioridades mantêm-se e elas são: repressão do tráfico e ajuda às famílias que são atingidas por esse flagelo da droga. Espero, agora, o seu apoio a esta nossa política.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

V. Ex.<sup>a</sup> fez também uma referência à questão da imigração, que é uma questão que exige grande rigor, grande seriedade e a tentativa de descontaminarmos esse problema de qualquer consideração demagógica. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o Instituto de Emprego e Formação Profissional previa para 2001 a entrada em Portugal de 70 000 estrangeiros, mas, segundo o mesmo Instituto, terão entrado em Portugal mais de 150 000? O que é que pode fazer o Estado português? O que é que deve fazer Portugal, um país de dimensão

reduzida e de recursos escassos? Sejamos francos sobre esta matéria! Vamos fazer demagogia? Será que defendemos uma política de portas escancaradas, para, depois, vermos esses cidadãos estrangeiros a remexer nos caixotes do lixo dos hotéis de luxo?!

**Vozes do CDS-PP:** — Exacto!

**O Orador:** — Será que queremos uma política falsamente generosa, para, depois, promover a miséria de pessoas que não somos capazes de integrar na nossa sociedade?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Vamos ser sérios! Tem de haver uma política generosa no acolhimento, mas rigorosa na entrada. Esta é a nossa política e vamos levá-la a cabo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se à zona *offshore* da Madeira. Sempre que não há argumentos numa certa esquerda, a questão que descobrem é a da Região Autónoma da Madeira. É uma verdadeira obsessão!

Sr. Deputado, para V. Ex.<sup>a</sup> esta questão da zona *offshore* da Madeira é uma «bandeira», mas, para mim, não é, por isso não lhe dei a prioridade que V. Ex.<sup>a</sup> queria que desse. Mas digo-lhe com certeza que está de pé o compromisso que firmei com o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira de regularizarmos a situação dos residentes contribuintes que utilizam a zona *offshore* da Madeira. Mas, ao contrário de V. Ex.<sup>a</sup>, não quero acabar com o Centro Internacional de Negócios do Funchal, querro, pelo contrário, promover a sua posição, de modo a assegurar a sua competitividade internacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Penso que é útil para a Madeira e para Portugal esse Centro Internacional de Negócios.

Mas V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, que tantas vezes se mostra preocupado — e bem! — com a necessidade de combater a fraude e evasão fiscais, deveria ter deixado uma palavra de estímulo ou de apoio à nossa medida de deduzir ao IRS parte do IVA que vai ser cobrado, porque, como sabe, se fizermos essa dedução selectivamente para determinado tipo de bens ou de serviços, a verdade é que conseguiremos acabar com uma evasão fiscal, que aí precisamente se exerce de modo extremamente forte e intenso, prejudicando o erário público.

Por isso, Sr. Deputado, gostava ao menos de ter ouvido uma palavra de apoio àquela que vai ser uma medida concreta e que vai fazer muito para acabar com a evasão fiscal, que é a possibilidade de dedutibilidade em IRS de parte do IVA.

Estas são as nossas políticas. São políticas sérias, são políticas de rigor, são políticas que evitam a demagogia. A verdade, Sr. Deputado, é que não podíamos seguir a política de V. Ex.<sup>a</sup> em matéria de tributação de mais-valias. Reconheço-lhe a sua coerência! Ao Partido Socialista não posso dar o mesmo prémio de coerência, porque ele apoiou a reforma fiscal do Bloco de Esquerda, depois

voltou atrás e, finalmente, foi a meio do caminho, zigue-zagueando permanentemente.

Mas há uma coisa que lhe digo: estamos contra a vossa reforma fiscal e contra a reforma fiscal do Partido Socialista, e por isso vamos revogar medidas demagógicas que penalizaram — e de que maneira! — o nosso mercado e a confiança interna e externa na nossa economia.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, seguramente não o surpreenderei se lhe disser que Os Verdes não se revêem no seu Programa de Governo. Não é, seguramente, uma surpresa, mas, em todo o caso, depois de uma campanha eleitoral onde se disse muita coisa, mas, sobretudo, onde se fugiu a muitas questões que eram fundamentais do ponto de vista do debate político, não deixa de ser surpreendente alguma fragilidade, alguma falta de coerência e o sentir perfeitamente avulso de algumas das propostas que formula. Parecem propostas completamente desligadas, que não têm uma visão diferente, que não radicam em pressupostos novos, mesmo considerando que estamos a falar de um governo diferente e de direita, onde — se me permite —, do ponto de vista da abordagem das questões, é muito mais forte a marca do CDS-PP do que a marca do Partido Social Democrata, se as compararmos com algumas das suas propostas de há algum tempo atrás.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vou usar aquilo que me parece um propósito político importante do seu Programa. Foi sempre frisada a necessidade — e o Programa do Governo retoma-a — de haver clareza no discurso, verdade na acção e convicção e coragem nas decisões. Pois bem, partindo deste pressuposto, que me parece um bom ponto de partida, foi reconhecido muitas vezes — e não está longe da verdade — que o anterior Governo estava preso aos *lobbies* de interesses e que, mais vezes do que seria desejável, esses interesses se sobrepujaram ao interesse público, ao interesse dos cidadãos.

Dito isto, vou fazer-lhe perguntas concretas, e gostaria de obter respostas também concretas.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, fala no abastecimento de água e no grande mercado da água como um mercado no qual foi criado um monopólio. É certo que foi criado um monopólio. É certo que esse foi um monopólio onde a participação pública foi maioritária. É certo, também, como sabe, embora isto esteja totalmente ausente do seu Programa, que as questões ambientais estão intimamente ligadas com as questões de saúde pública, e, no sector da água, são uma questão nevrágica.

Portanto, pergunto-lhe, concretamente: o mercado da água vai ou não ser privatizado? Faço esta pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, porque, é a única coisa clara, o IPE será privatizado.

A segunda questão concreta tem a ver com a questão, aparentemente nova, das cidades. Considero verdadeiramente espantoso que, numa matéria tão importante como esta, haja um Ministro que está ou a prazo no Governo ou em *part time* numa autarquia, o que é seguramente um problema grave, com um significado político.

Significado político tem, seguramente, o Programa do Governo que fala da qualidade do ar interior e consegue,

pura e simplesmente, escapar a uma coisa que, hoje, está na agenda política de todos os governos, que é a questão da mudança climática. Ora, como o seu Governo nada diz sobre a mudança climática, pergunto: este é, ou não, um dossier que, pura e simplesmente, vai cair, independentemente de ser uma questão central em todo o mundo?

A terceira pergunta tem a ver com coisas vagas. Aliás, devo dizer que «ambiente» é uma palavra que surge muito, surge a propósito de tudo menos daquilo que se esperaria, que seria em relação às propostas políticas concretas neste domínio. Fala-se de ambiente económico, de ambiente jurídico, de gerar confiança e ambientes propícios à actividade económica, mas, em matéria de ambiente, as propostas são de uma confrangedora pobreza. Em relação a um dos domínios mais polémicos, mais escandalosamente, tornados públicos pela pressão, aliás, com triunfo, de grupos de interesse, que é o litoral, aquilo que o Governo diz, de uma forma verdadeiramente genérica, nada dizendo verdadeiramente, é que há necessidade de continuar a requalificar. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, considerando ainda por cima a polémica, que tem todo o sentido, de haver na equipa do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente alguém que está ligado a um grupo económico, pergunto, concretamente: o Governo vai, ou não, acabar com os escândalos que estão a acontecer no Sotavento algarvio? Vão, ou não, acabar com a pressão imobiliária e as negociatas, nomeadamente no Parque Natural de Sintra-Cascais?

Sr. Primeiro-Ministro, por último, gostaria de saber, visto querer repartir a riqueza — e esta foi, pelo menos, uma das promessas feita aos cidadãos — se se vai mexer no imposto sobre o património, como, quando e em que moldes.

A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, estou muito orgulhoso por ser este o primeiro Governo que junta, no mesmo Ministério e com essa designação, a função cidades, ambiente e ordenamento do território.

Temos um Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente porque consideramos que são matérias que devem merecer tratamento integrado, nomeadamente em acordo e permanente negociação com as autarquias locais, cuja ligação ao Governo será assegurada, precisamente, no âmbito deste Ministério. Por isso, embora não me tenha surpreendido a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, a Sr.<sup>a</sup> Deputada poderia ter deixado uma palavra de apreço pela criação do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, e isso não prejudicaria o sentido geral crítico da sua intervenção.

Não posso, de forma alguma, estar de acordo com a sua referência à desvalorização do ambiente neste Programa, pois assumimo-lo claramente não apenas no capítulo que lhe é dedicado mas em vários outros capítulos, como, por exemplo, no da agricultura, quando se assume o princípio do condicionamento das ajudas públicas ao respeito pelo ambiente, no dos transportes, quando também ligamos a política de transportes a uma eficiência do ponto de vista ambiental. E por que não salientar medidas como a elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, a promoção de planos regionais de

ordenamento do território, a recuperação dos planos estratégicos de cidade, o estímulo à actualização dos PDM, a constituição de uma base normativa para uma rede ecológica nacional, a continuação das medidas de requalificação do litoral, o incentivo à requalificação ambiental das zonas costeiras, a conclusão do enquadramento jurídico relativo às águas, materializando as orientações da directiva-quadro da União Europeia, a redefinição da estratégia de recursos hídricos, a elaboração e a aplicação de um plano nacional de gestão de resíduos e também, e a isto V. Ex.<sup>a</sup> não se referiu, a suspensão da prática de co-incineração, ...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esqueceu-se!

O Orador: — ... mostrando, concretamente, como o Governo é capaz de resistir aos *lobbies*. A propósito de *lobbies*, quero dizer que um dos *lobbies* que fez de facto pressão sobre este Governo, e ainda não éramos governo, foi precisamente o das cimenteiras — para sermos claros e directos —, e V. Ex.<sup>a</sup> não quis registar essa nossa posição.

Ainda em matéria de *lobbies*, quero dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, quando V. Ex.<sup>a</sup> fala de sector privado como se este sector fosse o terreno dos *lobbies*, esquece-se de que o maior grupo económico em Portugal é o Estado, e é o Estado que, muitas vezes, condiciona e prejudica de facto a livre concorrência, assim prejudicando os consumidores.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em algumas regiões do País, temos a água mais cara da Europa!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — O que se passa no sector das águas, em Portugal, é uma vergonha! A estatização do sector das águas repugna a toda a sociedade moderna. Por isso, a minha resposta é: «Sim, vamos acabar com a estatização no sector da água! Sim, vamos privatizar!»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não há que ter medo da concorrência, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Uma sociedade moderna assenta, precisamente, na livre concorrência. E aquilo que se passou ao longo destes anos no sector das águas foi, mais uma vez, introduzir a longa *manus* do Estado, criando não sei quantos conselhos de administração, nas mais diferentes empresas, que não deixaram a iniciativa privada exprimir-se neste sector, que poderia ser assegurado, com muito mais eficiência e sentido económico, por operadores privados. Por isso somos a favor da iniciativa económica!

Isto quer dizer que o Estado não tem papel? Não! Quer dizer que o Estado tem o seu verdadeiro papel, um papel de regulador, de fiscalizador, de assegurar a qualidade da água, que, infelizmente, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, em Portugal, deixa muito a desejar. Por isso, não estamos contra o Estado, nós queremos um Estado digno e um Estado forte, um Estado que cumpra as missões que lhe competem mas que deixe às pessoas, aos cidadãos, aos empresários, aquilo que eles sabem fazer mais e melhor do que o próprio Estado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Primeiro-Ministro, pelo Programa que apresenta, hoje, aqui, na Assembleia da República, e, antes de mais, vou realçar aquilo que resultou da sua intervenção.

É uma nova atitude política passados seis anos de «navegação à vista», passados seis anos de governação em função das ondas e das pressões da comunicação social, das sondagens, dos *lobbies*, dos interesses. V. Ex.<sup>a</sup> teve, aqui, um discurso que marca o inicio de um novo ciclo político em Portugal,...

**Vozes do PSD e CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... um ciclo político que tem vertentes fundamentais, face à situação do País.

Primeiro que tudo, quero felicitá-lo pela clareza e pela coragem com que interveio, hoje, na Assembleia da República; pela clareza do diagnóstico que fez, trazendo a verdade, a verdade que foi sistematicamente ocultada aos portugueses,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... a verdade que não foi assumida pelos responsáveis pelo descalabro em que o País se encontra!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Acabou-se o discurso redondo!

**O Sr. António Filipe (PCP):** — E começou o quadrado!

**O Orador:** — Acabaram-se os ziguezagues! Acabaram-se as ocultações!

Não é um discurso de acusação contra quem quer que seja, mas é o discurso necessário para que os portugueses conheçam a situação em que o País se encontra.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta é uma exigência do País perante quem o governa, e V. Ex.<sup>a</sup> antecipou a resposta adequada a essa exigência.

Mas, para além desta clareza, V. Ex.<sup>a</sup> revelou coragem; coragem em não adiar mais o País; coragem em não adiar mais as reformas; coragem em não adiar mais as soluções. E não hesitou em enunciar um conjunto de medidas, medidas essas que vão exigir sacrifícios aos portugueses, que têm a sua dureza, que não são simpáticas. Mas V. Ex.<sup>a</sup> pensa no País, não pensa nos sucessos imediatos, na comunicação social de amanhã, ou daqui a uma semana, ou daqui a um mês, ou daqui a um ano! Pensa no futuro de Portugal!

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É este o discurso que quero aqui salientar e homenagear.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É espantoso que quem criou esta situação e assumiu o compromisso de fazer um pacto de regime relativamente às medidas de contenção da despesa pública, que enunciou e não executou, não tenha tido a coragem, o que não nos espanta — não nos espanta quem durante seis anos não cumpriu, logo na primeira oportunidade, as promessas que sistematicamente fez aos portugueses enquanto oposição —, tendo deixado o País na situação financeira e económica em que se encontra, e a elementar ética de, ao menos agora, ter uma atitude de cooperação e de ajuda. Não nos espanta! Faz o mal e ainda mantém a atitude de não cooperação para o corrigir e recuperar Portugal. Os portugueses vão conhecendo cada vez melhor os socialistas e deram já a sua decisão no dia 17 de Março pelo vosso comportamento político.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas VV. Ex.<sup>a</sup> não aprenderam a lição e, apesar do julgamento dos portugueses, continuam a querer ocultar a verdade, porque a verdade vos dói! A verdade dos maus governos que os senhores tiveram à frente de Portugal durante seis anos!

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

**O Orador:** — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, ainda bem que o Partido Socialista não dá essa cooperação no pacto de regime! Ainda bem, e vou dizer-lhe porquê, Sr. Primeiro-Ministro. Porque, como dizia há pouco o Sr. Deputado Telmo Correia, parafraseando e citando Sá Carneiro, pois Sá Carneiro tinha razão, só se governa bem Portugal sem os socialistas e contra os socialistas. Que Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro vos inspire nesta caminhada e confirme a razão que eles tinham.

É sem os socialistas e contra os socialistas que V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo vai governar bem Portugal!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Força! Força!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro!

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, começo, naturalmente, por agradecer-lhe, sensibilizado e reconhecido, as palavras que quis dirigir-me, e vejo-as como a manifestação de apoio do grupo parlamentar que V. Ex.<sup>a</sup> dirige — o maior grupo parlamentar nesta Assembleia —, e por dizer-lhe que, da parte deste Governo, poderá contar com inteira lealdade em relação aos objectivos nacionais que nos propomos, porque, para mim, a lealdade e a solidariedade são uma avenida de dois sentidos. Temos de colaborar, maioria e Governo, em todos os sentidos para os esforços que o País de nós exige.

Aproveito também esta ocasião para felicitar V. Ex.<sup>a</sup> pela sua eleição como líder do Grupo Parlamentar do PSD, e torno extensíveis estas saudações aos líderes parlamentares do PS, Sr. Deputado António Costa, e do PCP, Sr. Deputado Bernardino Soares.

Sr. Deputado Guilherme Silva, V. Ex.<sup>a</sup> falou em sacrifícios que são necessários no nosso país. Porém, aquilo que me custa é reconhecer que muitos destes sacrifícios pode-

riam ter sido evitados se o anterior Governo tivesse ouvido as vozes de aviso que, da oposição, alertaram para o caminho errado que estava a seguir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta é, de facto, a verdade da nossa situação.

Mas também quero dizer, a si, Sr. Deputado, e a todos os Srs. Deputados e ao País, através da Assembleia da República, que, desta vez, os esforços que vamos pedir aos portugueses não são em vão, são esforços em nome de uma esperança! E, hoje, a palavra que quero deixar aos portugueses é de esperança e de confiança!

Temos de reconhecer as dificuldades — é o primeiro passo. Vamos fazer a mudança e vamos terminar com esperança. Este é o caminho para essa esperança.

Mas os portugueses devem entender que se não houvesse a coragem para agora tomarmos essas medidas, então, sim, hipotecariamoſ o futuro, e sobretudo os jovens, que não teriam saídas amanhã!

Os portugueses devem entender que nenhum governo apresenta medidas difíceis com qualquer prazer ou satisfação. Se, hoje, o Governo traz aqui algumas notícias que não são aquelas que gostaria de trazer, por que é que isso acontece? Acontece porque é obrigado a isso, dado o estado em que se encontra o País. Acontece porque somos obrigados a isso pela factura pesadíssima que vamos ter de pagar. Por isso é que temos a mesma convicção a dizer aos portugueses que são os esforços que vamos pedir-lhes durante algum tempo. E já falei sobretudo numa data e numa meta, que é a de, em 2004, procurarmos estar o mais perto possível do equilíbrio orçamental,...

*Vozes do PS: — Perto?!*

O Orador: — ... mas na certeza de que, se formos capazes de realizar este objectivo, se pusermos a nossa casa em ordem, se reequilibrarmos as contas públicas, estarão criadas as condições para, de forma sustentada, segura, sólida e credível, garantirmos aos portugueses, sobretudo aos mais fracos, aquilo a que têm direito: salários mais justos, pensões de reforma, para que deixem de ser de miséria!

É sobretudo a pensar nestes portugueses que vamos governar. Foi sobretudo a pensar nestes portugueses que tomámos a coragem de vir, aqui, dizer, com verdade, qual é a situação do país. Foi a pensar nestes portugueses que tomámos a decisão de não adiar aquilo que não deve ser mais adiado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de iniciarmos a segunda ronda de pedidos de esclarecimento, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar uma moção de rejeição do Programa do Governo que foi entregue na Mesa.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitida, a moção de rejeição n.º 2/IX, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar inicio à segunda ronda de pedidos de esclarecimento, dispondo cada orador do tempo limite regimental de 3 minutos.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pedi a palavra para comentar o Programa do Governo, actividade, aliás, a que me dediquei durante muito tempo como jornalista, mas agora iria fazê-lo numa outra qualidade, e confessar que fiz o meu trabalho de casa bem feito — posso mostrá-lo, pois está aqui, todo assinalado —,...

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!...*

O Orador: — ... mas não serviu para nada. Estejam descansados! Não serviu para nada, porque isto que está aqui, em linguagem metafórica, como a que o Sr. Primeiro-Ministro ainda há pouco utilizou em relação ao País, ao dizer que ele estava de «tanga», é palha!

*Risos do PS.*

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!...*

O Orador: — É palha! Ou seja, admito que, no meio da palha, apareça algum grão, mas, de facto, a esmagadora maioria do que aqui vem escrito é palha! É palha por quê? Porque nada há de concreto, são generalidades, são vacuidades, são coisas sem consistência. Não há um único exemplo concreto, quantificado, em relação às políticas que o Governo se propõe tomar nos próximos tempos. Eu não encontrei. Ou sou cego ou sou quadrado mentalmente!

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!...*

O Orador: — Mas a propósito da quadratura mental, que a bancada do PSD parece caracterizar, ou, pelo menos, há nela pessoas que não têm a boa educação de saber ouvir os outros... Não sei se será o vírus da Madeira que já chegou aqui!

*Risos do PS.*

Mas eu gostava de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que fiquei muito chocado com a sua intervenção.

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Isso já não é novidade!*

O Orador: — Posso falar ou não?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva tem todo o direito a fazer-se ouvir, e os Srs. Deputados têm a obrigação de respeitar quem está no uso da palavra.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: — Sinceramente, fiquei muito chocado com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro — enfim, talvez seja ingenuidade da minha parte, pois esta é a minha estreia no Parlamento —, pelo tom arrogante,...

*Risos do PSD.*

... pela sobranceria e a petulância com que se apresentou aqui. Parecia-me, permitam-me uma nova metáfora, um pavão em pleno espectáculo.

*Risos do PS.*

*Vozes do CDS-PP: — Olha quem fala!*

**O Orador:** — Permitam-me estas fantasias poéticas, já que se falou que os portugueses estavam de «tanga» e se disse coisas tremendas relativamente às pessoas desta bancada, porque, sinceramente, em minha opinião, a democracia tem a ver com o respeito que temos uns pelos outros no diálogo que estabelecemos e não pela forma arrogante com que nos comportamos.

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

E essa arrogância...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois o tempo regimental esgotou-se.

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Presidente.

Já agora, gostava de fazer algumas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro sobre o Programa do Governo, que é omisso a saber-se como fazer as coisas e é, pelo contrário, prolixo nas expressões enigmáticas, e darei dois exemplos, se o Sr. Presidente me permitir, a quem peço alguma tolerância por ser esta a primeira vez que intervengo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, eu sou tolerante, mas o Regimento não o é.

Peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Sr. Presidente, concluirá rapidamente.

Pergunto: o que quer dizer «Uma flexibilização dos mercados que permita uma maior mobilidade dos factores produtivos em condições socialmente aceitáveis; »?

Em relação à segurança social, o que quer dizer «(...) importa promover e consolidar uma nova dimensão ética das relações e transferências sociais...»

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Nós lemos o Programa!

**O Orador:** — ... fundada nos princípios da solidariedade, da subsidiariedade, da proporcionalidade dos meios e da subsunção...» — não sei o que isto é — «... aos novos desafios e respostas sociais». É com estes princípios que se quer revogar a actual lei da segurança social. É isto que se propõe.

Eu poderia dar dezenas e dezenas de exemplos destes, mas penso que estes chegam para explicar o que pretendo.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Informo que o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva beneficiou da tolerância da Mesa por ter sido a primeira vez que interveio, mas peço-lhe que não volte a fazer o mesmo.

Tendo o Sr. Primeiro-Ministro informado a Mesa de que responderá aos pedidos de esclarecimento por grupos de três, tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, verificamos com muita satisfação que, no Programa do Governo, V. Ex.<sup>a</sup> estabeleceu como prioridade fundamental a recuperação da autoridade do Estado. E em boa hora o fez, porque, na verdade, a autoridade do Estado foi a primeira vítima dos seis anos de mau governo socialista, de má memória, devo dizê-lo,

e é, de resto, um facto constatado pelo próprio Dr. Ferro Rodrigues no programa do seu governo. No entanto, quero crer que o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva também terá sido suficientemente quadrado mentalmente e cego para o ler, porque, se, porventura, o tivesse lido, teria visto muito mais generalidades do que as que diz encontrar no Programa deste Governo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Seja como for, o próprio Sr. Dr. Ferro Rodrigues notou como a autoridade do Estado foi posta em crise em valores tão essenciais como o da cidadania, em instituições essenciais ao Estado português como os tribunais e este próprio Parlamento, diariamente desrespeitados, numa confusão inaceitável entre a lesão do património público e o direito legítimo à contestação, numa insegurança crescente, nomeadamente, no que toca à população urbana, o que é hoje uma evidência, e em muito mais.

Sr. Primeiro-Ministro, dada esta herança, que é pesadíssima e que aqueles senhores que ali estão, na bancada do PS, nos deixaram — com pouca elasticidade mental, repito —, gostaria de saber como é que V. Ex.<sup>a</sup> vai corrigir este problema.

A segunda nota, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a questão da imigração. Verifico que V. Ex.<sup>a</sup> está preocupado com este problema e eu gostava que o precisasse pela razão que vou expor, porque, hoje, e os estudos demonstram-no, cerca de 10% da população que trabalha em Portugal é imigrante.

Assim, considerando que, com a livre circulação de pessoas e bens, há uma facilidade acrescida na entrada de imigrantes no nosso país, que há grupos organizados, do tipo mafioso, para a angariação de mão-de-obra e que, depois, uma vez empregue, a exploram, da forma que, infelizmente, todos sabemos, nomeadamente através da extorsão, que há falta de apoio à integração dos familiares dessa população imigrante no ensino e na saúde e que Portugal — principalmente Portugal — tem a obrigação de receber bem os imigrantes, já que grande parte da sua população é, há décadas, emigrante e vem enriquecendo um pouco, por todo o mundo, muitos outros países, gosta de saber, Sr. Primeiro-Ministro, o que tenciona fazer para, decididamente, resolver o problema que hoje existe em sede de imigração, em Portugal.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este Programa do Governo tem entre as suas características a de ser um claro Programa de ataque aos direitos dos trabalhadores.

É um Programa que começa, desde logo, por indicar e indicar a política de contracção dos salários e que faz até a crítica aos aumentos dados pelo Governo anterior, por excessivos, quando sabemos que nos últimos anos os trabalhadores têm perdido poder de compra e que esses aumentos não têm sequer sido ao nível da inflação.

É um Programa que prevê a redução de postos de trabalho. Veja-se o exemplo que é dado a nível da Administração Pública — e previno, desde já, que não estou a falar da extinção ou fusão de institutos ou serviços que são

dispensáveis e que duplicam as funções do Estado. Não se trata disto; trata-se da redução de postos de trabalho na Administração Pública, das privatizações e de tudo o que isto implicará na redução de postos de trabalho dos trabalhadores portugueses.

É um Programa que assenta numa lógica de aumento da precariedade laboral, de que, na função pública, o regime passará a ser o do contrato individual de trabalho, abdicando do vínculo de emprego público, para as novas gerações.

É um Programa que assenta numa lógica de aumento da flexibilidade, da mobilidade e da imposição de uma cada vez maior prevalência do trabalho a tempo parcial.

É, no fundo, o Programa e a política que as multinacionais e os grandes grupos económicos desejavam e que agora, parece, vêm consagrada no Programa do Governo.

É um Programa que aposta na negação do emprego com direitos, na negação da segurança no vínculo laboral, condenando ao risco — esses, sim, ao risco — os trabalhadores portugueses e ameaçando, com o ataque ao horário de trabalho e a outros direitos laborais, a estabilidade da vida familiar dos trabalhadores portugueses com esta desregulamentação das leis laborais.

É um Programa que fala em permitir que as empresas se adaptem aos novos desafios da competitividade e da inovação tecnológica, mas faz essa política à custa dos direitos dos trabalhadores, continuando, portanto, a pactuar com uma política patronal assente em baixos salários e em redução de direitos, em vez de obrigar as empresas portuguesas à modernização, e à modernização tecnológica.

É também um Programa de ataque aos direitos dos trabalhadores no que diz respeito à segurança social, em que se verifica a verdadeira consagração do caderno reivindicativo das seguradoras. Fala em preservar a segurança social pública, mas escuda esta afirmação no eufemismo da distribuição, por pilares, da responsabilidade, ou da partilha do risco com as famílias, escondendo atrás disto a entrega ao privado de parte da segurança social. Aquilo de que as famílias e os trabalhadores portugueses precisam, em matéria de segurança social, é de segurança nas prestações que lhes serão devidas, porque elas resultam das suas contribuições ao longo da sua vida de trabalho, e não de uma política que entregue o lucro às seguradoras e que deixe o risco para os trabalhadores.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Bernardino Soares, peço-lhe que termine.

**O Orador.** — Vou já terminar, Sr. Presidente. Peço-lhe uma certa tolerância para com este pobre continental...

#### Risos.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que não quer saber das ideologias, mas não há discurso e Programa tão ideológico como este, que consagra esta política de ataque aos direitos de quem trabalha. A esta agravada política neoliberal, privatizadora e anti-social daremos combate neste Parlamento e na vida política.

#### Aplausos do PCP.

**O Sr. Presidente:** — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, quero, em primeiro lugar, felicitá-lo, muito sinceramente, pela sua eleição e desejar que a sua presença aqui, neste Hemiciclo, seja um contributo para a qualidade da nossa vida democrática.

V. Ex.<sup>a</sup>, a propósito do meu discurso, falou em arrogância e deixe-me dizer-lhe que eu próprio, que sempre fui leitor muito atento das suas opiniões, não posso dizer que os seus editoriais não tenham sido, por vezes, bem mais categóricos do que algumas das minhas afirmações, e nunca fiz, nem farei, por exemplo, acerca da juventude portuguesa, afirmações tão definitivas como aquelas que V. Ex.<sup>a</sup> fez e, se calhar, nem direi, acerca dos meus adversários socialistas, aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> disse acerca do anterior Primeiro-Ministro de Portugal.

#### Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas fico sempre satisfeito, sinceramente satisfeito, e não há aqui qualquer ironia, quando vejo pessoas de outras actividades, que normalmente fazem juízos categóricos e definitivos sobre os políticos, virem também connosco partilhar esta responsabilidade e ver como é difícil, mas também digna, a política, quando é exercida com honestidade e sentido de responsabilidade.

Bem-vindo, pois, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, a este mundo da política, que é um mundo em que, muitas vezes, temos de modelar julgamentos, às vezes, definitivos e apressados.

Em relação ao Programa do Governo, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que um programa de governo não é um elenco quantificado de medidas. Um programa de governo é um conjunto, que se quer articulado, de orientações, e compete, depois, ao Governo, no âmbito da sua própria actividade, que é, por definição, uma actividade executiva, seleccionar prioridades, estabelecer o modo concreto de atingir este ou aquele objectivo. É o que faremos ao longo dos próximos quatro anos e seis meses, porque é esse o tempo desta Legislatura. Foi o que comecei por fazer hoje, aqui, no meu discurso, escolhendo, dentro do Programa, algumas prioridades e indo mesmo, em alguns casos, mais ao concreto do que seria de esperar numa apresentação inicial do Programa do Governo, como sucedeu, por exemplo, quando eu próprio, por minha decisão, quis apresentar linhas de força do próximo Orçamento rectificativo.

Por isso, Sr. Deputado, não pretenda já, neste momento, conhecer o detalhe de todas as orientações concretas e específicas do Programa do Governo, porque a verdade é que, ao longo dos próximos quatro anos e seis meses, teremos oportunidade de definir, em função da evolução do País e também em função de dados de que ainda não dispomos na íntegra, aquelas que serão as nossas políticas.

Em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, quero dizer o seguinte: como sabe, estima-se que, em cada 100 agentes de polícia, entre 30 e 40 estão em funções não directamente policiais, isto é, de burocracia, de manutenção, em actividades absolutamente acessórias relativamente à sua missão principal.

Por isso, a nossa prioridade será pôr os polícias na rua, garantir o patrulhamento efectivo, dar visibilidade aos agentes de polícia, por forma a que os cidadãos se sintam mais seguros, por forma a que as pessoas mais idosas ou as crianças, que hoje em dia têm medo de sair à rua a muitas horas da noite e também a muitas horas do dia, se sintam mais confortadas e com mais segurança.

Queremos também apostar nas polícias municipais, consideramos que isso é importante, porque entendemos que as polícias municipais também podem garantir uma maior segurança.

Queremos também uma melhor coordenação entre a Polícia Judiciária, a Policia de Segurança Pública, a GNR, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Vamos estudar as melhores soluções legais e, sobretudo, confiamos que não haja qualquer «espírito de capelinha» a impedir aquilo que, ao fim e ao cabo, é um bem indivisível, que é a segurança dos cidadãos.

Queremos ainda garantir um maior policiamento aos bairros mais difíceis, e por isso surge aqui a distinção de situações especiais de risco.

No que diz respeito à questão da imigração, também me orgulho de uma coisa: este é o primeiro Governo que fala desta questão com verdade e sem demagogia.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O problema da imigração, Srs. Deputados, é hoje extremamente sério e, se não fizermos algo, arriscamo-nos a perder completamente o controlo da situação.

Por isso, de entre as medidas a tomar nesta matéria, posso citar: a elaboração de um plano nacional para a imigração que proceda ao diagnóstico concreto da situação, de modo a que se possam planear, a médio prazo, as necessidades de trabalho de cidadãos extracomunitários em Portugal; a imposição de um limite imperativo à entrada de imigrantes, com base na ideia de que esse limite se estabeleça em função da nossa capacidade de acolhimento generoso a esses mesmos imigrantes; a abertura de postos consulares em países que são hoje países de origem desses fluxos migratórios, de forma a podermos trabalhar no sentido do controlo e da fiscalização desses fluxos de imigrantes a partir da origem e também através da realização de acordos bilaterais com os países de onde vêm esses trabalhadores.

Há, pois, um conjunto de medidas que, sem demagogia e sempre com o nosso espírito de solidariedade, que não dispensa o rigor, poderão ser um contributo para controlar um problema que, se não for enfrentado agora, poderá ser irresolúvel mais tarde.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, peço desculpa, ainda não respondi ao Sr. Deputado Bernardino Soares, mas não sei se disponho de tempo...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe do tempo equivalente ao dos Oradores que lhe formularam pedidos de esclarecimento. Foi o que ficou combinado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

**O Orador:** — Muito obrigado, Sr. Presidente. Pensava que dispunha apenas de 5 minutos.

Sendo assim, Sr. Deputado Bernardino Soares, quero, muito seriamente, dizer-lhe o seguinte: o Partido Comunista Português usa muito a estratégia ou a táctica de colocar na nossa boca coisas que não dizemos para, depois, as refutar. Só que nós não dissemos o que V. Ex.<sup>a</sup> disse que dissemos!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP):** — É a velha técnica!

**O Orador:** — Nós não estamos a favor de uma flexibilização da relação laboral no sentido dos despedimentos. Não estamos a favor disso! Estamos, isso, sim, a favor de uma flexibilização que acabe com factores de rigidez que vão contra as empresas e, portanto, também contra os trabalhadores. É aqui que, de facto, reside a nossa diferença, se quiser, ideológico. É que VV. Ex.<sup>a</sup> continuam a ver o mundo em termos de oposição entre empresas e trabalhadores e pensam que quanto maior for a flexibilidade das empresas pior é a situação dos trabalhadores. Eu penso exactamente ao contrário, isto é, quanto melhores forem as condições para as empresas, nomeadamente para as tais empresas multinacionais que V. Ex.<sup>a</sup> também referiu, mais condições teremos para fixar investimento em Portugal e para evitar, por exemplo, o que se está a passar em Portugal com multinacionais importantsíssimas, que se estão a deslocalizar daqui para países da Europa Central e de Leste. V. Ex.<sup>a</sup> sabe o que passou nas últimas semanas! Algumas das grandes empresas, por exemplo, da área têxtil estão a encerrar as suas instalações em Portugal! Isto não o preocupa?! A mim, preocupa-me! Isto vai levar ao aumento do desemprego, o que, aliás, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues previu hoje aqui. Previu porque ele sabe qual é a consequência natural das políticas que eles deixaram em Portugal.

**O Sr. António Costa (PS):** — Isso não é verdade!

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Não foi isso!

**O Orador:** — E se nós não fizermos isto agora, se nós não alterarmos esta orientação, então, sim, haverá um aumento do desemprego em Portugal.

Assim, a melhor forma de aumentarmos os direitos dos trabalhadores, Sr. Deputado, é lutar contra a existência destes factores de rigidez, é criar mais emprego em Portugal, é falar não apenas naqueles trabalhadores que estão no mercado de trabalho mas também naqueles que vão ingressar e que querem aceder a este mercado de trabalho.

Por isso mesmo, somos a favor de medidas de flexibilização, no sentido de a capacidade das nossas empresas e também dos nossos trabalhadores se adaptar a um sistema internacional mais competitivo e globalizado, que exige, de facto, outra adaptação. O mundo mudou! Já não é possível pensar nos termos de há 20 ou 30 anos atrás, em que um trabalhador entrava para uma empresa e ficava praticamente sempre na mesma posição, no mesmo local, no mesmo posto, sem qualquer hipótese de alteração. Temos de garantir condições de flexibilidade às empresas, de modo a poder conservar as que cá estão, a atrair outras que cá não estão e a não perder esta batalha da deslocalização com países da Europa Central e de Leste.

Estou certo de que é defendendo os interesses de uma economia moderna e livre que defenderemos também, mais e melhor, os direitos dos trabalhadores portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

**O Sr. João Cravinho (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que me parece que V. Ex.<sup>a</sup> ainda não fez a transição da sua posição de líder da oposição para Primeiro-Ministro de Portugal. V. Ex.<sup>a</sup>, que não sabia quando seria Primeiro-Ministro, quando iria governar, hoje, já sabe quando — é agora! —, o que não sabe é como!...

*Risos do PS.*

E isso é claro da leitura deste Programa do Governo. Este Programa — não sei se é um programa de governo mas são, em primeiro lugar, 201 páginas... — é forte em ideologia, é fraco em concretizações na ordem da defesa do interesse público concreto; é um programa difuso, etéreo nas soluções mas forte na crítica, como se V. Ex.<sup>a</sup> ainda fosse líder da oposição, que é uma oposição, no fundo, a si próprio.

Chegou o momento de dizer ao País, concretamente, como vai governar e é isso que falta neste Programa do Governo.

Aquela que era a medida emblemática, por excelência, do seu Programa — o choque fiscal — desapareceu, o que significa que o esqueleto, a coluna vertebral, a grande motivação para a sua política económica desapareceu.

O Sr. Primeiro-Ministro quererá reconhecer aqui que não tem política económica, que fez desaparecer a sua política económica ou, melhor, que a adiou para 2004? E adiou-a para 2004 em condições tais que, como a sua mentalidade só está voltada para a crítica, em 2001, tem o Comissário Solbes a dizer que o que interessa é 2002, em 2002 tem condições que já foram aqui totalmente desmontadas e, porventura, virão os anos de 2003 e 2004 e nunca se chegará à concretização.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, vamos a questões concretas...!

Em primeiro lugar, qual é a sua política fiscal? Não a tem, pelo menos até 2004!

O que vai fazer com a descida do IRS? Fala-se de descidas disto e daqueloutro e, para já, de desagravação das mais-valias. E o IRS? Ficará restrita a descida para aqueles que ganham mais de 1200 contos por mês?

O que vai fazer, Sr. Primeiro-Ministro, com a sisa e com a contribuição autárquica?

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — O que vocês não fizeram!

**O Orador:** — Diz-se que se trata de rever a sisa de uma forma que permita mais justiça e mais equidade. Espantoso! Seria bom vir aqui dizer que vai rever a sisa para dar mais injustiça e mais iniquidade!... Isto é zero, Sr. Primeiro-Ministro, «é água»!... Há modelos conhecidos, pelo que lhe pergunto o que vai fazer.

Sr. Primeiro-Ministro, outra pergunta: o combate à fraude e à evasão fiscais é para aqueles que tenham sido sancionados apenas pelos tribunais?

Quanto à reforma tributária, Sr. Primeiro-Ministro, zero!

O que se passa com a flexibilização do trabalho? Vai mudar as leis laborais para permitir o despedimento individual? Sim ou não? Não responda como antes das eleições, responda como governante! Responsabilize-se pelo que diz!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro,...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço para concluir.

**O Orador:** — Termino já, Sr. Presidente.

E o aeroporto da Ota, Sr. Primeiro-Ministro? Vai privatizar a ANA? Quando? Como? Vai suspender o aeroporto da Ota? Ninguém sabe! Qual é a ligação entre a concretização do arranque para a Ota e a privatização da ANA? O Sr. Primeiro-Ministro conhece esse dossier?

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular o seu pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de formular o pedido de esclarecimentos, quero iniciar esta minha primeira intervenção em Plenário saudando o Sr. Presidente de uma forma muito especial, saudação, essa que torno extensiva, na sua pessoa, aos grupos parlamentares e às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a quem desejo os melhores trabalhos.

Sr. Primeiro-Ministro, começo por felicitá-lo não só pelos resultados eleitorais mas também pelo Governo que formou e pelo Programa que apresentou, que tem uma marca de realismo muito forte e muito acentuada.

V. Ex.<sup>a</sup> ainda há pouco nos disse que vivemos um verdadeiro estado de crise orçamental. Tem razão! Sabem-no os partidos e sabem-no também, fundamentalmente, os portugueses!

O Programa do Governo é um programa para quatro anos, mas tem, quanto à economia, duas grandes vertentes, uma primeira, devida à antiga maioria, que é a da necessidade de sanear as finanças públicas e uma segunda, fruto desta maioria, que é a da vontade de desenvolver a economia.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — A primeira vertente é condição para que a segunda seja alcançada, no entanto, Sr. Primeiro-Ministro, pretendo colocar-lhe a seguinte questão: será possível, também agora e desde já, pôr em prática algumas das medidas essenciais anunciadas, como a promoção da concorrência, o estímulo ao investimento e a consolidação do tecido empresarial?

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, será possível avançar, finalmente — e quando —, com a reforma de fundo de que a nossa Administração Pública tanto necessita e relativamente à qual, nos últimos seis anos, no Governo «rosa», de legislatura ou legislatura e meia, muito se prometeu e pouco se fez, muito se estudou e pouco se aprovou?

Sr. Primeiro-Ministro, será que também aqui vamos, finalmente, ter acção?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Ainda para formular o seu pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo, nestes últimos tempos, tem feito do défice e do desequilíbrio das contas públicas o *alfa* e o *omega* da sua acção e do seu programa. Aliás, até se dá um facto curioso e original: o seu Governo deve ser o único governo da União Europeia que «bate o pé» por um défice superior àquele que a Comissão Europeia afirma existir em Portugal.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Bem lembrado!

**O Orador:** — É, de facto, uma originalidade deste Governo! Percebemos porquê, Sr. Primeiro-Ministro, mas não deixa de ser uma originalidade!

Reconhecemos, obviamente, que há um desequilíbrio nas contas públicas, aliás, já o afirmámos durante os debates orçamentais do ano passado e previmo-lo no debate do Orçamento do Estado para 2002, quando acusámos o PS de ter sobreavaliado as receitas e subavaliado as despesas — já me referi a isso na minha intervenção de há pouco. Esta é uma matéria que o PS terá de esclarecer e que, de algum modo, se liga convosco, em relação ao sacrossanto défice imposto pelo Pacto de Estabilidade.

A questão, Sr. Primeiro-Ministro, é que os senhores reconhecem que há um desequilíbrio das contas públicas, mas, depois, o ataque para resolver esse problema passa unicamente pelo lado da despesa. Há, de facto, despesa má, mas essa não é a questão essencial do desequilíbrio das contas públicas. A questão essencial do desequilíbrio das contas públicas em Portugal é o brutal nível de evasão e fraude fiscais que nem o PS nem os senhores, agora, se propõem combater.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — A minha questão é muito concreta, Sr. Primeiro-Ministro: por exemplo, V. Ex.<sup>a</sup> nada diz sobre o escândalo da fraquíssima tributação dos sectores financeiro e segurador, que continuam a pagar taxas de IRC da ordem dos 10, 11 e 12%. O Banco Comercial Português acabou de apresentar os seus resultados do ano passado: aumentam os lucros, mas a taxa de IRC que afirma pagar anda na ordem dos 11%!

Esta é uma questão central, Sr. Primeiro-Ministro: tributam-se as pequenas empresas com uma taxa de IRC de 30%, mas permite-se que a banca e o sector segurador (permite-se até que este não pague nada) tenham taxas de imposto sobre os lucros que são um escândalo nacional!

O que vai o Governo fazer para pôr cobro ao escândalo da fuga à fiscalidade e da receita fiscal do sector financeiro?

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Cravinho, V. Ex.<sup>a</sup> não deve ter ouvido o meu discurso, pelo menos com a atenção que eu esperava ter da sua parte...

De facto, não me recordo de, nesta Assembleia, um Primeiro-Ministro ter sido tão concreto na apresentação de um Programa do Governo, na medida em que não me limitei a apresentar orientações para os quatro anos da

Legislatura. Fiz mais: apresentei já detalhes para um Orçamento rectificativo que vamos apresentar dentro de semanas a esta Assembleia da República. Por isso, a crítica que poderia eventualmente haver era de excesso de concretização, não a crítica que o Sr. Deputado me dirigiu de o Programa do Governo ter ficado excessivamente vago.

Gostaria, efectivamente, de saber a opinião dos Srs. Deputados, nomeadamente do maior partido da oposição, em relação às medidas que vamos ter de tomar num curto prazo. Compreendo que queiram fugir ao debate, porque, na realidade, os Srs. Deputados sabem que essas medidas se impõem por causa do estado em que VV. Ex.<sup>a</sup> nos transmitem a governação do País, e aí a sua responsabilidade, Sr. Deputado, é especialíssima.

Recordo-me de que V. Ex.<sup>a</sup> foi, entre os membros do PS, quem mais aplaudiu a irresponsável reforma fiscal, que teve consequências tão negativas, quer em termos da confiança dos agentes económicos portugueses quer no modo como os mercados internacionais olhavam, e olham, para Portugal.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — É por isso que V. Ex.<sup>a</sup> tem responsabilidades especiais. Da sua parte esperava, pelo menos, um acto de contrição em relação ao erro da política económica seguida nos últimos anos.

Pergunta-me o Sr. Deputado pela nossa política fiscal. Já dei aqui alguns exemplos, e até bastante concretos, alguns dos quais gostaria de não ter de anunciar, como aquele que referiu, ou seja, a necessidade de aumento da receita para corrigir a situação de desequilíbrio em que se encontram as contas públicas. Há necessidade de um possível aumento do IVA já no próximo Orçamento rectificativo, bem como a introdução de uma possibilidade de dedutibilidade em sede de IRS de parte desse mesmo IVA.

Em relação ao IRC, já me comprometi, com a apresentação dessa medida, a uma redução para 20% até 2004. A própria descida do IRS também está contemplada no Programa, não permitindo o actual estado das finanças públicas dizer quando exactamente poderá ter lugar.

No que respeita ao imposto de sisa, Sr. Deputado João Cravinho, há uma falta de pudor da vossa parte... Bom, mas uma coisa quero garantir-lhe que não farei: não vou dizer, como fez o anterior primeiro-ministro, do seu partido, que acabarei com a sisa, porque a verdade é acabou primeiro ele como primeiro-ministro do que a sisa. Essa é a verdade, e não quero repetir o mesmo erro!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Por isso, Sr. Deputado João Cravinho, V. Ex.<sup>a</sup> diz que não sei como governar, mas digo-lhe que quando tenho dúvidas sei como: faço exactamente o contrário do que VV. Ex.<sup>a</sup> fizeram, e é provável que acerte nessa ocasião!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Grande critério esse!

**O Orador:** — Sr. Deputado, quanto ao receio em relação à Administração Pública e à necessidade da sua reforma, quero começar por dizer que já tomámos a primeira medida: extinguir o Ministério da Reforma do Estado e

da Administração Pública. Foi a primeira medida saneadora exemplar.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública só contribuiu para criar mais burocracia, mais despesa, mais inutilidade (e não vou utilizar a expressão usada por outros Deputados socialistas em relação a esse passado).

Mas temos outras medidas, a saber: controlo e rigor nas admissões; contrato individual de trabalho para as futuras admissões na função pública; reorganização da alta Administração Pública; fusão, extinção e integração de institutos públicos que se revelem desnecessários; descentralização da Administração Pública como a grande revolução tranquila desta Legislatura; acreditar mais na devolução do poder, no poder mais perto das pessoas; generalização dos mecanismos da sociedade de informação à Administração Pública em geral, criando uma melhor e mais próxima relação entre o cidadão e a Administração.

Sr. Deputado Lino de Carvalho, para mim, há uma condição essencial para a confiança na economia que é a credibilidade das políticas. E há uma condição indispensável para a credibilidade que é a verdade. Não se pode dizer a verdade a Lisboa e mentir em Bruxelas! Hoje em dia isso não é permitido!

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Mas quem é que manda: Bruxelas ou Lisboa?

**O Orador:** — Por isso, aquilo que queremos é que se saiba com rigor o estado das contas públicas, segundo, aliás, o conselho do Sr. Presidente da República, que disse «Esclareça-se o que houver a esclarecer!». É isso que queremos e por isso fiz algo que nenhum Governo tinha feito antes: nomeei uma comissão presidida pelo Banco de Portugal, uma entidade independente.

Não é o Governo que vai apresentar o resultado das contas públicas de 2001. Será essa comissão, liderada pelo Banco de Portugal, que, como se sabe, é completamente independente do Governo, que irá apresentar o estado das contas públicas. Creio que este é um exemplo de verdade e de transparência.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Acredito que só com base na verdade poderemos, de facto, governar. Só assim teremos o tal prémio de credibilidade, que pode restaurar a confiança na nossa economia.

Sei que era tentador, e talvez até mais fácil a curto prazo, para o Governo — permitam-me usar a expressão, uma vez que o Sr. Deputado João Cravinho falou em esqueletos — continuar a pôr os «esqueletos» no armário, fechar um pouco a situação, pretender que a situação não é tão grave. Era tentador e politicamente mais rentável no curto prazo, mas seria um caminho errado para o País.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso estamos a expor a verdade da situação.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas não é possível falar verdade aos portugueses e pretender enganar Bruxelas. É essa, de facto, a nossa via: falar verdade como condição prévia para a confiança interna e externa na nossa economia.

Em relação à questão da evasão fiscal, se essa é a sua intenção, Sr. Deputado, então, fico contente, pois ganhamos mais um aliado. Essa vai ser uma das nossas batalhas durante esta Legislatura, o que significa reformar e acabar com a actual situação da administração fiscal, que, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, é gravíssima, até em termos de autoridade, bem como repor a credibilidade da nossa administração fiscal. A Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, que hoje mesmo tomará a palavra neste Hemiciclo, poderá ser mais concreta neste domínio.

Temos como um dos grandes objectivos da Legislatura tomar as medidas necessárias para combater a fraude e a evasão fiscais, não distinguindo entre grandes e pequenos, porque para mim a lei é igual para todos: grandes ou pequenos têm de aceitar o império da lei!

Faz parte das nossas obrigações de cidadania o cumprimento das responsabilidades fiscais. Um dos nossos factores de atraso como País está ainda em muitos portugueses considerarem que não é assim tão grave fugir aos impostos.

**O Sr. António Costa (PS):** — Ainda bem!

**O Orador:** — Por isso, para além das medidas legislativas que se impõem, é necessário também uma mudança de perspectiva, de paradigma, uma mudança de cultura política! É necessário explicar ao País a situação e que aquele que não cumpre as suas obrigações fiscais não está a dar um bom exemplo aos seus filhos, que aquele que não cumpre as suas obrigações fiscais não está a cumprir os deveres que tem para com o seu País!

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — E eu espero a solidariedade de toda a Assembleia nesta batalha, que é uma batalha do Governo, mas que quero que seja uma batalha de Portugal: a batalha pela verdade fiscal, a batalha contra a fraude e a evasão fiscais, a batalha para Portugal, também aqui, estar na primeira linha de progresso de uma Europa democrática e de transparência!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Mas sobre a banca e os seguros disse nada!

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não resisto a retomar aqui uma consideração feita pelo Sr. Deputado Ferro Rodrigues, líder da oposição nesta Legislatura, aproveitando esta oportunidade para saudá-lo enquanto tal.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Não, líder do PS!

**O Orador:** — Falou o Sr. Deputado Ferro Rodrigues da impressão que lhe causara a abertura deste debate, ten-

tando, de resto atabalhoadamente, jogar com as palavras, de uma forma requentada e — permita-me assim considerar — deslocada, a propósito da renovação que seria exigível à sua bancada, a propósito de um refrescamento de ideias, de uma renovação que considero necessária numa bancada que perdeu as eleições e que foi julgada negativamente pelos portugueses, como os senhores foram, mas que aparentemente o senhor não foi capaz de aqui trazer hoje.

*Aplausos do Deputado do PSD Guilherme Silva.*

A verdade é que no seu julgamento, aquele que verdadeiramente interessa, os portugueses entenderam que o senhor, Dr. Durão Barroso, e não o Dr. Ferro Rodrigues, é o melhor Primeiro-Ministro para Portugal!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Por isso os portugueses lhe deram vitória, Sr. Primeiro-Ministro, sendo a si, e não ao Dr. Ferro Rodrigues, que acabe a responsabilidade de governar o País!

*Aplausos do PS.*

Devo dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que V. Ex.<sup>a</sup> encontra o País numa situação em que há uma herança amarga e pesada deixada pelos governos socialistas. Trata-se de uma herança não apenas de natureza financeira, mas que também no plano da política clientelar, no clientelismo desenfreado prosseguido pelo PS, deixou seguramente marcas profundas na Administração e na estrutura do Estado. De resto, Sr. Primeiro-Ministro, a comunicação social tem feito eco, nos últimos meses, de um desenfreado percurso de nomeações, de colocações de pessoas do PS no aparelho, na administração central, no Estado.

É evidente que esta situação, do ponto de vista legal, pode ser discutível — e não quero discuti-la agora aqui —, mas é evidente que do ponto de vista ético é completamente inaceitável. De resto, a Assembleia da República terá, no futuro, de encarar mecanismos para prevenir que situações como estas, do ponto de vista da ética da política inaceitáveis, possam repetir-se.

A questão que quero colocar ao Sr. Primeiro-Ministro com toda a clareza, porque é necessário que o País tenha uma resposta clara sobre esta matéria, é a seguinte: como é que o senhor e o seu Governo vão lidar com esta herança clientelar que herdaram do Governo socialista?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de formular a questão que quero colocar relativamente às suas propostas no domínio do audiovisual, em particular da RTP, gostaria de citá-lo, lembrando as múltiplas ocasiões em que, confrontado com os anos do «cavaquismo», V. Ex.<sup>a</sup> respondeu, e bem: «Sobre isso já fomos julgados, o que se trata agora é das soluções para o futuro do País.»

Deixemos, pois, o passado e o seu cortejo de erros, pelos quais, de resto, já todos fomos julgados, e olhemos para o futuro e para aquilo que o seu Governo se propõe

agora fazer. Mas ao procurar fazê-lo abate-se muito rapidamente sobre nós uma cortina de chumbo, que só V. Ex.<sup>a</sup> poderá, espero, levantar ou dissipar. É que sendo hoje a actividade televisiva considerada, por todos os países desenvolvidos, absolutamente nevrálgica e estratégica de vários pontos de vista, nomeadamente do ponto de vista da soberania e da identidade nacionais, o Governo vem agora propor a supressão de um canal de serviço público, mas sem dizer uma só palavra sobre o que concretamente pretende fazer. Do que não restam dúvidas é que, ao arrepião do que se passa em todos os países da União Europeia, o Governo português se prepara para aumentar o fosso que nos separa da Europa, até mesmo no domínio da qualificação, ao contrário do que o Sr. Primeiro-Ministro há pouco pretendia, onde não há um só país que não tenha dois, três ou mais canais de serviço público, pela razão muito simples de que há no seio da União o consenso técnico, científico e político de que sem dois canais não é possível garantir um serviço público digno desse nome.

Pergunto-lhe, pois, Sr. Primeiro-Ministro: o que é que vai fazer? Vai vender? Vai fechar? Vai privatizar? Vai alienar? E qual dos canais? E quando? E como? E a quem? A operadores nacionais ou estrangeiros? E mantém ou acaba com a publicidade?

Sr. Presidente e Srs. Deputados: que conceito de serviço público tão insólito é este que ninguém conhece nem pratica na União Europeia, que deve valer tão pouco, nomeadamente nas suas funções de soberania e de identidade, que leva a que este Governo não possa, no futuro, porque do futuro estou a falar, garantir sequer um financiamento de 0,1% do Orçamento do Estado? E este é um ponto que queria lembrar a esta Assembleia: o canal cuja extinção o Governo aparentemente anuncia custa aos portugueses 0,1% do Orçamento do Estado!

Que ambição tão míope é esta, Sr. Primeiro-Ministro, que ameaça privar os portugueses de um bem público que em toda a Europa os governos procuram consolidar e mesmo multiplicar?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

A questão do audiovisual é reveladora, do meu ponto de vista, de um raquitismo político que atravessa todo o Programa do Governo, a mostrar bem as limitações de uma perspectiva estritamente mercantilista de um bem público tão precioso como é o espectro radioeléctrico e a mostrar, ainda mais, como, para pasmo de muitos, nos confrontamos afinal com um programa que a cada passo revela não uma inspiração social-democrata mas todo o peso da direita mais conservadora, assim colocando mesmo a questão de saber quem é que, de facto, governa o País, se o partido que teve 40% dos votos se aquele que, afinal, teve 8%.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Neto.

O Sr. Jorge Neto (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro referiu — e bem — que o défice de 2001 atinge cerca do triplo do valor que estava projec-

tado de início, ou seja, cerca de 3%, quando o valor projectado inicialmente era de 1,1%.

Sabe-se hoje que essa derrapagem do défice não é imputável exclusivamente, como alguns «fazedores de promessas» peroraram, ao arrefecimento da economia, ao ciclo económico vivido em 2001. Boa parte dessa derrapagem do défice é imputada à despesa discricionária e não ponderada e à ineficiência da cobrança da receita, havendo até um sobredimensionamento da receita no Orçamento de 2001. Aliás, a própria Comissão Europeia e o Comissário Pedro Solbes Mira o referiram.

Dos dados já conhecidos da execução orçamental de 2002, assiste-se a uma situação verdadeiramente catastrófica das contas públicas: 110 milhões de contos de défice nos três primeiros meses deste ano, por contraposição a um *superavit* de cerca de 16 milhões no ano de 2001. Sabe-se — a Ministra das Finanças já o disse — que a manter-se esta trajectória chegámos ao final do ano com um défice estimável da ordem dos 4,5 a 5%.

É óbvio que, perante esta situação de verdadeira catástrofe, é necessário introduzir uma mudança de rumo clara, frontal e determinada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro apontou esse rumo, e ele assenta em duas vertentes essenciais: de um lado, racionalizar a despesa, nela fazer um corte; de um outro lado, aumentar a receita e, no que concerne a esse aumento, não só melhorar a eficiência da administração fiscal, com vista ao combate à evasão e à fraude fiscais, mas também, porque tal é absolutamente incontornável, aumentar o IVA em um ponto percentual em relação a determinados bens não essenciais.

Face à reacção desabrida de algum espanto de algumas bancadas deste Parlamento e dada a constatação óbvia e irrefutável da situação difícil das finanças públicas portuguesas, a reclamarem uma urgente imposição de ordem nas contas públicas, o que perguntava ao Sr. Primeiro-Ministro era, concretamente, isto: há alguma alternativa ao rumo que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de traçar? Haverá aqui alguma «terceira via», não perscrutável à primeira vista, que possa pôr as contas públicas portuguesas na ordem?

Aplausos do PSD.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Há o choque fiscal.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates, que beneficia de tempo cedido pelo Partido Social-Democrata.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Esta sessão da Assembleia foi já mais esclarecedora de como vai ser a governação do que o próprio Programa de Governo. Ficámos já a saber alguma coisa quanto ao estilo: os senhores vão governar contra o PS.

O Sr. Narana Coissoré (CDS-PP): — Se for preciso.

O Orador: — Mas é talvez altura de recordar ao Sr. Primeiro-Ministro que o seu principal dever é governar a favor dos portugueses. Por favor, não se esqueça disso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, ficámos também a saber que o Programa do Governo revogou o programa eleitoral do PSD. Primeira promessa do candidato Durão Barroso: vou baixar os impostos. Primeira decisão do Primeiro-Ministro Durão Barroso: vou subir os impostos.

Este facto vai marcar esta sessão!...

Aplausos do PS.

Há uma linha em que o Programa do Governo, temos de convir, mantém a linha do programa eleitoral: aquela que já na altura foi denunciada como sendo a do adiamento.

De facto, em vários projectos, que são fundamentais e estruturantes para o desenvolvimento do País, os senhores não encontram melhor proposta do que a de elaboração de mais estudos. É assim no que se refere ao TGV e é assim no que diz respeito ao novo aeroporto. Mas aquilo que vai ficar como o paradigma do adiamento e da irresponsabilidade é a decisão que o Sr. Primeiro-Ministro nos propõe de abandonar o método de co-incineração como tratamento dos resíduos industriais perigosos, não o substituindo por qualquer alternativa e deixando o País sem solução.

Essa decisão, Sr. Primeiro-Ministro, é irresponsável e contrária aos interesses nacionais, porque deixa o País sem solução, porque é um retrocesso na política de ambiente e porque é, sem dúvida, uma das medidas que mais desprestigia o Estado. E desprestigia-o porque cede à gritaria, cede à demagogia, cede ao preconceito e cede aos localismos.

Esta medida, Sr. Primeiro-Ministro, não o dignifica, esta medida não vai no caminho certo, esta medida é própria de um Primeiro-Ministro fraco e, Sr. Primeiro-Ministro, não há governos fortes com primeiros-ministros fracos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, em relação à questão do clientelismo de Estado que me colocou, quero dizer-lhe que, de facto, é preocupante a situação que herdámos. Aliás, posso dizer-lhe que de 10 de Dezembro de 2001 até 5 de Março de 2002, ou seja, no decorrer de um período em que o governo estava já demitido, foram nomeados, por razões político-partidárias, 399 responsáveis. Essas 399 nomeações foram feitas num espaço de três meses e já com o governo demitido, sem qualquer razão de urgência que as justificasse, o que coloca, além do mais, uma questão ética: qual é a legitimidade de um governo para proceder a nomeações quando já não tem a confiança política que lhe permite exercer a responsabilidade governativa e quando isso, além do mais, cria uma hipoteca para o futuro? É que muitas destas nomeações, nomeadamente aquelas que foram feitas em institutos públicos, mas não só, se fossem agora revogadas acarretariam custos ao erário público, porque exigem avultadas indemnizações.

O Sr. Narana Coissoré (CDS-PP): — É uma vergonha!

**O Orador:** — Portanto, isto mostra a irresponsabilidade, a vontade de criar factos consumados, à socapa, à última hora, numa gesto que é tudo menos uma atitude de Estado, uma atitude responsável perante o dever de governação.

Srs. Deputados, nós, que queremos agora mudar esta filosofia, vamos usar um critério diferente: não afastaremos ninguém por razões político-partidárias, mas exigiremos a todos aqueles que exercem altas funções no Estado, na Administração ou nas empresas públicas, a resposta a critérios de exigência do ponto de vista de qualidade e de competência técnico-profissional.

*Aplausos do PSD.*

Dai a ruptura com a actual situação.

Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho, V. Ex.<sup>a</sup> fez considerações sobre a televisão pública com as quais em parte concordo e em parte discordo. E discordo sobretudo da sua omissão. O Sr. Deputado não falou da questão financeira!...

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Pudera!...

**O Orador:** — Como se fosse irrelevante, como se não contasse, como se não fosse significativo que, ainda em Janeiro deste ano, a RTP tenha contraído um empréstimo de 25 milhões de contos, como se não fosse significativo que tenha 150 milhões de contos de dívida à banca, como se não fosse significativo e grave para os contribuintes que só o serviço da dívida, os juros, sejam mais de 8 milhões de contos, como se não fosse significativo que os resultados negativos de 2001 fossem de 40 milhões de contos, como se não fosse significativo que a RTP tenha custado nestes anos do vosso governo, em prejuízos acumulados, mais de 300 milhões de contos aos contribuintes!...

Isto não quer dizer nada?!... Isto não revolta, Sr. Deputado?!...

No resto, estou de acordo consigo. Em salvar o serviço público estamos de acordo!... Aliás, li algumas das coisas que o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho escreveu e não posso estar mais de acordo!... Hoje, a batalha da soberania passa muito pela defesa da língua portuguesa, pela defesa de um serviço público de qualidade, que é o que nós não temos em Portugal. Por isso vamos ter de salvar um serviço público, mas um serviço público que não represente esta sangria financeira e este peso para os contribuintes!....

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Muito bem!...

**O Orador:** — Esta é a questão!... Temos de resolver o problema da RTP nestes dois parâmetros, ou seja, acabar com a sangria financeira, porque não há dinheiro para tudo, e definir, redimensionando, um serviço público de qualidade. Dentro destas duas orientações de base será encontrada a melhor solução técnica, o melhor modelo financeiro e de gestão e isso será feito a curto prazo. O Ministro da pasta já tem orientações precisas do Conselho de Ministros para levar a cabo esta tarefa, que é, de facto, uma tarefa difícil.

Por isso, quero sublinhar e explicar um ponto ao Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho, que convém que todo o País também entenda: não há dinheiro para tudo! E esta é que é a questão: quando não há dinheiro para tudo, o que é que pode fazer uma família, o que é que pode um Governo? Ou se endivida ou poupa. Como já não nos pode-

mos endividar mais, porque o Estado está endividado, a banca portuguesa está endividada e, como não vamos roubar, temos de poupar.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Será que isto é tão difícil de compreender?... Não vamos roubar; temos de poupar! Essa é que é a questão essencial. Por isso, rigor! Rigor no Estado, rigor nas empresas públicas, rigor na comunicação social! Esta é a nossa mensagem. E, por isso, vamos levar a cabo este esforço nacional de contenção e de modelo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, assim, de certo modo, já respondi ao Sr. Deputado Jorge Neto, cuja pergunta também agradeço: não havia, de facto, alternativa. Não há alternativa!

Aliás, por essa razão é que o anterior primeiro-ministro «fugiu»...

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Fugiu?... Isso é terminologia?!

**O Orador:** — Ele sabia que não podia continuar com aquele modelo de governação e deixou-nos a responsabilidade de endireitar as contas do Estado. Temos de ter esta política. Quer queiramos quer não, vamos ter de poupar, vamos ter de pôr rigor nas contas públicas. O País exige-o! Senão ficamos fora do pacto de estabilidade da União Europeia.

Não vamos fugir a essa responsabilidade. Sentimo-nos preocupados com a situação e, ao mesmo tempo, muito mobilizados e entusiasmados com o facto de, num momento difícil, mais uma vez, termos esta responsabilidade de «pôr a casa em ordem» e pôr outra vez Portugal no caminho do crescimento, da confiança e da credibilidade. E vamos fazer isso. Não vamos desistir!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado José Sócrates, mais uma vez, tivemos aqui hoje o exemplo: por causa do despesismo em matéria de tempo da bancada do Partido Socialista, tivemos de ser nós a ceder algum tempo ao Sr. Deputado para fazer a sua pergunta.

*Aplausos PSD e CDS-PP.*

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Não foi o Governo, mas o PSD!

**O Orador:** — Essa é a nossa função e, como sempre, fazemo-lo com generosidade — a prova de que o rigor não exclui medidas de generosidade até em relação aos nossos adversários.

No entanto, Sr. Deputado, em matéria de co-incineração, V. Ex.<sup>a</sup> e o seu partido têm o hábito de apresentar como problemas resolvidos problemas que apenas equacionaram. Se o problema da co-incineração já estivesse resolvido, não tinha sido possível suspender a co-incineração. A verdade é que VV. Ex.<sup>m</sup> andaram seis anos para que o País ficasse na mesma, com os resíduos industriais perigosos a céu descoberto! A verdade é que em seis anos não encontraram uma solução!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

A verdade é que, quando o Governo socialista assumiu funções, estava uma solução em curso.

**Vozes do PS:** — Em curso?!

**O Orador:** — Podia-se concordar ou discordar dela, mas havia uma solução em curso: a solução da «co-incidência dedicada».

VV. Ex.<sup>as</sup> suspenderam essa decisão e, ao fim de seis anos, ainda nem sequer sabem qual é a quantidade de resíduos perigosos do ponto de vista industrial. Esta é que é a situação.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — É verdade!

**A Sr.<sup>a</sup> Elisa Ferreira (PS):** — Leia os papéis!

**O Orador:** — Por isso, o que lhe posso garantir, Sr. Deputado, é que não vamos demorar seis anos a decidir e que o problema será resolvido, ao contrário do que aconteceu com VV. Ex.<sup>as</sup>, que não foram capazes de o resolver!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado António Costa pede a palavra para interpelar a Mesa. Pode informar qual é o conteúdo dessa interpelação?

**O Sr. António Costa (PS):** — Com certeza, Sr. Presidente, mas devo informá-lo de que passaram a ser duas interpelações à Mesa: uma sobre a questão dos tempos; outra para solicitar um documento ao Governo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, é da praxe parlamentar os grupos parlamentares terem relações de cortesia mútua, que julgávamos ser possível manter ao longo desta Legislatura.

Agradeço publicamente ao Sr. Deputado Guilherme Silva a gentileza que teve em ceder-nos 2 minutos e 30 segundos, mas devo dizer-lhe que, perante o comportamento do seu líder partidário, não voltaremos nesta Legislatura a pedir 1 segundo!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Que falta de *fair play*!

**O Orador:** — No entanto, com toda a frontalidade, gostaria também de informar a Mesa, as bancadas e o Sr. Primeiro-Ministro que não poderemos voltar a ter em Conferência de Líderes a tolerância que tivemos para a adopção de regras excepcionais quanto ao tempo.

Esta foi a primeira vez, por tolerância nossa e contra o que vem no Regimento, em que um primeiro-ministro teve direito a falar em resposta tanto tempo como o tempo atribuído para as perguntas. Nunca tinha acontecido. E foi positivo que tivesse acontecido em nome da cortesia, da frontalidade e da vivacidade do debate democrático. O Sr. Primeiro-Ministro demonstrou não perceber o que são

estes valores. Comportar-nos-emos em conformidade: é a última vez que consentiremos que o Governo fale 1 segundo a mais do que aquilo que lhe atribui o Regimento.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Voltando à primeira interpelação à Mesa, gostaria de solicitar...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, chamo-lhe a atenção de que o seu tempo regimental para a interpelação se esgotou.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade de concluir.

**O Orador:** — Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que obtivesse junto do Sr. Primeiro-Ministro a lista nominal das 399 nomeações a que se referiu na sua intervenção, especificando a data em que o despacho foi proferido e o cargo para o qual foi procedida a nomeação. Creio que esse documento é da maior utilidade, porque aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse é, obviamente, uma referência grave e importa que conheçamos, em todo o detalhe, o que é que queria dizer com esta referência que fez.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Costa, quanto a esta sua última interpelação, recomendo que elabore um requerimento, conforme os seus requisitos formais, para o endereçarmos ao Governo e obtermos as informações que solicita e que são absolutamente situáveis dentro das prerrogativas constitucionais dos Srs. Deputados.

Sobre a sua primeira observação acerca dos tempos de debate, a Mesa regista a posição do Partido Socialista. Em Conferência de Líderes procuraremos acertar orientações sobre esta matéria para futuros debates.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares também pede a palavra para uma interpelação. Qual o seu conteúdo?

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes):** — Sr. Presidente, é exactamente nos mesmos termos da interpelação do Sr. Deputado António Costa e é bastante mais breve.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, quero apenas dizer, na sequência das palavras do Sr. Deputado António Costa, rapidamente, que tudo quanto se passou em termos de regras aqui no debate — já o foi dito e reafirmo — foi assente em conferência de líderes.

Naturalmente que o Sr. Deputado António Costa sabe muito bem que, ao tentar levantar uma questão incidental e processual, está sobretudo a fazer política.

O comentário que quero e tenho todo o direito de fazer é este: vir, no final de um debate desta importância — que correu, de resto, com a dignidade que todos assistiram —, levantar uma questão menor, «uma tempestade num copo de água» numa questão processual...

**Vozes do PS:** — Foi o Sr. Primeiro-Ministro!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, têm de deixar ouvir o Orador.

**O Orador:** — ... tem um significado e uma conclusão política muito escolar: com toda a habilidade, mas sem o conseguir, o Sr. Deputado António Costa veio tentar com *faits divers* desviar as atenções, mostrando que perderam o debate e queriam agora ganhar em razões processuais aquilo que não ganharam na razão política.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Afinal, a interpelação do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares era apenas um comentário à interpelação anterior.

**O Sr. António Costa (PS):** — Qual foi, afinal, a figura regimental?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Guilherme Silva, pede a palavra para que efecto?

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, gostaria também de fazer uma interpelação à Mesa sobre a questão dos tempos.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, como sabe, estes tempos foram definidos em conferência de líderes.

Naturalmente que para o Sr. Deputado António Costa, que é um brilhante parlamentar como todos reconhecemos, lhe correu mal a manhã e teve necessidade de arranjar aqui um *fait divers* processual.

No entanto, é bom que se esclareçam alguns pontos. Em primeiro lugar, em relação ao tempo que cedi, fui com muito gosto e quero dizer que mantenho a disponibilidade de ceder, quando e tiver tempo para isso.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Lamento que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha tido *fair play* para perceber a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro,...

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Foi uma *gaffe*!

**O Orador:** — ... que foi uma intervenção própria da dialéctica parlamentar, uma mera graça que não tem qualquer sentido menos adequado e de menos consideração pela bancada do Partido Socialista. Lamento que V. Ex.<sup>a</sup>, como líder da bancada do Partido Socialista, não tenha tido esse *fair play*.

Em relação aos tempos, é bom que se tenha presente que esta proposta de nos debates em que está presente o Sr. Primeiro-Ministro não fixar os tempos para as respostas é um benefício parlamentar, no sentido de obter o máximo de explicação por parte do Primeiro-Ministro. Foi proposto pelo PSD, no âmbito da reforma do Parlamento, quando era primeiro-ministro o Eng. Guterres,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Exactamente!

**O Orador:** — Reforma que não se fez, porque VV. Ex.<sup>a</sup> boicotaram sempre a sua aprovação.

Portanto, não foi para beneficiar este Primeiro-Ministro, mas para beneficiar o Parlamento com a maior amplitude de explicação por parte de todos os primeiros-ministros.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Guilherme Silva, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

**O Orador:** — É lamentável que V. Ex.<sup>a</sup> queira manter este sistema de não dar ao Parlamento o máximo de oportunidade de explicações por parte do Governo, o que é uma essência, uma fiscalização, uma actuação fundamental do Parlamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está visto que todos querem marcar uma posição sobre esta matéria. Não sei se isso será útil para o debate parlamentar.

Tenho ainda inscritos, para interpelações à Mesa, os Srs. Deputados Telmo Correia e António Costa, mas se as prolongamos muito vamos almoçar mais tarde e a tendência será querer recomeçar com atraso o debate da tarde, o que não seria deseável.

Peço, por isso, aos Srs. Deputados que sejam muito breves e que façam todo o possível para se dirigirem à Mesa, porque esse é o conteúdo da interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, serei muito breve.

Tinha ficado com a ideia, em conferência de líderes, de que este modelo de tempos é normal, adoptado em todos os últimos debates em que o primeiro-ministro esteve no Parlamento, portanto, fiquei surpreendido...

**O Sr. António Costa (PS):** — Não, não é!

**O Orador:** — O Sr. Deputado falará a seguir, mas esta é a ideia com que fiquei da Conferência de Líderes e daquilo que ouvi na altura.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que não percebi bem qual é a intenção do Sr. Deputado António Costa. No entanto, devo dizer-lhe que, independentemente de ser parlamentar, me choca e considero estranho que, havendo uma perspectiva de dialéctica parlamentar, se pretenda que as perguntas tenham muito mais tempo do que as respostas. Não sei se faz sentido sequer que as perguntas sejam maiores do que as respostas.

E sublinho, apenas, que assistimos hoje, aqui, a uma demonstração de um facto: o Sr. Primeiro-Ministro esteve aqui a demonstrar que é muito melhor Primeiro-Ministro do que o anterior.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — E aquilo que é estranho é a vossa mudança: quando o primeiro-ministro era do Partido Socialista, queriam que ele não fosse ouvido aqui; agora que o primeiro-ministro é de uma nova maioria de centro e de direita, os senhores tentam, obviamente, que ele não pos-

sa falar. É muito estranho. É uma mudança demasiado rápida.

E também lamento e tenho pena que, efectivamente, esta parte da manhã do debate não vos tenha corrido bem de todo. Boa sorte para a parte da tarde!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Onde está a figura regimental, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Costa. Peço-lhe também para ser muito breve.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, serei brevíssimo.

Quero, apenas, desfazer aqui este pequeno equívoco: interpreto as palavras do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, do Sr. Deputado Guilherme Silva e do Sr. Deputado Telmo Correia, de censurarem a forma como foi aqui suscitado um incidente em matéria de tempos, como uma solidariedade para com a bancada do PS perante a deselegância do Sr. Primeiro-Ministro. Estamos de acordo.

Foi uma boa lição que deram — e agradeço-vos — ao Dr. Durão Barroso nesta difícil aprendizagem em que está da função que tanto ambicionou, não sabia quando, e que ainda não percebeu que já é! Mas ainda bem. Creio que com a vossa ajuda ele aprenderá a ser Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fica, então, encerrado o incidente.

Da Mesa não há mais comentários a fazer. Rigorosamente não se trataram de interpelações à Mesa, mas há aqui, também, o benefício da primeira vez. Desde já, fica o aviso de não serei tolerante em próximas oportunidades.

Srs. Deputados, para a parte da tarde temos já pedidos de palavra e inscrições aceites, pela seguinte ordem: em primeiro lugar, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues; em segundo lugar, a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças; em terceiro lugar, o Sr. Deputado Guilherme Silva; e, em quarto lugar, o Sr. Deputado Lino de Carvalho. As outras intervenções far-se-ão conforme a ordem também assente em conferência de líderes.

Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

*Eram 13 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

Na continuação do debate do Programa do Governo, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.ª e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar todos os presentes nesta Sala, tanto os Membros do Governo como os Deputados.

Vivemos um momento particularmente complexo para futuro da nossa economia e da nossa sociedade, com reflexos nas escolhas que o Governo e o País têm de saber fazer.

O forte abrandamento económico que atingiu a generalidade das economias e, em particular, aquelas cujo comportamento mais influencia a conjuntura económica não deu ainda sinais suficientemente seguros de se ter invertido.

Esta evolução condiciona de forma marcante todos os indicadores económicos à escala nacional e internacional, nomeadamente aqueles que se referem às contas públicas. Na zona euro, é conveniente não esquecermos que o que aconteceu em Portugal foi algo quase generalizado, visto que a variação negativa dos saldos orçamentais, de 2000 para 2001, situou-se em cerca de 1,5% do PIB.

Portugal sofreu, naturalmente, com este agravamento da situação económica internacional e o crescimento económico, ainda que positivo e ligeiramente superior à média europeia, sofreu um severo abrandamento.

Da mesma forma, a consolidação orçamental, que se vinha fazendo ao longo da segunda metade da década de 90, sofreu uma significativa inversão fruto de um conjunto variado de razões, externas e internas, que nos obrigaram a rever o nosso Programa de Estabilidade e Crescimento.

Portugal defronta, pois, desafios relevantes que não são novos na nossa história recente, mas que são de enorme importância para o futuro dos portugueses.

É imperioso retomar um caminho de redução sustentada do desequilíbrio orçamental ao mesmo tempo que devemos prosseguir um rumo de modernização económica e social que nos garanta a convergência com a União Europeia.

É a este duplo desafio que o XV Governo tem de saber dar resposta, de forma clara e inequívoca. Porque são essas as exigências nacionais e porque foram essas as promessas que os partidos da coligação que apoia o Governo fizeram aos portugueses.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Infelizmente, o Programa agora apresentado não nos deixa optimistas sobre a capacidade para o fazer.

Porque o mesmo exprime um conjunto de proposições na sua maioria vagas e imprecisas, em que raramente se conhecem metas ou compromissos firmes, em que se remete para futuros incertos aquilo que era suposto estar estudado e conhecido, sobretudo depois de tanta oposição.

Escuda-se o Governo em surpresas dramáticas no domínio das contas públicas. Já ontem foi explicado, com todo o pormenor, que a execução orçamental no primeiro trimestre de 2002 não é incompatível com os objectivos fixados para o défice no final do ano corrente.

Mas o Partido Socialista está disponível para debater a situação orçamental e para o fazer com seriedade e profundidade....

*O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!*

O Orador: — ... para o fazer na defesa dos interesses nacionais, da transparéncia democrática e do rigor.

No entanto, não estamos disponíveis para fazer de tal questão uma cortina de fumo que nos impeça de avaliar as propostas governativas, as opções que a coligação vai conduzir em matéria política, económica e social. Para isso, não contam connosco.

*Aplausos do PS.*

A apresentação, já anunciada pelo Governo, de um Orçamento do Estado rectificativo para 2002 constitui, como é óbvio, o momento certo para concretizar este debate.

Pela parte do PS, reafirmo solememente o nosso empenhamento total em que Portugal cumpra as suas responsabilidades em matéria de estabilidade económica no quadro da União Europeia.

Reafirmo que, em nosso entender, é possível e vantajoso que atinjamos o equilíbrio orçamental em 2004.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Reafirmo que estamos preparados para debater todas as propostas concretas que contribuam para esse objectivo.

Estamos disponíveis, como partido da oposição sério e responsável, para apoiar as medidas que se nos afigurem compatíveis com os objectivos ambicionados e que, evidentemente, não sacrificuem o que não pode nem deve ser sacrificado.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não estamos disponíveis para um debate feito de forma irresponsável, ignorando os interesses nacionais, ao sabor de números soltos apresentados de forma demagógica.

Seremos uma oposição responsável ao serviço do País — representamos, nesta Assembleia, mais de 2 milhões de eleitores —, não alimentaremos debates estéreis que apenas sirvam de alibis para a falta de projectos ou para o receio de os afirmar.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Não é o debate sobre a situação orçamental que, hoje, a Assembleia da República tem inscrito na sua ordem de trabalhos, é o do Programa do Governo para a Legislatura. E nele, curiosamente, pouco se afirma, aliás, acerca da estratégia para a consolidação orçamental.

De facto, sobre a contenção da despesa pública com vista à redução do seu peso no Produto Interno Bruto pouco se diz. Apenas se afirma a vontade de reduzir o número de institutos públicos — vamos ver com que critérios...! — e nem sequer sobre a política de contratação na Administração Pública algo de claro se afirma.

Nesta, como em muitas outras áreas, o Programa do Governo é mais vago do que os programas eleitorais dos partidos que o apoiam, ao contrário do que seria de supor!

Bati-me contra a pouca clareza de algumas propostas eleitorais, nomeadamente do PSD, durante a campanha. Afirmam alguns analistas que é natural que os programas eleitorais sejam vagos e que, depois, a concretização se faça em sede de programa de governo. Devo dizer que é uma tese que não pergunto. Agora, que os programas de governo sejam ainda mais vagos e imprecisos do que os programas eleitorais é algo que duvido que haja algum analista que possa justificar.

*Aplausos do PS.*

Mas, se é difícil encontrar sinais sérios de contenção em matéria orçamental, o mesmo não se diga da abundânc-

cia de intenções com claro sinal, ou de redução de receita ou de aumento da despesa.

Esses sinais encontram-se em várias políticas: na Defesa, na Justiça, na Saúde, na Segurança Social.

Não está em causa a correcção teórica de algumas, não muitas, das inúmeras propostas que se traduzem em acréscimos de despesa ou em diminuição de receita, mas é indispensável que, no actual contexto orçamental, se saiba quanto custam e como serão financiadas.

E não pensem que se trata de uma lista curta: mais magistrados, aumento do parque judicial, privatização do notariado, construção de novas prisões, reforço do orçamento da defesa, reequipamento das forças de segurança, incremento da acção social escolar, liberdade de escolha na saúde, introdução do tecto contributivo na segurança social, novas prestações sociais. Mais despesas, da ordem de muitas centenas de milhões de contos, que fazem deste Programa uma contradição em si mesmo, a qual tem de ser devidamente assinalada, neste momento, pela Assembleia da República.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.º e Srs. Deputados: Todos desejamos contribuir para acelerar a convergência de Portugal com os níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais avançados da União Europeia.

Existem áreas-chave para que esse movimento seja cada vez mais sólido e mais sustentado: a área da qualificação dos recursos humanos, a área da modernização da Administração Pública, a da ciência e tecnologia.

Assim como é fundamental que essa convergência se faça igualmente no plano social, de forma progressiva mas corajosa, nomeadamente no plano do combate às situações de exclusão e de pobreza, em que não admitiremos que haja qualquer recuo.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

O Orador: — Estaremos abertos a contribuir para que opções que julgamos correctas e urgentes se consolidem e produzam os efeitos desejados.

Propostas que se traduzam, por exemplo, numa mobilização nacional em torno da emergência de melhorar os desempenhos na literacia e na «numeracia» terão a nossa colaboração empenhada.

Propostas que aprofundem o enorme esforço, que tem sido feito, de requalificação e reordenamento urbano que se iniciou nas cidades portuguesas contarão com o nosso empenhamento.

Propostas que aprofundem a diferenciação positiva das prestações sociais em direcção aos mais pobres e àqueles que mais contribuíram terão sempre a nossa colaboração activa.

Propostas que prossigam a enorme viragem que se produziu no nosso país, na forma de olhar e tratar as vítimas da toxicodependência, contarão — não tenham dúvidas — com todo o nosso contributo.

Mas seremos uma oposição firme e convicta, combatendo opções erradas e que prejudicam seriamente Portugal e os portugueses.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.º e Srs. Deputados: Não é aceitável que, depois de todo o debate que se travou no nosso país, depois dos compromissos assumidos nesta Assembleia, o Governo assuma a posição que

aqui nos traz sobre o problema dos resíduos industriais perigosos.

É grave que, contra todas as evidências científicas e contra o bom senso, se ponha em causa uma opção que deu todos os passos que lhe foram exigidos para que se comprovasse ser a mais apropriada.

Mas mais grave, ainda, é que o façam sem apresentar de imediato uma alternativa eficaz para a resposta a este problema. Isto não é governar, é desgovernar.

*Aplausos do PS.*

Governar é assumir opções e, para quem afirmava que conhecia os problemas e possuía as respostas e as equipas, demasiadas questões ficam por responder.

No domínio das obras públicas, por exemplo, o que significa a afirmação contida no Programa do Governo acerca do novo aeroporto internacional de Lisboa? Vão refazer os estudos já feitos? As avaliações já efectuadas? Vão congelar a decisão? É que congelar a decisão não significa que não se inicia a obra nesta legislatura, significa, muito provavelmente, que não existirá aeroporto quando ele for necessário.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Um programa de governo não pode ser uma lista de intenções que se não concretizam ou de políticas que se não assumem.

E, neste Programa, questões-chave estão por responder.

A flexibilidade laboral significa ou não a introdução ou a facilitação do despedimento individual sem justa causa?

Esta é uma matéria face à qual não são justificáveis delongas na resposta, estudos de avaliação ou melhor ponderação dos dados. Todos sabemos que o que está em causa é uma reivindicação tradicional do patronato português que, com todas as suas forças, através das suas organizações mais representativas, apoiou claramente esta solução de governo contra o Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Alguma razão lá terão!

**O Orador:** — Que políticas de emprego propõe o Governo para que possamos assumir plenamente os ambiciosos objectivos que a União Europeia consagrou em sucessivas cimeiras, nomeadamente em Lisboa, no ano 2000?

Por outro lado, se pretende o Governo da coligação introduzir um novo «plafonamento» nas contribuições para a segurança social, por que é que ela não é minimamente quantificada se, como diz o Programa, o diagnóstico está feito? E quem vai pagar a perda dessas receitas?

E que destino vai dar o Governo ao Fundo de Capitalização Financeira da Segurança Social?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: A composição desta Assembleia, aquela que permite que estejamos, hoje, a discutir um programa de uma coligação entre o PSD e o CDS-PP, resultou de eleições democráticas em que os portugueses escolheram os seus representantes com base nas suas propostas e nos seus compromissos, eleições democráticas em que me honro de ter participado, à frente do Partido Socialista.

No PS, ninguém fugiu. Estivemos num combate eleitoral. Perdêmo-lo como poderíamos tê-lo ganho e estamos aqui para assumir as nossas responsabilidades.

*Aplausos do PS.*

É tempo, pois, de passar as vossas promessas para a acção governativa. É tempo de assumir os compromissos. Já não é tempo de campanha eleitoral. A campanha eleitoral acabou há exactamente um mês e dois dias. Convençam-se disso. Para que o Parlamento funcione bem e o Governo funcione melhor, é necessário que se lembrem sistematicamente que já não estamos em campanha eleitoral.

Os senhores prometeram reduzir os impostos — e fizeram disso o ponto mais marcante das promessas aos portugueses —, não apenas em sede de IRC, para concretizar o famoso «choque», mas também prometeram baixar os impostos em, sede de IRS, neste último caso, de uma forma um pouco mais atabalhoadas. É que nunca se percebeu muito bem se era apenas relativamente aos escalões mais elevados, ou se era prioridade para estes últimos e, depois, vinha por aí abaixo, ou, ainda, se era relativamente a todos ao mesmo tempo.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, lemos o Programa do Governo e não consta absolutamente nada sobre essa matéria, mas é uma promessa que diz respeito a milhões de portugueses.

Penso até admitir que é normal que muitos e muitos eleitores tenham votado no PSD por causa dessa promessa. O que fizeram, então, a essa promessa? Desapareceu na voragem das mirificas questões relativas ao ano 2001 ou desapareceu devido às ainda mais mirificas questões relativas ao primeiro trimestre de 2002, recentemente apresentadas como tendo sido descobertas, quando são públicas e muito claras há tanto e tanto tempo?

Essa é uma explicação que o Governo tem de dar aos portugueses.

É que este Governo está aqui, investido destas funções, porque houve dois partidos que, em conjunto, tiveram maioria e propostas como aquelas eram constitutivas, estruturais, fundamentais do programa do principal partido que está à frente do Governo. Devem uma explicação aos portugueses!

*Aplausos do PS.*

Na campanha eleitoral, dissemos que temíamos que a contrapartida das reduções que então se prometiam se traduziria em acréscimos do IVA.

Será que, agora, do choque fiscal, vai restar apenas aquela parte que se escondeu no programa eleitoral, a do aumento de impostos e, nomeadamente, de um imposto socialmente cego — e, aqui, cito um dos parceiros desta coligação, o CDS-PP?

E não venham dizer-nos que, com a entrada em vigor do novo mecanismo, segundo o qual poderá descontar-se uma parte do IVA no IRS, tudo isto tornar-se-á muito melhor em matéria de combate à evasão fiscal e, também, de justiça social.

É conveniente não esquecer que isso só agrava o problema. É que há uma parte substancial de portugueses que, graças aos governos do PS e ao apoio da Assembleia da República, não paga IRS por ter rendimentos muito bai-

xos, mas vão continuar a pagar IVA, sem poder descontá-lo em sede de IRS, uma vez que não pagam este último.

*Aplausos do PS.*

Não venham dizer-nos que é a situação orçamental que não permite cumprir o que prometeram aos portugueses, já que as dificuldades que temos, e que existem, são de certo menores, muito menores, que os cenários de catástrofe que, durante a própria campanha, foram por vós propagandeados e que — devo dizê-lo —, tal como as reduções de impostos, terão «passado» em certas zonas do eleitorado e, com isso, terão justificado a vitória relativa do PSD nestas eleições, com cerca de 2,5% de avanço em relação ao Partido Socialista.

Ora, quem passou a campanha a falar em défices superiores a 5% não tem o direito de, agora, invocar uma situação orçamental, que o próprio Governo diz que é muito melhor, para não cumprir os seus compromissos.

*Aplausos do PS.*

É tempo, meus senhores, de o Governo dizer, também, quando e como vai concretizar as «pensões mais justas», quanto custam e como as vai financiar.

É tempo de dizer como e quando vão acabar com as filas de espera na saúde, quanto custa este compromisso e como o vão financiar, num contexto de controle da despesa.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Formou-se, com toda a legitimidade democrática, uma maioria parlamentar de apoio ao XV Governo Constitucional.

Com ela não tem o Governo, esperamos todos, dificuldades parlamentares para aqui encontrar a força necessária para a concretização dos seus compromissos. E, como principal partido da oposição, conta com o Partido Socialista que se comprometeu, e compromete, com o objectivo de atingir o défice de 0%, em 2004, e que, portanto, de acordo com o seu próprio programa, irá apresentar legislação a que se comprometeu em matéria de estabilidade orçamental. Nós não fugimos aos nossos compromissos!

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Há uma questão que é muito importante. Seremos uma oposição firme a este Governo e a este Programa, porque podemos defender os interesses nacionais e o que é mais importante para o progresso de todo País e, ao mesmo tempo, não transigirmos, tal como hoje neste debate não transigimos, em matéria de Programa do Governo e de prática do Governo. Porque ele não é claro em muitas questões essenciais para o futuro do País; porque ele, onde é mais claro, dá respostas incoerentes e não sustentáveis para a construção de um país competitivo e coeso.

Seremos oposição, afirmado as nossas alternativas. Não deixando nunca de honrar o nosso compromisso de contribuir para que Portugal assuma plenamente a sua opção europeia e a sua pertença à zona euro; não deixando nunca de honrar o nosso compromisso, perante os portugueses, de construir no nosso país um modelo de desenvolvimento onde competitividade e inclusão social não sejam contraditórias, onde o emprego e a inovação, a qualifica-

ção e a coesão sejam o nosso património mais rico. Para que Portugal seja um país de progresso, tolerância e autoridade democrática e não um país de retrocesso social, com a velha e gasta mistura entre assistencialismo e autoritarismo.

O PS cumprirá o seu dever para com o País. Que ninguém duvide da nossa firmeza, que é a afirmação das nossas convicções.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Guilherme Silva.

Tem a palavra.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, antes de mais, quero saudá-lo, no início desta Legislatura, como líder do maior partido da oposição e desejar-lhe as maiores felicidades.

Antes de lhe colocar uma questão em concreto, quero começar por lhe lembrar, porque quem ouviu o seu discurso pode já não se lembrar, que as eleições legislativas de 17 de Março foram eleições antecipadas. E foram-no, porque VV. Ex.<sup>a</sup> fugiram, «abandonaram o barco». E nunca se viu, ao contrário do cenário que V. Ex.<sup>a</sup> descreveu, nenhum comandante abandonar o barco quando o navio vai em bonança e a velocidade de cruzeiro.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Já se viu alguns maus comandantes, como terá sido o caso, abandonar o barco, quando há tempestade e o navio está a afundar. Agora, não foi esse o cenário que V. Ex.<sup>a</sup> insistiu em descrever, relativamente à situação do País. Porém, já ninguém tem dúvidas a esse respeito: VV. Ex.<sup>a</sup> fugiram, irresponsavelmente, por terem colocado o País na grave situação em que se encontra.

Quero também dizer-lhe que percebo a sua incomodidade e a sua insistência em dizer que isto não é um debate orçamental. Não é, de facto, um debate orçamental, mas V. Ex.<sup>a</sup> compreenderá que não é possível apresentar um Programa do Governo que tem de começar por medidas de exceção face à grave situação em que o País se encontra, sem explicar ao País e à Câmara a real situação das finanças públicas, a real situação da economia e o estado em que os senhores a deixaram. É incômodo, mas, primeiro, estão os portugueses, primeiro, está a verdade, que tem de lhes ser transmitida.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, quero dizer-lhe o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup>, na campanha eleitoral, disponibilizou-se para fazer um pacto de regime em matéria de contenção da despesa pública. Porém, depois das eleições, veio dizer que já não estava disponível para fazer esse pacto. Esta manhã, terá dito que não estavam realmente disponíveis para isso, mas, agora, neste seu discurso, parece pressentir-se que finalmente está disponível para um pacto em matéria de contenção da despesa pública.

Devo dizer-lhe que, nesta questão de um pacto de regime em matérias essenciais como esta, o PSD está à vontade. E está à vontade porque, como V. Ex.<sup>a</sup> se lembrará, quando estávamos na oposição, viabilizámos Orçamentos do seu Governo. Apesar de não concordarmos em grande

parte com a filosofia que eles veiculavam, fizemo-lo, para que Portugal não fosse perturbado na sua entrada no euro — e fizemo-lo responsavelmente.

Ora, agora, numa situação que já não é de entrada no euro, mas de manutenção no euro, satisfazendo as condições que a União Europeia exige, VV. Ex.<sup>a</sup> andam a ziguezaguear, tal qual fizeram quando eram Governo — ou seja, também na oposição, continuam a ziguezaguear. Não sabemos se é um «não», se é um «sim», se é um «ná».

Homenageio o Sr. Primeiro-Ministro pela clareza com que, esta manhã, fez o diagnóstico do estado do País à Câmara e aos portugueses. Só que também ao líder do principal partido da oposição se exige clareza e é essa clareza que quero que V. Ex.<sup>a</sup> aqui tenha, referindo, de uma vez por todas, se o seu partido vai efectivamente concordar com um pacto de regime nesta área, se vai dizer «não» ou «ná». Diga-o, para a Câmara e o País saberem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, em primeiro lugar, quero agradecer as suas saudações, que sei serem sinceras.

Volto a dizer que a interpretação, hoje, por várias vezes, feita pela sua bancada e pelo Governo, sobre aquilo que aconteceu antes das eleições legislativas, é uma interpretação que considero abusiva. Ninguém fugiu! O ex-Primeiro-Ministro, ao referir a expressão «pântano», contrariamente ao sentido em que os senhores muitas vezes a utilizam, limitou-se a dizer que achava melhor, para o funcionamento das instituições democráticas em Portugal e para que não houvesse um pântano político, que se fizesse uma clarificação da situação política. E teve, desse ponto de vista, como é óbvio, um enorme desapego ao poder, coisa que não é muito vulgar nas democracias ocidentais e que ficou bem que tivesse acontecido, em Portugal.

*Aplausos do PS.*

E tanto que ficou bem que nós, hoje, estamos aqui com uma situação bastante diferente da que tínhamos há alguns meses. Nós estamos em minoria e não temos qualquer problema — aliás, hoje, assumi esta cadeira com muito orgulho, o orgulho que sempre tive em ser Deputado. Mas também os senhores e as vossas relações com o CDS-PP mudaram muito, entretanto. Portanto, tudo mudou nesta Casa. Espero é que não mude a cordialidade, que pode ser sempre articulada com a vivacidade do debate político, e que não se substitua pela mera provocação ou, algumas vezes, por expressões que só podem ser classificadas de ordinárias...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

... aquilo que é um debate vivo e eficaz, porque, por aí, não podem contar com a nossa complacência.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à questão da real situação das finanças públicas, é verdade que somos os primeiros a

querer que haja uma clarificação sobre a real situação das finanças públicas. Mas os senhores não podem esquecer-se de que passaram várias semanas de campanha eleitoral a falar em défices superiores a 5% e de que chegaram a pôr porta-vozes vossos, responsáveis e que estão aqui, a fazer afirmações sobre a situação financeira e económica do País, que não são corroboradas por qualquer instituição nacional ou internacional. Portanto, esse argumento não pode ser erigido como um argumento para não cumprirem os vossos compromissos eleitorais.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Tenham paciência, sei que isso é incômodo para os senhores,...

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Responda à minha pergunta!

**O Orador:** — ... mas tenho de vos dizer a verdade. E a verdade é exactamente esta que vos estou agora a dizer.

Quando discutirmos o Orçamento rectificativo para 2002, teremos toda a disponibilidade e toda a humildade, se for caso disso...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Faça favor de concluir.

**O Orador:** — Estou a concluir, Sr. Presidente.

Em relação à contenção da despesa pública, sem dúvida alguma, ela é algo muito importante. E, quando apresentámos o Programa de Estabilidade e Crescimento, a questão fundamental não era a de aumentar impostos, mas a de controlar e até diminuir o peso da despesa pública no PIB.

Agora, há duas coisas que não podem ser confundidas com um processo deste género: um Programa em que as medidas concretas que são anunciadas não vão no sentido da contenção mas no do aumento da despesa pública e uma postura política como aquela que os senhores aqui trouxeram hoje, citando várias vezes, Sá Carneiro, dizendo que aquilo que era governar era governar contra os socialistas. Querem governar contra os socialistas e, depois, querem propor-nos pactos? Não somos masoquistas!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Não percebeu nada!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite):** — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentá-lo pelo merecido lugar que agora ocupa e de cumprimentar também esta Assembleia, recentemente eleita, de que, com muita honra, faço parte, esperando que deste trabalho conjunto saiam dignificados Governo e Parlamento.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O projecto europeu e a adesão à moeda única mobilizaram os portugueses para um esforço comum, porque eles acreditaram que isso lhes traria um progresso e um nível de vida semelhantes aos dos países mais desenvolvidos da Europa.

Todos sabíamos que se tratava de um processo exigente e gradual, que implicava a adopção de políticas ade-

quadras que permitissem o nivelamento dos indicadores macroeconómicos entre os diferentes parceiros europeus.

A adesão a esse projecto trouxe ao País benefícios imediatos, com o acesso a vultuosos fundos, cuja utilização teve efeitos visíveis e estruturantes na nossa economia.

Constituiu também este projecto um precioso impulso para se introduzirem os ajustamentos essenciais à modernização da nossa economia.

O êxito deste processo e a dinâmica nacional que ele suscitou permitiu-nos chegar à moeda única, sem que tivesse sido necessário pedir aos portugueses exagerados sacrifícios. O que se lhes exigiu foi rigor, trabalho e persistência.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sempre afirmámos que a entrada na moeda única, tão justificadamente celebrada, não era uma meta, mas um princípio.

Todos sabíamos que o ritmo não podia abrandar e muito menos podíamos distrair-nos do nosso caminho, enveredando por um tentador percurso fácil, mas profundamente errado. Apesar desta evidência, não nos mantivemos no rumo certo, nem pelo contrário.

Os governos do Partido Socialista usaram os benefícios decorrentes da entrada na moeda única como um meio para iludirem, em vez de um meio para construir.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Tomaram como certo o que era apenas fugaz e, com isso, dissiparam os avanços que, até então, tínhamos obtido. Consumiram, em vez de investir; distraíram, em vez de mobilizar; facilitaram, em vez de exigir. Em suma, desbarataram, cedendo à tentação fácil de se contentar com o pouco, em vez de lutar pelo muito. Escolleram o curto prazo e demitiram-se perante as incontornáveis exigências do futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pouco mais de três anos decorridos após a entrada da moeda única, o projecto em que os portugueses tanto confiaram revela-se agora, paradoxalmente, bem mais exigente do que o que foi necessário para o seu arranque.

Isto deve-se fundamentalmente ao facto de precisarmos, no momento, de corrigir uma situação de desequilíbrios tão acentuados quanto os que enfrentamos, dispondo apenas, actualmente, da política orçamental e de rendimentos como instrumentos para o fazer.

Estamos perante vários factos indesmentíveis: um desequilíbrio externo que não pode manter-se, uma competitividade preocupante, uma produtividade fraca e um desequilíbrio orçamental inaceitável.

A interrupção desta trajectória desastrosa e, o que é mais difícil, a sua inversão não é possível sem uma intervenção urgente e incisiva. Não há tempo a perder, nem muitas soluções alternativas.

O Programa que hoje apresentamos a esta Assembleia concilia a correção imediata da situação em que nos encontramos com a perspectiva de retoma, de que não abdicaremos, porque queremos ombrear com os nossos parceiros europeus.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Por isso, no imediato, o nosso esforço centrar-se-á no saneamento das contas públicas, sem o que qualquer medida de relançamento económico será ineficaz. De facto, este saneamento não é um mero exercício tecnocrático; é uma condicionante da política de desenvolvimento.

A exigência da anulação do défice não decorre apenas de compromissos comunitários, mas é uma condição essencial para o progresso e desenvolvimento sustentado de qualquer economia.

Nessa medida, qualquer política orçamental deve ter por objectivo a redução do défice público e, para ser sólida, deve assentar na contenção da despesa.

O grau de des controlo que, hoje, se constata e o calendário exigente para o corrigir impõem a adopção de um programa de emergência, a concretizar nos próximos dois anos.

Nesse âmbito, apresentar-se-á a esta Assembleia uma lei de estabilidade orçamental, introduzindo normas que reforçem a solidariedade entre os subsectores do sector público administrativo, onde não deixarão de se fixar limites para o endividamento líquido das autarquias, das regiões autónomas, dos fundos e serviços autónomos e das empresas públicas, níveis de endividamento esses que têm de ser compatíveis com os objectivos do défice a atingir.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — No mesmo sentido, teremos de rever o Programa de Estabilidade e Crescimento, de modo a cumprir o objectivo de apresentar um défice próximo de zero, em 2004.

**O Sr. António Costa (PS):** — Próximo?!

**A Oradora:** — Iremos, igualmente, proceder à extinção e fusão de todos os organismos públicos, incluindo institutos públicos, cujas funções possam ser consideradas redundantes ou não justifiquem estatutos diferenciados.

Também não será aceitável a manutenção de serviços com a categoria de institutos que têm apenas por objectivo pagar melhores salários do que aos funcionários públicos, apesar de as suas funções em nada se distinguirem das que são exercidas por direcções-gerais.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Todo o sector público terá de fazer o mesmo exercício de racionalização das suas estruturas para reduzir o desperdício e aumentar a eficiência.

Não se trata de uma mera operação de cosmética, como foi prática nos últimos anos, mas, sim, de uma intervenção na estrutura orgânica que deverá traduzir-se na redução da despesa orçamental.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Iremos definir, de forma clara, a responsabilidade financeira dos dirigentes para, assim, garantir que todas as despesas autorizadas tenham o devido cabimento orçamental.

Suspenderemos de imediato todos os novos concursos públicos para admissão de novos funcionários.

Todas as comissões, grupos de trabalho e estruturas de missão terão de apresentar, num curto prazo de tempo, o

relatório justificativo da sua actividade, de cuja apreciação resultará a sua manutenção ou extinção.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Desenvolveremos a cultura de mérito através de experiências-piloto, que permitirão distinguir e premiar os que produzem e os que alcançam objectivos pré-estabelecidos.

Desenvolveremos, ainda, uma política de mobilidade do pessoal da Administração Pública.

Mas o saneamento financeiro implica também medidas de intervenção na área fiscal.

Assim, deverão ser melhorados os mecanismos de combate à evasão e fraude fiscal de modo a atenuar as desigualdades iniquas.

Para tal, procederemos à informatização acelerada dos serviços e ao planeamento e execução rigorosos das ações de fiscalização.

Procederemos à reforma da tributação do património e à melhoria do funcionamento dos tribunais tributários.

Será alargada a aplicação de métodos indirectos de tributação sempre que o contribuinte se afaste das médias de rentabilidade do sector.

Será também suspensa a aplicação de benefícios fiscais a todos os infractores cuja situação não esteja regularizada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Com o objectivo de incentivar os consumidores a participar neste combate à fuga aos impostos indirectos, legisaremos no sentido de permitir, em certas circunstâncias, a dedução em IRS de uma percentagem de IVA suportado pelos contribuintes na aquisição de certos bens ou em determinados sectores de actividade que se sabem de antemão que são os maiores provocadores da evasão ao IVA.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** As medidas que acabámos de enunciar para reduzir a despesa pública não têm, como todos bem sabem, efeitos substanciais no curto espaço de tempo de que dispomos para alcançar as metas de 2004.

Por isso, poderá tornar-se indispensável, no âmbito do programa de emergência, complementar estas medidas de restrição com um aumento directo da receita que consistirá no aumento da taxa máxima do IVA.

A opção pelo aumento da receita por esta via será para evitar um maior corte na despesa, que incidiria forçosamente sobre o investimento público, com consequências negativas sobre o crescimento económico.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — É, também, fundamental que o investimento seja orientado prioritariamente para os sectores efectivamente produtivos e que se potencie a capacidade de utilização dos fundos comunitários postos à nossa disposição e que não podemos deixar de utilizar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

No que se refere à política de privatizações, manteremos a orientação de reduzir o peso do Estado na economia, considerando mesmo que a privatização deverá abranger outros domínios para além do sector empresarial, designadamente o seu património imobiliário.

A execução deste programa criará as condições necessárias ao relançamento da economia nacional. Será então possível reduzir os impostos sobre os lucros das empresas de forma a torná-las mais competitivas com as suas congéneres europeias.

Numa palavra: queremos rigor orçamental para podermos ter maior progresso económico e social.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados:** A grave situação orçamental de 2002, denunciada pela execução orçamental do primeiro trimestre do corrente ano — e eu insisto nesta afirmação, de que execução orçamental é grave e está denunciada no primeiro trimestre do corrente ano —, impõe a urgência de travar o seu curso normal, pelo que nos vemos forçados a apresentar, já no próximo mês de Maio, um Orçamento rectificativo que minimize os estragos da execução de um Orçamento que, se seguisse o seu curso normal, atingiria valores do défice insustentáveis e lesivos do interesse do País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nos últimos anos, gastou-se muito, gastou-se mal e, sobretudo, não se gastou em benefício directo dos cidadãos.

Se não, vejamos. O Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2000-2004, elaborado pelo governo socialista, em Fevereiro de 2000, ou seja, há pouco mais de dois anos, previa como meta a atingir como défice os seguintes valores: para o ano 2000, apontava 1,5%; para o ano 2001, 1,2%; para o ano 2002, 0,8%; para o ano 2003, 0,3%; e, em 2004, o ambicionado 0%.

Hoje, a realidade, como penso que ninguém nega, é bastante diferente.

Vejamos bem, Srs. Deputados. Se, no ano 2000, o governo anterior dispunha de quatro anos para passar do défice de 1,5% para o 0, hoje, temos o dobro do défice e metade do tempo para o reduzir!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Mas têmo-la a si!

**A Oradora:** — É por isso mesmo que, hoje, a nossa prioridade tem de ser a de concertar os estragos, em vez de estarmos a consolidar o progresso. Mas estamos certos de que o País sempre soube comportar-se em conformidade com as circunstâncias e vencer os obstáculos difíceis que se lhe colocam.

Para isso, é preciso que se lhe fale verdade. Esconder, negar ou iludir é prática passada a partir de agora.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Estado só dá o que pode dar, só distribui o que pode distribuir e tem de o fazer com critérios rigorosos. Esta é, em síntese, a nossa linha de actuação.

Queremos voltar a mobilizar os portugueses para o projecto de progresso e bem-estar de que nos desviámos, mas que vamos agora retomar sem hesitações, porque convicтивamente acreditamos que este é o caminho.

Este não é, seguramente, o caminho mais fácil, mas é, certamente, o mais seguro e Portugal precisa de segurança, solidez e confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, inscreveram-se diversos Srs. Deputados, aos quais darei a palavra por ordem de inscrição e tendo em conta a regra regimental da alternância entre os vários partidos com assento na Câmara. Cada um dos Srs. Deputados disporá de 3 minutos para formular os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

**O Sr. Francisco Louçã (BE):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, concordará certamente comigo no esforço de que este debate produza clarificação sobre o Programa do Governo e sobre as alternativas viáveis.

Por isso, queria colocar-lhe dois problemas, muito directamente.

O primeiro diz respeito às privatizações — aliás, a uma privatização, em particular. Foi com grande efervescência que o Sr. Primeiro-Ministro nos revelou o escândalo de as águas, em Portugal, serem um monopólio público. É surpreendente! Porque as águas, que eu saiba, não podem deixar de ser um monopólio. Não estou a ver que, em minha casa, possa haver três torneiras e eu a fazer uma escolha no sentido de hoje ao jantar beber água dos Melos, amanhã tomar um duche com a água do Jardim Gonçalves e, portanto, ir escolhendo uma ou outra água.

*Risos do PS.*

Não! Há uma torneira e um monopólio que a fornece. Podem vendê-lo e podem transformar o monopólio de público em privado. Mas nesse caso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, resta uma única dúvida: a de saber se o Governo quer vender a EPAL e as Águas de Portugal à Vivendi ou à Lyonnaise des Eaux. É justamente a única dúvida que resta! E nessa dúvida não há nenhuma graça, nem nenhuma razão!

A segunda questão é sobre a convergência e o *deficit* orçamental. A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem consciência de que, nos próximos dois anos, para os quais nos propõe este projecto de contenção e de programa de urgência, se faz uma de duas escolhas: ou se caminha para o *deficit* zero ou se procura, pelo contrário, mobilizar as forças e as capacidades de investimento, de qualificação e de racionalização da despesa em nome da convergência.

O abandono absoluto de qualquer palavra sobre o processo de convergência é, esse sim, a conclusão natural da prioridade ao *deficit* zero e a todas as suas consequências, plenamente assumidas pela sua intervenção.

Mas essa escolha deve ficar clara, porque é uma escolha e é uma alternativa, quando, em contrapartida, o que se verificou foi que quem grita consegue mais despesas deste Governo: consegue na saúde para os privados; consegue nas despesas para os militares, como conseguiram, com o voto destes partidos hoje no Governo, quando na oposição, votaram em Dezembro o aumento das dotações para as regiões autónomas.

No entanto, é em matéria do IVA que se coloca o problema fundamental. E, Sr.<sup>a</sup> Ministra, vou fazer quatro críticas à sua proposta: primeira, os pobres não deduzem, como foi dito; segunda, os ricos deduzem mais do que os remediados; terceira, é uma confusão — deduzimos uma parte do imposto indirecto no pagamento do imposto directo; quarta, o aspecto mais importante — de que é que estamos a falar? Isto porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos disse na sua intervenção — e o Sr. Primeiro-Ministro também já o

tinha dito — que uma das razões para esta proposta de deduzir o IVA no IRS é a de combater a evasão fiscal.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir, por favor.

**O Orador:** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Isso, tecnicamente, só pode acontecer se se tratar de bens que actualmente não pagam IVA. O álcool, por exemplo, no qual há tanta fuga ao IVA, ou as reparações casseiras ou outro tipo de bens. Não é, seguramente, na saúde, que já é deduzida no IRS; não é, seguramente, nos bens de consumo corrente, que pagam IVA; não é, seguramente, nos bens de consumo duradouro, que pagam IVA. De que é que estamos a falar, Sr.<sup>a</sup> Ministra? Dê-nos, por favor, o exemplo de um bem, ou de um conjunto de bens significativos, que vão entrar nessa categoria.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, nas intervenções que faz, com a graça que tem nas suas afirmações, tem sempre a peculiaridade de nos fazer distrair do ponto fundamental. De facto, tem graça tomar banho com água de uma torneira e beber água de outra torneira, mas, como sabe, não é nada disso que está em causa.

**O Sr. Francisco Louçã (BE):** — Ainda bem! Fico descansado!

**A Oradora:** — O que está em causa é o problema do regime da distribuição e ninguém faz distribuições por torneira mas por outras vias, como também bem sabe.

**O Sr. António Costa (PS):** — «Outras vias»? Quais são as «outras vias»?

**A Oradora:** — Portanto, não há motivo para que haja monopólio nas distribuições e isso não acontece em nenhum país da Europa, como também bem sabe.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**A Oradora:** — Mas vamos ao problema da convergência e de quem mais grita. Tem toda a razão, Sr. Deputado! Era assim! Porém, não vai passar a ser.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**A Oradora:** — A convergência vai ter de ser feita nas áreas em que é essencial ser feita, independentemente de quem vá atingir. Portanto, Sr. Deputado, agradecia que esperasse por respostas concretas de Orçamentos para verificar se é, ou não, assim.

Em todo o caso, há um ponto em que, penso, o Sr. Deputado é induzido a falar nele: ao verificar, pelas leituras, quanto mais não seja, das notícias que têm vindo a público, das diferentes faltas de dinheiro, para não utilizar uma linguagem de mineiro, que aparecem em todos os Orçamentos, o Sr. Deputado vai começar a ver os montantes vultosos que estão a faltar em cada ministérios e vai pensar: se vão cobrir a despesa, então, vai haver, com certeza, mais encargos.

Julgo que o Estado vai ter de pagar os encargos que, neste momento, deve, mas posso garantir, Sr. Deputado, que vou imputar todas estas despesas aos anos em que elas foram feitas. Vou distinguir o que é a contabilidade pública, que contabiliza o ano do pagamento e que, parece, ofusca muitos dos analistas, e vou atribuir essas despesas à contabilidade nacional e aos anos em que foram feitas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E aí se verá, Sr. Deputado, se as despesas que vão ser pagas correspondem a quem mais grita ou se, simplesmente, correspondem àqueles sectores em que há mais dívidas.

Vamos ao problema do IVA. Um dos pontos que eu gostaria muito de discutir com esta Assembleia é exactamente o problema do IVA e a forma como a dedução poderá ser feita para ajudar a combater a fraude e evasão fiscal, especialmente a evasão fiscal, não a fraude, que se processa em muitos sectores de actividade.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Ministra, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

A Oradora: — Concluo já, Sr. Presidente.

Isto porque o consumidor não tem qualquer incentivo em pedir um papel em que esteja registado o pagamento do IVA. Para nós, consumidores, apenas serve para termos mais um papel, que se deixa fora no primeiro caixote de lixo que se encontra. Vou querer que os contribuintes guardem esses papéis, porque lhes poderão vir a ser úteis. E nessa altura esperamos que alguns sectores de actividade que estão fora desse controlo do IVA deixem de estar. Porque, Sr. Deputado, como sabe, este é um sector em que não é possível pôr-se um fiscal atrás de cada contribuinte e em que é preciso haver um efectivo combate.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças, nesta inevitável antecipação do debate orçamental, permita-me que a cumprimente nas suas novas funções de Ministra das Finanças, de uma Ministra das Finanças a quem todos os ministros vão ter de pedir autorização para gerirem os seus ministérios. Suspeito que não vai ter uma vida fácil, Sr.ª Ministra. Esperemos que sobreviva a esse processo.

A Sr.ª Ministra, apesar das dificuldades, reconhecidas, das contas públicas, insiste no caminho para o défice zero. E agora com um argumento: o de que isso é condição de finanças públicas saudáveis. A Sr.ª Ministra sabe tão bem como eu que isso não é verdade.

Recordo-lhe os tempos em que a Sr.ª Ministra era membro do governo do PSD e era Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, em que se convivia com défices da ordem dos 5%, 6%, 7% e, na altura, o governo do PSD apresentava o País com uma situação financeira saudável e equilibrada, situação essa que abria o caminho para um futuro radioso.

Então, Sr.ª Ministra, nessa altura, os défices eram virtuosos e, agora, o défice já é mau? Não, Sr.ª Ministra! A razão deste caminho, que é imposto ao País, para o défice zero não tem nada a ver com o interesse nacional, nem com uma convergência real da economia portuguesa e da

economia europeia. Tem a ver, isso sim, com as imposições do Pacto de Estabilidade, que o PSD e o PS aceitaram e negociaram com Bruxelas.

Pelo contrário, Sr.ª Ministra: no momento em que temos um sério abrandamento da economia, em que temos problemas nas contas públicas, então, o que se exigia do Governo (aliás, a França e a Alemanha já estão a fazê-lo) era que questionasse a Comissão Europeia por critérios de convergência que nada têm a ver com as realidades das economias dos Estados-membros e com situações de abrandamento das economias.

A primeira questão que quero colocar à Sr.ª Ministra é a de saber qual é o caminho que o Governo prefere: o de acentuar as políticas de restrições de forte contracção social e económica no nosso país ou o de discutir, em Bruxelas, a necessidade de romper com essa «camisa de forças», que é um défice que nada tem a ver com os interesses nacionais?

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Orador: — A segunda questão tem a ver com essa receita da diminuição das despesas públicas. Sr.ª Ministra, e as receitas? As receitas não só pelo lado do IVA, porque pelo lado do IVA, como já foi demonstrado, o que vamos ter é mais desequilíbrio e mais injustiça no sistema fiscal. Aliás, o que o exemplo que a Sr.ª Ministra acabou de dar significa que quem vai ser beneficiado com esse aumento do IVA e eventual diminuição do IRS são as classes médias, são as classes mais abastadas (não são as classes mais desfavorecidas, não são as classes mais pobres, que não vão comer aos restaurantes), que, muitas vezes, pagam o imposto para poderem nele descontar a parte do IVA. É uma diminuição para as classes mais dominantes do ponto de vista económico e não para as classes que mais precisam.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lino de Carvalho, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente, com a seguinte pergunta: e o combate à fraude e à evasão fiscal?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro não me respondeu em relação ao combate à fraquíssima tributação do sistema financeiro e segurador. Em concreto, o que é que o Governo vai fazer acerca disso?

Por outro lado, o Governo garante que, enquanto a Lei de Bases da Segurança Social estiver em vigor, assegura a transferência para o sistema público de segurança social dos financiamentos que a Lei de Bases agora obriga ou também vai sacrificar a segurança social a esse défice zero, que nada tem a ver com os interesses nacionais?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, não sei se lamento ou não estarmos neste debate a que não estávamos habituados, mas o ponto fundamental é que mantenho o mesmo gosto em poder falar consigo.

Não vou ter tempo para explicitar tudo, mas — e percebo que o Sr. Deputado Lino de Carvalho não o entenda, mas tem de entender que nós entendemos —...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

... há um ponto que tem de ficar muito claro. Esse ponto tem a ver com o problema do défice. Diz o Sr. Deputado que a razão do caminho para o défice zero é por causa dos interesses da Comunidade e não por causa dos interesses nacionais. O Sr. Deputado, não é possível «sol na eira e chuva no nabal». Todos gostamos, mas não existe.

Nós estamos na Europa e estamos a beneficiar do nível da taxa de juro europeia. Há uma política monetária definida pela Europa mas tivemos uma política orçamental totalmente contrária à política monetária defendida pela Europa, motivo por que estamos neste descalabro.

O nosso desequilíbrio externo tem, obviamente, a ver com o facto de termos estado errados desde o princípio. Quando a taxa de juro começou a descer, política monetária expansionista, começámos a aumentar a despesa, ou seja, a ter uma política orçamental também expansionista.

Agora, infelizmente, a taxa de juro começa a subir e nós temos de diminuir a despesa orçamental. Estamos sempre ao contrário daquilo que deveríamos estar! Temos uma taxa de juro que está fora do nosso controlo e de duas, uma: ou temos capacidade para, permanentemente, estarmos ajustados à evolução da taxa de juro ou não há nada a fazer neste país.

Portanto, Sr. Deputado, não podemos querer ter uma economia que, obviamente, beneficie fortemente da redução da taxa de juro e, simultaneamente, a nosso bel-prazer, uma política orçamental como se não existisse uma política monetária.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O senhor sabe isso muito bem! E como sabe isso muito bem não me venha falar dos défices de 5%, de 6% ou de 7% que havia noutras épocas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — De resto, é um tema de que o Partido Socialista bem gosta e, várias vezes, tem dito «Bom, mas por que é que os senhores agora estão tão preocupados com 3%, 4% ou 5% de inflação se já tiveram 7%, 8% e 9% e estavam calados?»

Sr. Deputado Lino de Carvalho, tenho alguma dificuldade em explicar isto mas, se me permitisse, eu diria o seguinte: se o senhor tiver um filho com 16 anos e for com ele ao médico e disser: «Sr. Dr., estou altamente preocupado porque o meu filho tem 16 anos e está baixo, não cresce, é muito pequenino, não passa de 1,50 m. Veja lá se lhe dá um remédio para ele crescer.» E o médico diz: «Não percebo por que é que o senhor está agora tão preocupado e não esteve há 10 anos quando ele tinha 6 anos e também não crescia! O senhor, nessa altura, não veio cá para me pedir um remédio.»

Gostava de saber, Sr. Deputado, o que é que o senhor pensaria desse médico que lhe dissesse isso. É exactamente o mesmo que penso das pessoas que me fazem essa pergunta!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

*Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ohh!*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-vos o favor de fazerem silêncio para podermos ouvir o orador.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, permita-me que o saúdo nas suas novas funções e agradeça a saudação amistosa e cordial da bancada do PSD, nomeadamente.

*Risos do PS.*

Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Primeira-Ministra..., perdão, Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças,...

*Risos do PS.*

... é com muito gosto que a questiono neste debate, começando por saudá-la nas suas novas funções, quer nas funções legais que assumiu quer nas funções fácticas de que está investida.

Ainda bem que reconhece que a taxa de juro está fora do nosso controlo, se não V. Ex.<sup>a</sup>, com a dramatização que anda a fazer, ainda procuraria ver se haveria maneiras de aumentar a taxa de juro!

Por outro lado, felicito-me por a coligação estar forte. Isto porque V. Ex.<sup>a</sup>, contrariamente ao seu hábito, veio com exemplos tipo Ministra Maria Celeste Cardona que esta costumava usar quando era Deputada. Portanto, o estilo da coligação está forte!

Sr.<sup>a</sup> Ministra, há duas questões que lhe desejo formular.

Primeira questão: convém clarificar — e, sucessivamente, de papel em papel, de intervenção em intervenção, vamos tentando perceber o que VV. Ex.<sup>as</sup> querem — se V. Ex.<sup>a</sup> quer ou não cumprir o Pacto de Estabilidade. Ou seja, V. Ex.<sup>a</sup> confirma-nos que o negociamos e que não houve qualquer imposição. Quando diz que quer o objectivo do défice para 2004 próximo de zero, quão próximo do zero pretende que seja esse objectivo? Pretende mesmo o cumprimento ou qualquer coisa próxima do cumprimento?

Ora, neste Governo que V. Ex.<sup>a</sup> dirige, pelo menos na área financeira, a estratégia de aproximar o défice de zero em 2004 é desmentida, sistematicamente, por medidas sectoriais, por orientações insinuadas e não clarificadas em diversos capítulos do Programa que apresentaram. Em que ficamos? Vale o seu Programa ou os programas sectoriais?

Entretanto, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é preciso sublinharmos que o que faz V. Ex.<sup>a</sup>, relativamente aos dados do primeiro trimestre de 2002, é de facto exagerar, confundir — e não pode ser por lapso — o défice global com o défice do Estado e baralhando, portanto, as conclusões sobre o défice do sector público administrativo. Eu entendo: é para arranjar alibis para justificar o eventual incumprimento do Pacto de Estabilidade e para não aplicar o prometido choque fiscal.

Segunda questão: V. Ex.<sup>a</sup>, Sr.<sup>a</sup> Ministra, no Programa do Governo, parece defender o que chamaremos não um choque fiscal mas um programa «bi-etápico»: o aumento do IVA, desde já, adiando para uma segunda etapa a redução do IRC e esquecendo a redução do IRS.

Quanto à segunda etapa, adiada para 2004, para as calendas ou para quando Deus quiser, V. Ex.<sup>a</sup>, que se reclama como precisada de mais receitas, quer adiar a parte do choque fiscal que tem a ver com o desagravamento dos impostos sobre as empresas — que terá trazido bastantes votos! —, nomeadamente a preconizada descida indiferenciada (o que sempre criticámos) do IRC. Mas V. Ex.<sup>a</sup> agora não quer nenhuma para os próximos anos.

Pergunto, então, Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças: aplica desde já o aumento do IVA? Adia, pelo menos por dois anos, a descida do IRC? E o que fez das promessas eleitorais da descida do IRS? Não eram claras! Será que a sensibilidade social de V. Ex.<sup>a</sup> se choca com a maneira como o PSD queria apenas descer o IRS para os estratos sociais mais favorecidos?

Em suma, Sr. Ministra de Estado e das Finanças, V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo, se não cumprirem o Pacto de Estabilidade é por não conseguirem controlar as tentações despesistas do Programa do Governo. Penso, no entanto, que têm condições para cumprir o Pacto de Estabilidade.

Se VV. Ex.<sup>a</sup> não querem baixar os impostos como prometeram, é porque V. Ex.<sup>a</sup> pensa que uma boa parte do Programa Eleitoral do PSD, como dissemos repetidamente ao longo da campanha eleitoral, não era exequível com a situação existente nem com o País em que estamos. Era um cacharrote de alguma demagogia, não aplicável nesta situação.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, tenho muito gosto em reencontrá-lo nesta Assembleia, o que para mim foi uma surpresa. Não sei se teve a ver com a mudança do Governo, mas o Sr. Deputado está de regresso à Assembleia...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Demitiu-se antes que o demissem!

**A Oradora:** — O Sr. Deputado pergunta-me se queremos cumprir o Pacto de Estabilidade e eu respondo-lhe: queremos, ao contrário dos senhores.

*Protestos do PS.*

Não me parece que a vossa política fosse no sentido de cumprir o Pacto de Estabilidade. Era inviável cumprir o Pacto de Estabilidade.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não vou falar-lhe de promessas eleitorais, porque, então, ficariamos aqui... Começávamos a falar da sisa e acabávamos noutras coisas. Não vou falar disso.

Vou simplesmente dizer-lhe o seguinte: o senhor está a confundir dois tipos de medidas completamente diferentes. Quando se falou no choque fiscal, era um instrumento de reanimação da actividade económica; quando se fala no hipotético e necessário aumento do IVA, é, evidentemente, algo de absolutamente necessário para resolver um problema que os senhores nos deixaram. Portanto, os objectivos são completamente diferentes.

O senhor pensa que há algum governo que, em vez de baixar os impostos, os aumenta por gosto?! Conhece isso em algum lado? Não conhece em lado nenhum!

Portanto, se houver um adiamento de uma medida que seria muito boa para a reanimação da actividade económica, em troca de uma que poderá ser menos popular, Sr. Deputado, qualquer português entende que o Partido Social Democrata o faz exclusivamente porque não tem outra forma de ultrapassar essa situação e porque considera que não vai pôr a sua popularidade à frente dos interesses do País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Deputado Hasse Ferreira:** não tenho dúvida nenhuma de que, provavelmente, o governo socialista nunca tomaria semelhante medida, como nunca tomou aquelas medidas que eram absolutamente essenciais para melhorar a situação do País.

*Vozes do PSD e do CDS-PP:* — Muito bem!

**A Oradora:** — O motivo pelo qual o País está na situação em que se encontra tem exclusivamente a ver com a falta de coragem que os senhores mostraram, ao longo de seis anos, para tomar uma única medida que fosse minimamente impopular! E é essa falta de coragem que os senhores não vão encontrar no Governo actual.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Tavares Moreira.

**O Sr. Tavares Moreira (PSD):** — Sr. Presidente e demais Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados, ao usar da palavra, pela primeira vez, nesta Câmara, na qualidade de Deputado, não quero deixar de saudar calorosamente todos os participantes neste debate e de expressar o meu sincero voto de que dele possa sair a clarificação necessária da imensa tarefa que o novo Governo de Portugal tem à sua frente.

Permita-me, Sr. Presidente, que faça duas breves observações sobre o tema central deste debate, que é a situação das finanças públicas portuguesas.

A primeira dessas observações tem a ver com a clarificação do défice de 2001, em termos de componente ciclica e não ciclica do mesmo. Trata-se de um tema que, a meu ver, tem sido debatido de forma ainda insuficiente, pelo que importa dar também um contributo para o seu adequado esclarecimento.

O défice de 2001 inicialmente previsto era, como se sabe, de 1,1% e tinha associado um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 3,3%. O crescimento do PIB em 2001 terá sido da ordem de 1,6% ou 1,7% e, de acordo com o estudo recentemente divulgado pelo Banco Central Europeu, aquilo a que se chama «semi-elasticidade» do saldo orçamental em Portugal em relação ao ciclo económico é da ordem dos 0,5 ou 50%, o que quer dizer que uma quebra de um ponto percentual no crescimento do PIB reflectir-se-á num agravamento do défice em meio ponto percentual.

Isso significa que, com menos 1,6% ou 1,7% de crescimento do PIB, o máximo que a explicação ciclica per-

mite em relação ao agravamento do défice é qualquer coisa à volta de 1,9 pontos percentuais. Assim, tudo o que está acima destes 1,9 ou 1,95 pontos percentuais tem uma explicação não cíclica, ou seja, como a Comissão Europeia esclareceu em tempo oportuno, resulta de derrapagem na despesa, resulta de receitas previstas e não cobradas, resulta de medidas discricionárias de natureza fiscal que fizeram encurtar a receita.

Este ponto é fundamental para se perceber a natureza do défice em 2001, bem como para perceber a trajectória do défice em 2002.

A segunda questão que quero referir tem a ver com aquela teoria da ocultação patriótica do défice. Penso que não há pior ideia do que essa. É uma ideia falsa e perigosa, porque não duraria sempre (mais tarde ou mais cedo, alguém diria que «o rei vai nu»; quanto mais tarde fosse, pior, foi agora e ainda bem) e, por outro lado, do ponto de vista económico, é indiferente que o défice esteja oculto ou a descoberto, pois o que importa são as consequências económicas desse défice e de uma política orçamental pró-cíclica, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças muito bem aqui observou.

Desta forma, pergunto à Sr.<sup>a</sup> Ministra se corrobora estes dois pontos.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Tavares Moreira, agradecendo a questão que me pôs, devo dizer que a situação de 2001, como já tem sido divulgado, está a ser analisada por uma comissão presidida pelo Banco de Portugal e constituída por elementos do Ministério das Finanças e do Instituto Nacional de Estatística. A comissão está a analisar as contas, que serão confirmadas ou não, em finais de Agosto, princípios de Setembro.

Relativamente a 2001, este Governo não pode actuar, pois já está feito, já está resolvido. Vamos é trabalhar para a frente e logo se verá, em Agosto ou em Setembro, quais são, afinal, os valores que serão confirmados. A situação de 2002 é que é objecto da nossa preocupação, e é uma preocupação forte, tendo em conta os primeiros indícios de execução relativamente a este ano. Foi isso que nos levou a ter urgência na apresentação do Orçamento rectificativo, que ocorrerá, contrariamente às nossas expectativas e aos nossos desejos, já no início do próximo mês, na tentativa de ainda serem tomadas algumas medidas que possam ter efeito em 2002 por forma a se conseguir travar essa evolução.

Como tal, neste momento, a despeito de concordar com o que o Sr. Deputado disse, a nossa preocupação está centrada em 2002.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cabrita.

**O Sr. Eduardo Cabrita (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, queria começar por saudá-la democraticamente pelo regresso da sua inteligência e competência ao serviço do Governo de Portugal, designadamente quando o faz num

contexto marcado por um défice do sector público administrativo, e não só do sector Estado, que corresponde a cerca de um terço do que existia quando, pela última vez, desempenhou as funções de Secretária de Estado do Orçamento e é certamente inferior, em cerca de metade, ao que existia quando abandonou o governo. E isto num momento em que as dificuldades e os desafios são outros, particularmente exigentes, mas em que Portugal se encontra no quadro da zona euro, em cuja fase inicial V. Ex.<sup>a</sup> punha em causa a participação de Portugal, aquando da discussão das propostas de Orçamento do Estado para 1996 e 1997.

De facto, neste momento, o que está aqui em causa é sabermos qual é o Programa de Governo, qual é o programa de acção em matéria orçamental de política fiscal que efectivamente será aplicado. É que aqui temos de facto uma estratégia revisionista que passou por um programa eleitoral assente na conjugação entre o combate ao défice e a estratégia do choque fiscal e a revisão dessas estratégias aqui.

Já em Janeiro se dizia que o défice era de valores que não estavam de maneira alguma comprovados e que são bem superiores aos que o Sr. Primeiro-Ministro hoje aqui veio referir. Era no tempo em que o Sr. Primeiro-Ministro tinha inspiração espanhola e dizia que José Maria Aznar o tinha incentivado a não se deixar desencorajar por aqueles que afirmam ser impossível baixar os impostos e ao mesmo tempo cortar na despesa pública e aumentar as prestações sociais.

Também nessa altura, quando explicava aos portugueses como iria governar, dizia isto: «Se um governo não tiver a coragem, à partida, de avançar com um corte nos impostos, então esse governo não tem, ele próprio, o estímulo para cumprir a sua promessa de conter a despesa pública.»

O problema não está em dizer mas em fazer. Disse e não vai fazer! Considero importante que o Primeiro-Ministro ponha a própria «cabeça» nessa aposta, por assim dizer. Nessa altura, o que estava em causa era o programa eleitoral, a aposta era do Primeiro-Ministro; neste momento, nesta matéria, a «cabeça» é, claramente, a da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite!

Vamos ou não cumprir os objectivos do Programa de Estabilidade e Crescimento, não de 2000, mas na versão revista em Dezembro de 2001, ou será que Portugal é o primeiro país em que um Ministro das Finanças admite, séria e publicamente, a possibilidade de não atingir, em 2004, o défice zero?

**O Sr. Presidente:** — Já esgotou o seu tempo, Sr. Deputado. Faça favor de concluir.

**O Orador:** — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Finalmente, o que se comprova em matéria fiscal é que, antes, se falava em redução de IRC, que envolvia, já em 2003, 200 milhões de contos de perda de receita, e, hoje, o que se traz aqui, neste Programa revisto, é um aumento dos impostos, o adiamento deste dito choque fiscal. Faz-se aqui, de facto, a comprovação de que, se não tivemos uma fraude eleitoral, tivemos, em matéria fiscal, um Programa que foi uma fraude!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, terminou a sua intervenção dizendo que o Programa era uma fraude. Peço desculpa por dizer isto mas a sua intervenção é que foi uma grande fraude!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A sua intervenção foi uma enorme fraude, porque, se o senhor mostrar a qualquer aluno do 1.º ano de Economia a transcrição do que acabou de dizer, pensarão que a transcrição está errada, porque não seria possível o senhor dizer tanta coisa contraditória e sem nenhuma espécie de sentido como as que acabou de dizer! Não é possível!

*Protestos do PS.*

O Sr. Deputado está convicto de que os senhores perderam as eleições por causa do anúncio de um choque fiscal?! Os senhores perderam as eleições por causa disso?! O Sr. Deputado, mas que ingenuidade a sua! O senhor deve estar a pairar na estratosfera!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O motivo por que os senhores perderam as eleições não teve nada a ver com anúncios de programas do que quer que fosse! Se calhar, podíamos ter ficado calados, bastando que o País olhasse para os senhores para concluir, como concluiu, que os senhores conseguiram estar seis anos sem governar! O País não quer mais não ser governado, o País quer ser governado! Foi por isso que os senhores perderam as eleições! E o senhor continua, com o máximo dos à-vontades, a afirmar que os défices orçamentais não têm problema nenhum, que quando eu era Secretária de Estado do Orçamento fiz não sei o quê...!

O Sr. Deputado, pode explicar-me, então, por que motivo é que a Comissão Europeia fez uma proposta de alerta sobre Portugal? Por que é que um grupo de economistas reputados lançou um manifesto preocupadíssimo com a situação das finanças públicas? E, mais, há-de perguntar ao seu colega Pina Moura por que motivo é que ele promoveu um projecto chamado «Grupo ECORDEP», de lançamento da redução da despesa pública, se estava tudo tão bem e não era preciso nada!

Toda a gente avisava, toda a gente sabia que não era possível isto estar como está, os senhores lançaram um pacto nacional e queriam que nós apoiássemos o vosso programa de redução da despesa pública e depois acha que perderam as eleições porque não fizeram o anúncio de um choque fiscal!

*Protestos do PS.*

O Sr. Deputado devia, perante o País, em representação do seu grupo parlamentar, pôr «a cabeça debaixo do cepo»! Os senhores é que deviam ter «a cabeça a prémio» por aquilo que fizeram neste país!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Ministra, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

**A Oradora:** — Com certeza, Sr. Presidente.

Quero apenas dizer que não tenho «a cabeça a prémio», mas, se por qualquer motivo tivesse, fique a saber que não é por isso que deixo de tomar as medidas que considero essenciais!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, V. Ex.<sup>a</sup> iniciou há pouco, com a intervenção que fez perante esta Câmara, uma fase diferente de gerir as finanças públicas, uma fase claramente marcada pela transparência, firmeza e rigor.

Foi precisamente essa transparência, firmeza e rigor que retive de forma especial quando se referiu à política fiscal. Nessa mesma altura, demonstrou, com a medida que indicou em primeiro lugar, uma vontade clara de intervir sobre a administração tributária e parece-me curioso que alguns daqueles que tanto «enchem a boca» para falar da evasão e da fraude fiscal não tenham reparado nisso.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Medidas como as que há pouco foram referidas relativamente à administração tributária valem, com toda a certeza, por muitas reformas, contra-reformas e livros brancos que alguns pretensos especialistas têm produzido nesta matéria.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A questão dos impostos e da política fiscal tem, obviamente, uma grande importância não só pelo efeito de arrecadação de receitas, sendo que os impostos são actualmente a principal receita do Estado, mas também quanto à possibilidade de se incentivar o investimento, que poderá ser interno, externo, mas que fundamentalmente cria riqueza para a economia.

Para isso são fundamentais medidas que não castiguem aqueles que pretendem investir, seja no mercado de capitais ou não, sejam pequenos ou grandes investidores — porque também há pequenos investidores que podem, com medidas fiscais que os beneficiem, utilizar as suas pequenas poupanças para investir.

Mas também há outro elemento quanto à política fiscal que é fundamental e que também aparece transcrito no Programa do Governo, que é a uniformidade e a simplicidade quanto às políticas a tomar.

É que, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não comprehendo que, por exemplo, relativamente às sociedades gestoras de participações sociais, em três anos, tenhamos tido três regimes, sendo regimes transitórios que ninguém percebia, a começar pela Administração.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, a minha pergunta é muito simples: será que, finalmente, vamos ter em Portugal, como tem sido apontado, uma política legislativa de natureza fiscal, com projectos simples, uniformes e que tenham em atenção o elemento essencial de tocar na administração tributária?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Diogo Feio, o Sr. Deputado tocou num aspecto importante quanto à administração fiscal. A esse propósito, quero dizer-lhe o seguinte: o anterior governo falou sempre muito no combate à evasão e fraude fiscal e ninguém desconhece que um instrumento fundamental e decisivo para o combate à evasão e fraude fiscal é a montagem, tão avançada quanto possível, do sistema informático da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, sendo que esta é quase uma verdade elementar.

Nós saímos do Ministério há mais de seis anos e o Sr. Deputado sabe que o tal sistema informático, que é um instrumento essencial de combate à fraude fiscal, está rigorosamente no mesmo ponto em que o deixámos há seis anos. Ou seja, o Governo socialista não fez rigorosamente nada em termos de máquina fiscal no que respeita à parte informática. Está rigorosamente na mesma! E, no entanto, se os ouvirmos, a única preocupação que têm é a do combate à evasão e fraude fiscal. Fizeram estudos, fizeram análises, fizeram propostas, inscreveram dinheiro nos Orçamentos, mas decisões, nem uma. Esta era a forma socialista de governar que, obviamente, não seguiremos.

Portanto, tenho a certeza de que, nesta matéria, serão tomadas medidas concretas, nomeadamente o avanço de projectos que — não se sabe porquê — ficaram parados durante seis anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — O último orador inscrito para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças é o Sr. Deputado Afonso Candal. Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, devo dizer que fiquei algo surpreso, mas não muito, e a surpresa prende-se mais com a velocidade da alteração das propostas de VV. Ex.<sup>as</sup> do que propriamente com o estilo.

Em Março, antes das eleições, o fiscalista Saldanha Sanches dizia: «o futuro Ministro das Finanças dirá (...)» — e aqui enganou-se porque deveria ser: «a futura Ministra das Finanças dirá» — «(...) que não é possível fazer um choque fiscal porque as contas públicas estão piores do que pensamos». Em relação ao défice de 2001, já se constatou que assim não é e em relação ao défice de 2002 foi lançada uma confusão entre o défice do subsector Estado e o défice do sector público administrativo, mas a seu tempo isso será também esclarecido.

Aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> ainda não explicou foi se o dito choque fiscal, afinal, não estimula a economia ou se a economia não precisa de ser estimulada, porque se pode esperar é porque não é urgente.

Por outro lado, a medida que iria compensar aquela, nomeadamente a redução de benefícios fiscais no *offshore* da Madeira, que, pelos vistos, era rápida, fácil e eficiente, também fica na gaveta. E, portanto, a única explicação é: Manuela Ferreira Leite — 0, Alberto João Jardim — 1. Esta questão terá episódios seguintes, mas, neste momento, V. Ex.<sup>a</sup> está a perder.

A questão que quero colocar diz respeito ao anúncio do aumento do IVA, porque é inevitável que o aumento do IVA leve, por si só, ao aumento de preços para o consumidor, mas o seu prévio anúncio, pelo menos com dois meses de antecedência, leva a outro efeito de pressão so-

bre os preços, porque os portugueses não são tolos e, portanto, se em Junho vão ter que pagar mais por um bem de que precisam, vão comprá-lo já!

*Risos do Sr. Deputado Luís Marques Guedes.*

O Sr. Deputado Luís Marques Guedes ri-se porque também não percebe muito disto, ainda que perceba muito de outras coisas; por isso, aproveite também para aumentar o seu leque de conhecimentos.

Portanto, dizia eu que vai haver uma tensão inflacionista já, depois da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. Não venha a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, mais tarde, dizer que o descontrolo da inflação se deve ao governo socialista, porque a inflação, durante os últimos meses, tem vindo tendencialmente a decrescer — tanto é que V. Ex.<sup>a</sup> nem fala dela —, o que, em parte, até contraria a sua lógica despesista e expansionista. Mas tudo contraria as suas teses de excesso de despesa.

O aumento da inflação vai ser provocado por VV. Ex.<sup>as</sup>, com o anúncio que vão fazer e, depois, com o próprio aumento do IVA, ou seja, haverá um duplo efeito sobre os preços, sobre a degradação dos salários reais e do poder de compra dos portugueses.

Também pergunto se V. Ex.<sup>a</sup>, no início do próximo ano, vai dizer que a inflação prevista para 2003 é x, pelo que será em torno desse número que encetará as negociações nomeadamente com a função pública, ou se terá também em consideração aquela que é já a vossa responsabilidade na degradação do poder de compra dos portugueses a partir de hoje, ao negociar o aumento salarial para o próximo ano.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Afonso Candal, o senhor está com tantas saudades pelo facto de ter visto o seu governo desaparecer que aquilo que mais deseja é que façamos rigorosamente o mesmo que os senhores faziam. É que, quando o Sr. Deputado diz que eu já não falo da inflação porque tenho medo de desacertar, o que quer dizer é que eu tenho medo de fazer o mesmo que os senhores faziam. Não acertaram uma vez, desacertaram sempre! Portanto, o Sr. Deputado está com medo que isso aconteça.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Por outro lado, o Sr. Deputado disse que eu já nem falava da inflação porque ela, neste momento, está óptima. Mas só por masoquismo é que o senhor pode dizê-lo! A inflação que os senhores deixaram é inimaginável em termos da situação em que devíamos estar, mas o senhor pensa que está óptima. Por isso, temos um conceito de bom e de mau que não se ajusta propriamente. Portanto, nesta circunstância não é fácil eu falar disso consigo.

O Sr. Deputado é capaz de me explicar por que é que as contas de 2002 estão como estão? Alguém na sua bancada foi capaz de justificar por que é que a execução de 2002 está na situação em que está? É que, se me explicassem, podia acontecer que eu considerasse que o ano de 2002 não era tão mau! Só que não capazes de explicar. E o Sr. Deputado sabe por que é que não são capazes de explicar?

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — É susceptível de ser explicado.

**A Oradora:** — É susceptível de ser explicado? Pois eu penso que se for susceptível de ser explicado vamos, se calhar, chegar todos à conclusão de que, se os dinheiros que estão inscritos em 2002 não são extrapoláveis para o resto do ano, alguma coisa se passou intencionalmente de 2001 para 2002, para a conta ficar sobre nós.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**A Oradora:** — Vou recusar essa conta, Sr. Deputado! Vou devolver à procedência essa despesa que me ofereceram de 2001 para 2002.

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — Sabe que isso não é verdade!

**A Oradora:** — Portanto, só se for nessas circunstâncias que os senhores estão a querer dizer que 2002 não é assim tão mau. Porque se os valores para 2002 forem rigorosamente os que constam dos documentos, os senhores não me vão dizer que me estiveram a enganar! Se os números são verdade — e parto da hipótese que o são —, o Sr. Deputado é capaz de explicar algum dia como é que faz um ajustamento ao desequilíbrio externo sem ter política cambial nem monetária, tendo apenas política orçamental? Se for capaz de o explicar, provavelmente, candidatar-se-á ao prémio Nobel da Economia e eu lá estarei para felicitar a sua presença.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não seria melhor para fazer um protesto? É que não vejo qual será a matéria da interpelação à Mesa, mas peço que a indique.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, não há razão para fazer um protesto. O que pretendo é fazer chegar à Mesa uma breve nota relativamente às questões de execução de 2002 e peço que ela seja distribuída à bancada do Governo e às bancadas parlamentares.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Assim será. Peço-lhe então o favor de fazer chegar o documento à Mesa.

Para intervir no debate, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Está Portugal praticamente sem governo desde 17 de Dezembro último, data em que, na sequência do resultado das eleições autárquicas, o Eng.º Guterres

apresentou ao Presidente da República o seu pedido de demissão de Primeiro-Ministro.

Não é ocasião para desenvolver análises políticas sobre a circunstância de eleições locais terem ocasionado uma crise de governo, a ponto de o Primeiro-Ministro assumir a quebra do ciclo de executivos de legislatura que, em estabilidade e sem antecedentes, os governos do PSD iniciaram em 1987.

Já todos percebemos que as razões da fuga do Eng.º Guterres eram mais fundas e estão hoje à vista e bem patentes na grave degradação que se verifica em praticamente todos os sectores da vida do Estado, no descalabro das finanças públicas, no afastamento da União Europeia, de que passámos a divergir em termos económicos.

A circunstância de se revelar extremamente morosa a resposta das nossas instituições a situações de crise política, de tal modo que só hoje, passados quatro meses, é possível investir o novo Governo perante a Assembleia da República, deve merecer de todos nós alguma reflexão.

Temos a obrigação de aperfeiçoar os mecanismos institucionais, de encurtar prazos e de encontrar, no quadro do processo democrático, soluções que previnam e evitem o inconveniente prolongamento das situações de crise e o atraso na adopção de medidas cuja premência é por todos sentida.

Tal teria permitido encurtar também a subsistência de um governo de gestão, com competências e poderes de contornos imprecisos, constantemente desrespeitados, e que enxameou o Estado e o sector público em geral com nomeações «clientelares» de última hora e antecipadas renovações de comissões de serviço e de mandatos, no intuito claro de manter o controle partidário da Administração Pública, embarcar o novo Governo, comprometer a acção política do novo executivo e impedir a concretização do seu Programa. Isto para não falar já dos esquemas potenciadores de chorudas indemnizações, para os que, pelos mais elementares imperativos éticos e políticos, tenham de ser dispensados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados:** Bem andou o Sr. Presidente da República ao tomar a iniciativa de dissolver a Assembleia da República e ao convocar eleições antecipadas. Os resultados registados no acto eleitoral de 17 de Março último confirmaram que lhe assistia razão. O Parlamento deixara de reflectir o sentir e a efectiva vontade da maioria dos portugueses. Os portugueses expressaram inequivocamente o seu profundo desejo de afastar os socialistas do poder. Como manifestaram a vontade inequívoca de quererem uma maioria não socialista a governar Portugal.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que a minha primeira palavra de saudação seja dirigida a V. Ex.º, por ter sabido tão bem interpretar a vontade dos portugueses e, enquanto líder do PSD, o partido mais votado nas eleições de 17 de Março, em nome do superior interesse nacional e ciente da grave situação em que o País se encontra, não ter hesitado em estabelecer uma coligação com o CDS-PP, cujo líder, por idênticas razões, igualmente saúdo.

Souberam VV. Ex.º estar à altura das graves dificuldades que o País atravessa, relegando para o lugar próprio das coisas menores divergências pontuais do passado ou uma ou outra diferença de opção sectorial, colocando acima de tudo isso Portugal e os portugueses.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Conhecemos bem a incidência parlamentar do acordo político celebrado entre os dois partidos que integram o Governo e quero deixar bem claro que o Grupo Parlamentar do PSD cumprirá, escrupulosamente, os compromissos assumidos, podendo o Governo, todo o Governo, contar com o nosso apoio na execução do Programa agora em debate na Assembleia da República.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Na sequência das eleições e da sua posse, o Governo veio, nos termos constitucionais, submeter à apreciação da Assembleia da República o seu Programa.

Os portugueses votaram na mudança e o Programa que o Governo submete hoje à apreciação da Assembleia da República veicula, nos vários sectores da vida nacional e nas diferentes áreas do Estado, essa mudança.

Os compromissos assumidos com o eleitorado estão vertidos no Programa do Governo e não tenho dúvidas de que serão cumpridos nos próximos quatro anos.

Permitam-me que saliente, desde já, alguns sinais dessa mudança, como seja a circunstância de este Governo ser o mais pequeno desde a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, e serem já conhecidas as orientações de contenção e austeridade na constituição dos gabinetes.

Passando um pouco pelas várias áreas de governação, cumpre destacar, entre outros pontos do Programa do Governo, os seguintes: a preocupação de restaurar a dignidade das Forças Armadas e de reatar a necessária confiança entre o poder político e os responsáveis militares; fazer de Portugal, de novo, o bom aluno da União Europeia e não o cábula desacreditado e enxoovalhado em que foi colocado pelos governos socialistas.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

**O Orador:** — Reforçar a credibilidade externa e assegurar uma presença activa de Portugal nas instituições internacionais; reforçar a comunidade lusófona e estreitar a nossa relação com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; restaurar a autoridade democrática do Estado e dignificar as forças de segurança; criar condições para uma justiça mais pronta, centrada nos cidadãos e assente numa cultura de serviço e de responsabilidade, conciliando eficácia e qualidade com a indispensável independência, isenção e imparcialidade do poder judicial.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Destacam-se ainda no Programa do Governo, hoje em debate, a reforma da Administração Pública, assente numa cultura de mérito e de exigência, na redução do seu peso, na sua modernização, na descentralização do Estado e na transferência de competências para os municípios; a consolidação e o reforço da competitividade das nossas empresas e dos vários sectores da indústria, comércio e serviços e o estímulo à sua

internacionalização; a implementação de um adequado programa de privatizações e o necessário redimensionamento do sector empresarial do Estado; uma política realista e de adequadas prioridades no âmbito das obras públicas e transportes e no sector do turismo, ao qual é dada a atenção merecida, como um dos mais relevantes que é para o desenvolvimento económico, apostando na qualidade e excelência, o que passa pela execução de políticas integradas de transportes, ambiente, ordenamento do território e urbanismo.

Pretende-se ainda restaurar e redignificar as actividades agrícola e florestal, apoiando um programa nacional de promoção de produtos agrícolas; defender, no âmbito da revisão da Política Comum de Pescas, os necessários apoios para a reorganização e reestruturação da nossa frota; desenvolver tecnologias de ponta no âmbito das telecomunicações; liberalizar gradualmente os recursos energéticos; apostar na qualificação dos portugueses, restaurando a autoridade dos professores e assegurando a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino; desenvolver uma política cultural centrada no primado da pessoa e da cidadania; reestruturar a RDP e a Lusa e cindir a RTP, S.A., pondo termo ao seu descalabro financeiro e assegurando um serviço público de qualidade e plural; fazer Portugal sair da cauda da Europa no tocante aos indicadores da sociedade de informação; adoptar uma política de saúde que ponha termo ao desperdício e proporcione aos cidadãos, em tempo útil, os cuidados de saúde a que têm direito e reformar a segurança social na base do princípio da co-responsabilização do Estado, das empresas e das famílias.

Deste Programa não posso deixar de salientar os propósitos de assegurar às famílias o lugar que lhes compete na sociedade sem as substituir, antes apoiando e estimulando o desenvolvimento das suas funções específicas; combater as discriminações e assegurar a todos a igualdade de direitos e de oportunidades; concretizar uma política de imigração responsável, rigorosa e solidária, combatendo a exclusão social e assegurando a integração das minorias; levar a cabo uma política global e transversal de juventude, que assegure a coerência das políticas sectoriais e reconheça aos jovens o papel que lhes compete no nosso futuro colectivo; levar a cabo uma política para as cidades e ordenamento do território e para a gestão ambiental que ponha termo à degradação urbana e ecológica a que se vem assistindo; implementar uma nova política de habitação que combata a especulação imobiliária e assegure acesso à habitação por parte dos mais carenciados e dos jovens; fomentar o desporto em moldes que o tornem num instrumento importante de bem-estar e de saúde, introduzindo-se princípios e valores de ética desportiva, em particular no sector profissionalizado; executar um programa nacional de prevenção e de combate a esse flagelo que é a sinistralidade rodoviária; definir com rigor, cautela e sem demagogia a responsabilidade dos titulares de cargos políticos pela gestão pública, impedindo situações de impunidade que o País não comprehende nem aceita, e o propósito de rever a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, algo que os socialistas não concretizaram apesar de o haverem prometido, aperfeiçoando o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados:** Naturalmente, trata-se de um Programa para uma legislatura e quando se recebe, por irresponsabilidade de quem nos governou nos últimos seis

anos, um País em descalabro financeiro, económica e socialmente degradado, desmotivado e descrente, é necessário estabelecer prioridades. A primeira terá de ser o saneamento das finanças públicas. A segunda é a concretização das reformas estruturais, constantemente adiadas nos últimos seis anos, de forma a que se criem condições de competitividade que nos permitam retomar de forma acelerada a convergência com a União Europeia.

Por outro lado, a nossa principal riqueza são as pessoas, pelo que a aposta na qualificação dos portugueses é também uma prioridade que não pode ser descurada. Só desta forma, criando condições para que os portugueses reconquistem a confiança em si próprios, será possível atingir patamares de produtividade e de qualidade que nos tornem competitivos num mundo cada vez mais globalizado. Sem este trabalho prévio e sem levar por diante medidas que vão exigir sacrifícios e privações, não é possível fomentar, a seu tempo, a necessária criação de riqueza que permita a sua mais justa distribuição, assegurando o primado do social, que está no centro das nossas preocupações.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Os portugueses ansiavam por uma nova atitude por parte dos responsáveis políticos e ela aí está, na clareza do diagnóstico da situação do País que o Sr. Primeiro-Ministro nos fez esta manhã. Esta nova atitude política aí está, na coragem com que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou a esta Câmara as medidas indispensáveis para a recuperação das finanças públicas e para o relançamento da economia. O tempo de ocultar os problemas e adiar as soluções já passou, a época dos discursos redondos, das hesitações, das cedências e da submissão às mais variadas pressões e interesses pertence ao passado socialista que os portugueses rejeitaram nas urnas.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, saúdo a coragem de V. Ex.<sup>a</sup> ao não vir aqui acusar os responsáveis pela grave situação em que o País se encontra, antes propondo medidas concretas que não serão simpáticas, que exigirão sacrifícios, mas que os portugueses compreenderão, por serem indispensáveis a um desenvolvimento futuro sustentado, sólido e consistente. Só assim, com verdade, será possível pôr termo à crise de valores que atravessamos e banir de uma vez por todas a cultura de facilidade, de laxismo e de clientelismo que minou a sociedade portuguesa nos últimos seis anos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Só assim será possível mobilizar os portugueses para um projecto colectivo e para uma nova ambição: fazer de Portugal, no espaço de menos de uma geração, um dos países mais desenvolvidos da Europa.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Tenho dado conta de algumas vozes que, ainda sem sequer o Governo ter feito a sua investidura parlamentar, já referem que é tempo de deixar de falar do passado e de anunciar medidas concretas para recuperar a situação do País, que já todos sabem ser grave. Essas mesmas vozes estiveram caladas quando os socialistas, até ao último dia dos seis anos que estive-

ram no poder, continuavam a acusar os governos do PSD anteriores a 1995 de todos os maus.

*Aplausos do PSD.*

Os propósitos de branqueamento da desgovernação socialista e da sua responsabilidade pelo estado a que o País chegou são por demais evidentes.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador: — Acontece, porém, que, infelizmente, não estamos a falar do passado. Estamos a falar do presente, de um presente que nos acompanha no apuramento do real défice de 2001 para informarmos com rigor as instâncias europeias. De um presente que nos acompanha no descalabro da execução orçamental de 2002, em que não há um só número que bata certo, nem uma só previsão que se confirme. É de tal ordem o desfasamento que, como já tem sido referido publicamente, o orçamento rectificativo terá de ser antecipado para Maio. É este presente doloroso que tem de ser explicado e revelado aos portugueses sem subterfúgios, sendo certo que os responsáveis por este estado de coisas têm rosto e têm nome, como já aqui hoje foi dito.

Mas nesta nova atitude política, neste tempo novo que agora começa, a nossa preocupação primeira não é, certamente, acusar quem já foi julgado pelos portugueses. E se não contam connosco para apagar apressadamente a história dos últimos seis anos, a verdade é que o nosso tempo, todo o nosso tempo, neste tempo novo é precioso para restituirmos aos portugueses a confiança perdida e fazermos Portugal reencontrar o rumo de progresso e de modernização de que se afastou nos últimos seis anos.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Queria também deixar claro que a Região Autónoma da Madeira, círculo por onde fui eleito, está solidária com o Governo e com o esforço que é necessário fazer, na proporção dos benefícios que aufera do Orçamento do Estado, apesar de ter sido alheia e de até ter alertado e advertido para a desgovernação socialista que conduziu as finanças públicas ao descalabro em que se encontram. Acompanhamos o Estado no esforço de contenção e corte nas despesas correntes e de capital e, na linha da preocupação revelada pelo Sr. Primeiro-Ministro esta manhã, privilegiaremos os investimentos co-financiados por fundos europeus, que não se podem perder.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: O Governo inicia funções não apenas num quadro nacional de grave crise mas também numa situação internacional que é preocupante, em particular a escalada do conflito do Médio Oriente. Não posso deixar de expressar aqui também uma palavra de solidariedade para com os nossos compatriotas, emigrantes na Venezuela e na África do Sul, que vivem horas difíceis e dolorosas, certo que o Governo não deixará de dar a atenção que é devida a estas situações através dos meios diplomáticos e demais medidas que tenha por adequadas e possíveis.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Associo-me, em nome do meu grupo parlamentar, à saudação do Sr. Primeiro-Ministro ao Presidente Xanana Gusmão, recordando a acção e o empenho que V. Ex.<sup>a</sup> teve na causa de Timor em período tão difícil, quando desempenhou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

*Aplausos do PSD.*

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados:** Atenta a gravidade da situação em que o País se encontra, no momento em que o Governo apresenta à Assembleia da República o seu Programa com vista à sua investidura parlamentar, tem todo o sentido e ganha especial significado a circunstância de, simultaneamente, apresentar ao Parlamento uma moção de confiança. É importante que a legitimação do Governo e do seu Programa, face à dimensão das tarefas que vai ter de enfrentar para ultrapassarmos a crise em que outros nos mergulharam, seja reforçada pelo voto activo da moção de confiança que lhe conferiremos.

Foram também apresentadas moções de rejeição por parte de grupos parlamentares, coerentemente com as suas ideias e propósitos, que não lograram obter o sufrágio dos portugueses e pretendem agora ver rejeitado o Programa do Governo. Respeitamos a coerência, mas naturalmente, por igual coerência, votaremos contra tais iniciativas.

Outros, com a consciência pesada e muito dados a posições menos claras e sem vergonhas, parece que se irão abster na votação de tais moções de rejeição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Desde já expressamos aqui que, sendo clara a nova atitude política deste Governo, a premência e a coragem das medidas que se propõe concretizar, a vontade de não adiar mais as reformas, de restaurar a autoridade do Estado, de sanear as finanças públicas, de desenvolver uma cultura de exigência, de competência, de mérito e de verdade, colocando acima de interesses de grupos de pressão e de outros o interesse nacional, ou seja, os portugueses e Portugal, este terá todo o apoio do Grupo Parlamentar do PSD.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Guilherme Silva, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, permita-me que o saúde vivamente pela sua eleição como líder do Grupo Parlamentar do PSD e que lhe deseje os maiores votos de felicidade no exercício dessas funções.

O Sr. Deputado, tanto ao longo do dia como na intervenção que acabou de fazer, procurou atacar o Partido Socialista, dizendo que este não cumpre a postura que anunciou pela voz do seu líder, Ferro Rodrigues, durante a campanha eleitoral, no sentido de sustentar uma política de finanças públicas que vise o equilíbrio orçamental em 2004. Convém, no entanto, recordar ao Sr. Deputado que foi o governo do Partido Socialista que apresentou na União Europeia, em nome do Estado português, o Programa de Estabilidade e Crescimento e que, quer na campanha eleitoral, quer depois disso, o Partido Socialista — e

ainda hoje o reafirmou o Deputado Ferro Rodrigues — disse muito claramente que se manteria fiel ao cumprimento desse Programa. Para além disso, no nosso programa eleitoral, aquele que seria o programa do nosso governo, especificámos as medidas que seriam necessárias para cumprir o Programa de Estabilidade e Crescimento. Como tal, considerámos que este Governo tinha uma situação política de luxo, já que, em seis anos, era o primeiro Governo que dispunha de maioria na Assembleia da República, tendo ainda o bónus de, como principal adversário nesta Câmara, dispor de um partido que o acompanharia neste Programa.

Este Governo e VV. Ex.<sup>m</sup> decidiram, contudo, desbaratar esta oportunidade política porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, em primeiro lugar, e, hoje, o Sr. Primeiro-Ministro se tornaram nos primeiros governantes em toda a Europa a assumir a possibilidade de não cumprir os critérios de convergência acordados com a União Europeia. No final da própria tarde em que aqui foi apresentado o Programa do Governo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra foi muito clara ao rever em baixa os objectivos ai traçados, insinuando a impossibilidade do cumprimento dos critérios europeus. Hoje, o Primeiro-Ministro e a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, ligeiramente mais prudentes, já vieram dizer que o objectivo tem de ser próximo do estabelecido no Programa de Estabilidade Crescimento, não tendo assumido, todavia, o compromisso de o cumprir. Como tal, quem rompeu este Programa, quem rompeu aquilo que é um objectivo do Estado português não foi o Partido Socialista, mas, sim, o Governo do PSD!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É preciso ter lata!

**O Orador:** — Mas, pior: o Governo podia ter tido a inteligência de querer jogar a prazo, percebendo que, assim, talvez não valesse a pena jogar na auto-suficiência da actual maioria coligacional PSD-CDS. O Governo podia ter entendido que valia a pena aproveitar a oportunidade de, pela primeira vez em seis anos, terem na principal bancada da oposição quem está disponível a honrar compromissos do Estado na cena internacional. Mas nem o Sr. Deputado Guilherme Silva, que hoje levantou a sua bancada em fervoroso aplauso, clamando que o Governo deve governar contra os socialistas,...

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Se necessário!

**O Orador:** — ... nem o Sr. Primeiro-Ministro, pela forma, no mínimo, indelicada como se referiu ao PS, nem a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, que, nesta versão algo mais rústica do haraquiri, disse que devíamos pôr a cabeça no cepo e nos convidou ao suicídio, tomaram a atitude mais adequada a quem quer encontrar nesta Câmara um bom clima para cumprir objectivos difíceis.

Sr. Deputado Guilherme Silva, quando os senhores chegaram aqui tinham dois caminhos possíveis; escolheram um que não é o nosso, pelo que nos resta desejar sinceramente que façam boa viagem. Obviamente, nestas condições, não poderão contar com a nossa companhia!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Costa, quero também retribuir as saudações que me dirigiu, cumprimentando-o pela sua eleição para líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e desejando-lhe as maiores felicidades.

Quanto às questões que me colocou, queria começar por essa tentativa muito socialista de victimização. No entanto, neste caso, as grandes vítimas das vossas políticas e da vossa desgovernação são os portugueses, pelo que não vale a pena tentarem «vestir essa pele»!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Depois, tenho de lhe dizer que quem quebra os compromissos são os senhores. É verdade que foram VV. Ex.<sup>a</sup> que fizeram um pacto de estabilidade, mas, como não o executaram, foram os primeiros a quebrar os vossos próprios pactos. Como tal, o Sr. Deputado António Costa não pode vir agora imputar-nos a quebra desses compromissos, porque são os senhores que não cumprem nem sequer aquilo a que se comprometem. O senhor sabe que esse Programa de Estabilidade e Crescimento foi letra morta e é também daí que decorre a degradação da situação actual.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Como lhe digo, não vale a pena vir agora com esse tipo de manipulação.

Por outro lado, quero dizer-lhe, com todo o respeito, que V. Ex.<sup>a</sup> não pode dar lições ao PSD sobre o que possam ser atitudes de Estado, sobre qualquer tipo de cooperação ou mesmo sobre a existência de pactos, quando estes são necessários em nome de Portugal, de um desígnio nacional ou dos superiores interesses nacionais. Na verdade, foi essa a postura que adoptámos em 1996, em 1997 e em 1998, não inviabilizando os vossos orçamentos para não comprometer a entrada de Portugal no euro. Se VV. Ex.<sup>a</sup> quiserem, têm aí um bom exemplo para seguir!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — De todo o modo, sempre esclareço que, quando aqui dissemos que, se necessário, governaremos contra os socialistas, referíamo-nos à política socialista, ao laxismo, ao «deixa andar» e aos adiamentos. Nessa medida, se os senhores persistirem nesse caminho, vamos governar contra os socialistas.

Por fim, já que nos desejou boa viagem, não deixo de lhe dizer que é sempre melhor ir só do que mal acompanhado!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Osvaldo Castro (PS):** — Mas os senhores já não estão sós! Os senhores já estão mal acompanhados!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este é um programa há muito anunciado, desde que o PSD e o CDS-PP foram chamados a formar governo. É um Programa que, se nalguns sectores é a continuidade de políticas definidas, executadas ou anunciadas anteriormente pelo Partido Socialista, nem por isso deixa de

ser um Programa de claro retrocesso social, onde as opções conservadoras e neoliberais de desresponsabilização do Estado, anunciadas em todos os domínios, não vão resolver os problemas do País e dos portugueses, pelo contrário, vão agravá-los a todos.

São, sobretudo, três as áreas onde esta opção é mais visível: primeiro, uma dramatização da situação das finanças públicas, para justificar as medidas restritivas e o «aperto do cinto» aos portugueses; segundo, uma transferência para o sector privado de funções estratégicas que ao Estado cumpre assegurar no plano económico, social e cultural; terceiro, um ataque a direitos sociais e laborais dos trabalhadores, que, nalguns casos, constituem património civilizacional conquistado por duras lutas ao longo de gerações.

O Governo empola o desequilíbrio das contas públicas mas depois não ataca onde se impunha que o fizesse, nomeadamente na receita fiscal e no combate à evasão e à fraude fiscais.

É verdade que o Partido Socialista tem responsabilidades na situação herdada por este Governo. O desequilíbrio já verificado neste primeiro trimestre não constitui para nós uma surpresa e a verdade é que no próprio debate do Orçamento do Estado para 2002 logo criticámos o facto de as receitas que o Governo então apresentou estarem claramente sobreavaliadas e as despesas subavaliadas, para o Governo poder apresentar um défice final completamente artificial. Estimámos mesmo, então, que essa sobreavaliação, só em IRC e em IVA, seria da ordem dos 109 milhões de contos.

São estas operações de engenharia e criatividade contabilística a que têm conduzido os sacrossantos indicadores do Pacto de Estabilidade e Crescimento (aceites pelo PSD e pelo Partido Socialista), e em particular o percurso para um défice zero em 2004, que o Governo nem sequer, num único momento, questiona, como, aliás, já o fazem países como a França ou a Alemanha; sabendo, como se sabe, que tal valor é completamente arbitrário, desadequado aos níveis de desenvolvimento de cada Estado membro, rígido em relação a períodos de contracção ou crise económica, e sabendo ainda que tal valor só seria possível atingir com uma intolerável compressão das despesas sociais, do investimento público, das condições de vida dos portugueses e com o inevitável agravamento da conflitualidade social.

Os resultados estão à vista, com a execução orçamental referente ao primeiro trimestre deste ano. Mas esta é uma questão que, obviamente, compete ao Partido Socialista esclarecer.

Contudo, também não restam dúvidas que o Primeiro-Ministro e a Ministra Manuela Ferreira Leite estão a dramatizar o desequilíbrio das finanças públicas para depois poderem aparecer, no final deste ano, como os campeões da sua recuperação e da redução do défice e poderem apresentar boas contas a Bruxelas, sem ter em conta os interesses nacionais, mas para terem também uma justificação para a política de diminuição das despesas, em particular das despesas sociais e dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, bem como para o recuo das políticas públicas.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, é preciso começar por dizer que, ao contrário do que anda a ser afirmado, o problema

do País, em matéria de finanças públicas, não é essencialmente o problema da despesa mas, sim, o da receita.

A despesa corrente primária em Portugal é, aliás, inferior à média da União Europeia em cerca de quatro pontos percentuais, quando, pelo contrário, até se justificaria que fosse superior, tendo em conta o atraso de muitos dos nossos indicadores em matéria de acesso à saúde e à educação, os baixos salários e pensões de reforma, a falta de investimento na modernização da Administração Pública e na valorização e qualificação dos seus trabalhadores.

Isto não quer dizer que ignoremos o que se passa nesta matéria, mas aqui a orientação que deve ser prosseguida é a do combate ao laxismo e ao desperdício em áreas como a gestão do património do Estado, a duplicação de estruturas da Administração Pública, como os institutos, as associações e fundações não justificáveis, que o Governo, valha a verdade, também anuncia combater (e com o que estamos de acordo), mas em que é preciso recordar que se trata não só de uma herança do Partido Socialista mas também dos anteriores governos do PSD e de Cavaco Silva.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!**

**O Orador:** — É este o combate que é preciso travar! Nunca o combate contra os já débeis salários dos trabalhadores da Administração Pública e a estabilidade do emprego.

Mas é na área da receita que se deveria desencadear o combate mais profundo. Ora, o Governo recusa-se claramente a abordar este problema na sua dimensão total, porque, evidentemente, isso tocaria os grandes interesses económicos e financeiros, e esses são os que estão, nos tempos que correm, sentados à mesa do Governo e do Orçamento.

E isto que explica que o Governo nada diga sobre o escândalo da pouco mais que nula tributação do sector segurador e bancário; que, ao contrário do que tinha prometido o agora Primeiro-Ministro, nada tencione fazer para reduzir os benefícios totalmente ilegítimos e irracionais obtidos por actividades financeiras e especulativas nos *offshore*; que não ataque os benefícios fiscais não justificáveis e, pelo contrário, revogue a tributação das mais-valias — em relação às quais, diga-se em abono da verdade, o Partido Socialista já tinha dado o primeiro passo, ao suspendê-las no Orçamento do Estado para 2002; e que a nada de concreto se comprometa, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para reforçar os meios da administração tributária.

Portugal vai continuar a ser, assim, uma espécie de paraíso fiscal onde é maior a fuga e a evasão em toda a zona da União Europeia.

Este é o caminho que nos preocupa. Este é o caminho que qualquer governo, seriamente preocupado com o estado das finanças públicas, deveria escolher como primeira prioridade. Mas este é o caminho que o Governo não escolhe, por razões óbvias, preferindo «apertar o cinto» aos portugueses e aumentar os impostos, designadamente o imposto mais injusto, mais irracional, que ataca sobretudo os sectores de menores recursos, que é o IVA, como a Sra. Ministra das Finanças anunciou, e que mais sublinhado ficou depois de ter indicado como é que se iria processar essa alegada contrapartida do IVA com uma diminuição no IRS.

Nas eleições, foram as promessas de diminuição de impostos. Agora, é a realidade do seu aumento!

É isto, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, que está na base da desconfiança dos portugueses em relação à vida política, por causa de partidos, como o PSD e o CDS, que tudo prometem nas campanhas eleitorais mas que tudo esquecem quando chegam ao Governo.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador:** — E com o pretexto de reduzir a despesa e a presença do Estado, mas também, e sobretudo, por clara opção ideológica, o Governo, aprofundando políticas anteriores, apostava na privatização de quase tudo que ainda há para privatizar na área económica, e avança com um impulso novo para as áreas sociais.

Este é, aliás, o principal traço que atravessa todo o Programa do Governo: desresponsabilização do Estado, entrega à voracidade dos interesses privados e da lógica do lucro de estratégicas empresas e sectores da economia nacional, que, como tem acontecido, acabam invariavelmente nas mãos de interesses transnacionais, retirando ao Estado português qualquer possibilidade de intervir em áreas fundamentais para a defesa do interesse público e da própria soberania nacional.

Mas vai mais longe: sem qualquer justificação, avança para a consecução de um enorme erro, porventura irreparável, que é o da privatização ou desaparecimento puro e simples de um dos canais da RTP. E na RDP, que além do mais tem uma situação financeira estável, questiona a RDP2 e propõe-se alienar a Antena3, estações inquestionavelmente prestigiadas e que prestam um notável serviço público.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não só no mercado do audiovisual não há espaço para um novo canal de televisão privado — o que, só por si, condene a operação ao insucesso —, como o Governo, comprometendo ilegitimamente a sua e futuras administrações, demite o Estado de ter uma política séria e plural de serviço público na comunicação social, fazendo, aliás, o contrário do sentido em que vai a discussão pública nos outros países europeus.

Mas, não satisfeitos ainda, o PSD e o CDS propõem-se igualmente avançar ainda mais na privatização dos serviços de saúde — o próprio Serviço Nacional de Saúde já é apresentado como um sistema misto —, na educação e, especialmente, na segurança social, avançando aqui com propostas contrárias à Lei de Bases recentemente aprovada nesta Assembleia da República, contrárias aos acordos já negociados em sede de concertação social e contrárias aos próprios princípios constitucionais. Propostas de privatização, através do chamado «plafonamento», de uma parte significativa da segurança social, porventura logo acima dos cinco salários mínimos, a acreditar nas posições públicas do Ministro Bagão Félix, e transferindo para os fundos de pensões uma parte substancial das poupanças dos trabalhadores portugueses.

É a séria tentativa de levar para a frente aquilo que é um objectivo antigo do sector segurador e financeiro, de que o Sr. Ministro Bagão Félix é reconhecidamente um destacado representante ao mais alto nível do Estado.

A transformação de um sector solidário, universal e público, construído fundamentalmente com as contribuições do trabalho por conta de outrem, num sistema ao serviço dos mercados financeiros, pondo em causa a susten-

tabilidade financeira futura do sistema, e, portanto, a sustentabilidade das próprias pensões de reforma e das restantes prestações sociais, é o que o Governo propõe ao País, com o anúncio da alteração da Lei de Bases e a redução do financiamento do sistema público de segurança social e a transferência para as pessoas e para as famílias de encargos incompatíveis.

Passariam, assim, a existir, nesta conceção, dois sistemas de segurança social: um deles, público, assistencialista, de pensões e prestações mínimas, onde ficariam os portugueses de mais baixos recursos; um outro, privado, dos fundos de pensões, para onde se encaminhariam os privilegiados.

Mas o Governo que se desengane: se concretizar o caminho que anuncia no Programa do Governo, vai ter sem dúvida a forte oposição e luta dos trabalhadores portugueses, e, aqui, na Assembleia da República, a forte oposição e luta do Partido Comunista Português.

*Aplausos do PCP.*

Não aceitaremos a fragilização e o desmantelamento de uma conquista civilizacional dos trabalhadores, de um direito social tão duramente conquistado.

Obviamente que este «edifício» teria de ser completado com a proposta de diminuição dos direitos laborais, expectativa antiga do grande patronato português. Em vez de se caminhar pelo caminho mais sensato e sério, o da valorização do trabalho e dos trabalhadores, da sua formação e remuneração e o da melhoria da gestão e dos meios tecnológicos das empresas com vista a um incremento da competitividade e produtividade sustentados, o Governo anuncia-nos uma política centrada numa maior precariedade no trabalho e num modelo de baixos salários, não uma orientação que convoque, sequer, os empresários mais inovadores, mas uma orientação virada para um tipo de patronato conservador e ultrapassado, sempre pronto a reclamar baixos salários e mais facilidades para despedir.

É isto que o Governo nos anuncia com as propostas de maior adaptabilidade e flexibilidade da organização do trabalho: eufemismos para anunciar mais facilidades nos despedimentos, com uma maior flexibilidade nos horários de trabalho, com o privilégio do trabalho precário e a tempo parcial e com a generalização dos contratos individuais de trabalho na Administração Pública. Seria o reino da instabilidade e da desvalorização do factor trabalho. Seria — digo bem —, porque também aqui o Governo terá de contar com a séria oposição e luta dos trabalhadores portugueses!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é um Programa que não serve os interesses do País, que não serve os interesses dos portugueses. Este é um Orçamento virado para a desvalorização do trabalho e para o privilégio do capital. Este é um Orçamento que opta pela desresponsabilização do Estado em relação às suas funções e privilegia a lógica dos interesses do mercado e do lucro, pondo em causa direitos mínimos dos portugueses. Por isso, este Programa merece, como não podia deixar de ser, o voto negativo do Partido Comunista Português.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento ao Orador, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Lino de Carvalho, julgo que V. Ex.<sup>a</sup> tem consciência de que os portugueses quiseram uma mudança. E quiseram essa mudança claramente! Naturalmente, também, o Programa deste Governo traduz essa mudança.

E não se preocupe, V. Ex.<sup>a</sup>, como de resto os demais Deputados do PCP ou até de Os Verdes, se este Programa é mais ou menos social democrata, mais ou menos democrata cristão, da mesma forma que a nós não nos preocupa muito se a vossa cassete, hoje em dia, é mais ou menos comunista ou mais ou menos «verde», muito embora nos queira parecer que dizem mais ou menos a mesma coisa, desde há quase 20 anos a esta data.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Isso é que é uma cassete!

O Orador: — No entanto, Sr. Deputado Lino de Carvalho, há algo que é inaceitável: também VV. Ex.<sup>as</sup>, em fase de campanha eleitoral, consideraram, perante tudo e perante todos, o estado caótico das finanças públicas em Portugal; também VV. Ex.<sup>as</sup> se fartaram de denunciar o desvario de uma gestão socialista que conduziu aquilo que hoje todos sabemos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, pergunto: o que é que mudou desde 17 de Março que justifique que, afinal, aquilo que antes era uma má gestão, aquilo que antes era um estado caótico das finanças, hoje quase pareça, na sua boca, um estado de excelência, que não justifica o rigor que certamente este Governo não tem vontade nenhuma em aplicar?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ou V. Ex.<sup>a</sup> julga que este Governo tem alguma vontade em «apertar o cinto», em restringir, em ter uma política de rigor, que certamente, do ponto de vista eleitoral, só será muito mais desfavorável?

Só que, Sr. Deputado Lino de Carvalho, é precisamente isto que diferencia este Governo do que lá esteve durante seis anos. É que este Governo não trabalha apenas com vista ao melhor ou pior resultado eleitoral, à melhor ou pior notícia no jornal do dia seguinte, ou à abertura mais ou menos espectacular no teledisco. Este Governo funciona em favor de Portugal, em favor de um país que hoje, infelizmente, está em crise, como também, infelizmente, reputadíssimos especialistas internacionais o vêem reconhecendo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, no que toca à política laboral, deixo-lhe também uma questão: tem V. Ex.<sup>a</sup> consciência de que países quase falidos, depois de longos anos de um desvario estalinista que não nos importa hoje, aqui, sequer, de novo, frisar, nos estão agora a «bater à porta», a pedir ajuda a uma comunidade da qual também fazemos parte? Países, Sr. Deputado, que estão muito mais próximos dos países ricos da Europa e que falam normalmente as línguas desses

países ricos da Europa; países cuja mão-de-obra é mais barata; países cuja legislação laboral é mais flexível, e países que, naturalmente, a partir do momento que acedam ao mercado comunitário, merecerão também um investimento preferencial desses países ricos da Europa. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, em contrapartida, têm neste canto da Europa um país periférico, um país mais pobre, um país onde não se investiu na formação, um país cujos salários são baixos mas que tem também uma legislação laboral muito rígida, o que faz naturalmente com que esse investimento preferencialmente se desloque daqui para outros países.

Portanto, Sr. Deputado Lino de Carvalho, pergunto-lhe: V. Ex.<sup>a</sup> está à espera de quê? Está à espera que este Governo nada faça? Está à espera que este Governo não mexa nas finanças públicas? Está à espera que este Governo deixe que as empresas portuguesas definhem cada vez mais, dia após dia, até ao seu desaparecimento, transformando este nosso país num país prestador de serviços, provavelmente para bem-estar de outros países mais ricos, onde provavelmente V. Ex.<sup>a</sup> também gostaria mais de viver?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, essa não é a nossa visão para Portugal. Não é isso que nós queremos, e certamente não é para isso que vamos trabalhar.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, em termos eleitorais, é verdade que o País quis uma mudança, muito por responsabilidade do Partido Socialista. Mas como já foi dito esta manhã pelo Secretário-Geral do meu partido, essa mudança não torna boas propostas más. Essa mudança não torna justos programas que se dirigem a agravar a situação social em Portugal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado vinha com algumas perguntas preparadas e por isso não ouviu o que eu disse! Eu não disse, Sr. Deputado, que o estado das finanças públicas que nos foi legado pelo Partido Socialista passou a ser um estado de exceléncia. Eu não disse nada disso! Pelo contrário, até sublinhei as críticas e as previsões que fizemos no debate do Orçamento do ano passado em relação ao desequilíbrio das contas públicas e em relação a um Orçamento do Estado para 2002, que foi um Orçamento claramente «martelado», como agora se está a verificar.

O que acusei o Governo foi de, sem desconhecer esse problema da responsabilidade do Partido Socialista, estar a dramatizar a situação encontrada para poder justificar as medidas de «aperto do cinto» à generalidade dos portugueses, que está a preparar, e para poder atingir o tal célebre défice zero que vocês e o Partido Socialista há muito defendem.

Quanto à política laboral e ao modelo de baixos salários, o que o Sr. Deputado diz é significativo. O que o Sr. Deputado diz é que, perante a desregulamentação da economia (a chamada globalização), o que se passa é a ten-

dência para que empresas se deslocalizem para países com um modelo de baixos salários. Então, a solução não é aumentar a produtividade das nossas empresas pelo lado da modernização tecnológica, pelo lado da melhoria da gestão, pelo lado do investimento, pelo lado da procura de novos mercados, pelo lado da procura de produtos com alto valor acrescentado e pelo lado da formação e da melhoria da remuneração dos nossos trabalhadores, que também são uma forma de albergar a base de consumo e a base da economia. Não! O que os senhores dizem é que, perante esta realidade, a resposta tem de ser baixar ainda mais os salários dos trabalhadores, criar ainda mais flexibilidade no mercado de trabalho em Portugal e reduzir as garantias dos direitos dos trabalhadores. Mas esse, Sr. Deputado, tem sido o modelo que a economia portuguesa tem tido, designadamente em zonas tradicionais como o Vale do Ave. E está aí a resposta: temos uma economia periférica, temos uma economia de baixo nível produtivo, temos uma economia com um sério desequilíbrio externo.

Esse não é o nosso caminho, Sr. Deputado. E, independentemente do combate a esse modelo de globalização, que não serve os interesses da coesão económica e social do mundo, a nossa aposta é numa orientação política que aposte não num modelo de baixos salários, de precariedade, de instabilidade e de sobreexploração do factor trabalho mas, sim, num aumento do investimento e da modernização tecnológica das empresas, na melhoria dos processos de gestão, num maior valor acrescentado para os seus produtos, na procura de novos mercados e no investimento produtivo do Estado. Essa é a nossa linha e não a linha de penalização dos trabalhadores.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: Ao iniciarmos o debate sobre o programa da Defesa Nacional, permitam-me um cumprimento ao novo Presidente da Assembleia da República, eleito pelos seus pares. Aqui reside a sede da soberania e, por isso, compreendam a vincada saudação do titular de um dos ministérios, onde quer os clássicos quer os modernos sabem que mais evidentemente se traça a fronteira da soberania.

Saudo também o Sr. Presidente cessante e, em geral, os Deputados da Nação. Aqui estive durante duas legislaturas, fiscalizando governos com que não concordava, e isso dá-me a noção exacta de que é perante vós e, através de vós, perante o povo que respondemos politicamente.

Há cuidados de forma que definem uma atitude. A vontade do Governo de respeitar o Parlamento é bem visível na orientação do Sr. Primeiro-Ministro: não fazer escolhas nem tomar decisões fundamentais antes de receber a investidura parlamentar.

É sabido que o meu antecessor deixou à nova maioria total liberdade, que agradecemos, na decisão sobre quem será, por exemplo, o Chefe de Estado-Maior da Armada. Quero que a Câmara saiba que foram o respeito por esta instituição e a consideração por este debate que nos levaram a só decidir quando formos verdadeiramente Governo, o que esperamos há-de suceder amanhã, quando recebemos a vossa confiança.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O Programa do Governo para a Defesa Nacional é tributário de uma prudência, de uma firmeza, de uma constante e de uma solidariedade.

A prudência é sobre o mundo em que vivemos. As ameaças estão demasiado dispersas, o que só as torna mais perigosas; as definições do inimigo abandonaram o terreno do político e não são poucos os que debatem hoje riscos de natureza civilizacional e a disseminação das tecnologias da guerra dá um amplo lugar ao imprevisível, e o imprevisível é, como VV. Ex.º sabem, o verdadeiro problema de quem se debruça ou se encarrega sobre questões de segurança externa e defesa nacional. Daqui se retira uma conclusão: não há paz sem defesa; não há segurança sem Forças Armadas.

Conhecemos a ladinha antimilitar, não a partilhamos. Sabemos bem que há certos pacifismos que são apenas a caricatura da ideia de paz, não os seguimos. Ingénuos são os povos que dissolvem os seus mecanismos de segurança, porque ficam indefesos. Um Estado que desvaloriza as suas Forças Armadas depressa perderá o direito a reclamar a condição de Estado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

De modo que, pela nossa parte, não podem restar dúvidas: Portugal precisa de uma boa política de defesa, adequada e moderna, é certo, mas, em todo o caso, uma defesa digna desse nome.

Quanto à firmeza, decorre das alianças que Portugal estabeleceu como condição para poder manter na ordem internacional uma comunidade de valores e uma afirmação de interesses. À Aliança Atlântica deve a Europa mais de meio século de paz, não estamos em situação de prescindir dela.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que temos é de defender o melhor que soubermos e pudermos o nosso papel e o nosso valor próprio, papel e valor que se definem pela geografia do Atlântico, pela influência da língua e pelo território onde a Europa começa. Assim, a fidelidade à NATO, o interesse pela maior capacidade de agir e de gerir situações de crise especificamente europeias e a continuidade dos nossos interesses permanentes de África até Timor terão de definir a matriz das opções da defesa nacional.

Os que continuam a não entender que a segurança de hoje é cooperativa e de parcerias podem, sem responsabilidades de Estado, dizer «não» a todas as alianças ou a qualquer projecto; são os novos representantes de uma autarquia que deixaria Portugal sem relevância externa e até sujeito apenas às suas debilidades internas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É este o momento para traduzir aqui, solenemente, o reconhecimento da comunidade nacional pelo excelente desempenho das forças portuguesas em missões que garantem a paz e previnem conflitos.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — São a linha da frente do nosso esforço nacional pela instituição militar, são o rosto da nossa bravura, são o símbolo da nossa dignidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Falei-vos também de constantes. Quero referir-me a esse facto, que é o destino de Portugal se ter forjado, tantas vezes, com a instituição militar. As Forças Armadas são um elemento estruturante da identidade nacional, em vários tempos e com diversas formas; o que, decerto, podemos dizer é que os nossos oito séculos de História não se explicariam, nem Portugal em si mesmo seria Estado e Nação sem contar com as Forças Armadas.

*Aplausos do CDS-PP.*

É este o momento para reconhecer o valor dos nossos combatentes. Orgulho-me de pertencer ao primeiro Governo que viu empossar um Secretário de Estado que, no título e na função é da Defesa, mas que o é também dos Antigos Combatentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A nossa lealdade para com os seus direitos é proporcional à dignidade com que cumpriram os seus deveres, ou seja, a nossa lealdade para com os antigos combatentes é total.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Enfim, o Programa é todo ele inspirado por esse valor que é patriótico: a solidariedade de todos num momento em que as contas públicas apresentam uma evidência assustadora. A ausência de rigor conduziria a pôr de quarentena a nossa credibilidade externa e a atrasar por muitas décadas o nosso desenvolvimento. A Defesa e as Forças Armadas participam da crise financeira, foram mesmo exauridas, às vezes até ao limite da sua dignidade, por essa mesma crise financeira.

*Vozes do PSD e do CDS-PP:* — Muito bem!

**O Orador:** — O nosso papel não é fazer orçamentos «faz-de-conta», não é comprometer missões por ausência de verdade e muito menos arriscar as missões de soberania por défice de sensibilidade. Isso sucedeu nos últimos anos, isso penalizou gravemente a instituição militar. É tempo de apurar a realidade financeira, de partir de uma base verdadeira. Seremos, porventura, mais modestos no pedir, mas seremos, certamente, mais exigentes no cumprir.

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados:** Definidas as linhas matriciais, é tempo de enunciar regras políticas de actuação, o que implica responder à pergunta: o que podemos nós, Governo de Portugal e instituições nacionais, oferecer à defesa nacional?

Em primeiro lugar, podemos oferecer estabilidade. Não creio que seja possível definir e manter uma boa política de defesa quando pelo Ministério passam cinco ministros em seis anos. Essa contingência no tempo de acção e no espaço de reflexão conduziu à ideia, reforçada, de que o poder político, porventura, não saberia com exactidão o que queria das Forças Armadas.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — E sendo verdade que nenhum dos meus antecessores é individualmente responsável por tamanha lista de sucessores, o certo é que, para mais numa relação com uma instituição definida pela hierarquia, a crise na autoridade instala a dúvida na obediência.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que propomos aos portugueses é um programa de legislatura. Será possível ouvir, conceber, decidir, fazer executar e ainda ver os primeiros resultados de uma política. Creio que as Forças Armadas precisam desta tranquilidade e isto também convoca as suas chefias e estruturas para o exercício da máxima sobriedade.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, podemos oferecer coesão. Não surpreendo ninguém se disser aqui que, no estado actual da nossa opinião pública, há dificuldade na compreensão sobre o serviço das Forças Armadas e também não surpreenderei ninguém se disser aqui que na instituição militar há, em contrapartida, incômodo com o défice de prestígio a que muitos actos e omissões a conduziram.

De modo que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, precisamos de todos para devolver coesão à política de defesa nacional. Portugal precisa de uma política de defesa que assente na coesão entre as instituições. É nossa firme intenção respeitar e aperfeiçoar o papel que o sistema reserva ao Comandante Supremo das Forças Armadas e é nossa declarada intenção valorizar o papel fiscalizador do Parlamento, que não merece ser submetido a factos consumados quando tratamos de política e ainda mais quando tratamos de uma política de Estado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos até mais longe. A política de defesa necessita, nos seus traços fundamentais, da coesão entre todos os atlantistas. Há nesta Câmara três partidos que defendem a participação de Portugal na NATO. Se esta é a convicção dos sociais democratas, dos socialistas e dos democratas cristãos, então, isso quer dizer que existe, felizmente, em Portugal um arco atlântico que nos obriga a todos a fazer consensos de Estado na política de defesa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Todos os que defendem o compromisso atlântico de Portugal são convocados, pela natureza das coisas, a evitar que a defesa nacional seja área de querela. E nosso firme propósito restabelecer esse arco atlântico como garante da solidez da política de defesa. As Forças Armadas precisam desta nossa vontade, precisam da vossa disponibilidade, precisam da responsabilidade de todos.

Em terceiro lugar, podemos oferecer lógica! Não faltam os que denunciam a ausência de coerência entre as várias componentes da política de defesa. Ora porque se preparam compras, sem definir antes os conceitos;...

**O Orador:** — ... ora porque se grita muito sobre o quê e, porém, se faz um enorme silêncio sobre o para quê; ora porque se desinveste em pessoal, o que até podia ser bom, mas não se investe em material, o que é certamente mau;...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... ora porque se rationalizam despesas, mas ficam intocadas as estruturas; ora porque se conjuga o ensino, mas não a saúde de militares; ora porque se pede estratégia, mas não se cuida de indústrias de defesa que são estratégicas.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — E é por isso que vos propomos um programa que, conceptual e legalmente, forneça um sistema lógico, perceptível, compatível e coerente às opções da defesa nacional. Proporemos, primeiro, a revisão do conceito estratégico nacional que responda ao que é o desígnio estratégico de Portugal, no século XXI.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — De imediato, adoptaremos um novo conceito estratégico militar que defina o que o Estado exige às suas Forças Armadas. Natural e consequentemente, teremos de rever o sistema de forças e a concepção do dispositivo. O tempo seguinte, apenas, no calendário, é um tempo paralelo no estudo das opções: reformar o Ministério, reformar o Estado-Maior General, reformar os ramos. Objectivo: fazer mais, em conjunto e optar decididamente pela eficiência. Teremos, por isso, de proceder a alterações na lei de defesa nacional e na lei de organização das Forças Armadas.

Sabendo o que somos, sabendo o que queremos, sabendo como operamos, poderemos discutir e decidir quais os equipamentos que compramos.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É este o percurso, um percurso que nos parece lógico: actualizando documentos que datam, na origem ou na última reforma importante, de 1982, de 1994 ou de 1998, iremos do conceito estratégico até à programação militar. Desejamos que estas ideias fiquem arrumadas até ao final do presente ano.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em quarto lugar, podemos oferecer equilíbrio. E, quando o digo, refiro-me à equação insólita, e a nosso ver muito injusta, em que se encontram as Forças Armadas. Na verdade, em época onde já todos reconhecem que o Estado não pode crescer mais, em tempo em que o Governo assume que a Administração deve emagrecer, temos o dever de recordar que, na última década, os efectivos militares baixaram de 72 000 para 47 000. É impressionante este esforço de rationalização! E tão impressionante que, ao contrário do que é fácil dizer na crítica fácil à instituição militar, os factos revelam que enquanto a Administração admite mais e mais funcionários as Forças Armadas reduziram mais e mais efectivos.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Ora, esta reforma do pessoal, até porque vamos a caminho da profissionalização, deve prosseguir. Mas não é demais insistir, agora, em que é tempo de modernizar também os materiais e os equipamentos. Na verdade, as missões das Forças Armadas, para aqueles que acreditam na instituição Forças Armadas, não suportariam por muito mais tempo equipamentos ultrapassados com materiais obsoletos. A operacionalidade das Forças Armadas é condição prática da sua dignidade.

O Programa do Governo faz o compromisso de, finalmente, travar o declínio da defesa como prioridade e de evitar mais evoluções negativas na previsão dos meios disponíveis. Compete-nos, agora, obter fortes ganhos de eficiência, o que significa romper, e romper decididamente, com a opacidade dos orçamentos, com a ausência de escrutínio rigoroso na sua execução, com a triplicação, não dos ramos, mas dos serviços,...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... com uma certa inércia, que compartimenta em demasia os ramos, os Estados-maiores, o Estado-Maior-General, a Secretaria Geral e o próprio gabinete ministerial, e ainda com uma gestão extremamente imprudente das indústrias na área da defesa.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O orçamento da defesa não pode continuar a ser gerido como se a instituição militar fosse mês sim, mês não, à casa de penhores. Faltando verba, lá se vende mais uma parcela do património. Não interessa saber se se vende bem, por bom preço, nas melhores condições legais ou no melhor ciclo económico. Vende-se, é tudo.

Percebemos as urgências, manteremos compromissos já assumidos, mas se há uma reforma estrutural que pode ajudar a defesa nacional é a gestão integrada, global e profissional do seu valiosos património.

*Aplausos do CDS-PP.*

Não hesitaremos um segundo neste caminho, que é o necessário!

**Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Deputados:** Regressemos à missão, porque nada é mais importante do que a missão!

A missão das Forças Armadas é servir Portugal. A nossa, a de todos nós é servir Portugal, servindo também as Forças Armadas!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se vários Srs. Deputados para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Segundo a ordem de inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Deputados, o tempo é escasso, pelo que serei breve nas observações e nas questões que irei colocar ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Permita-me, no entanto, que, antes, faça um pequeno comentário. Estava eu a pensar na natureza humana: como é possível a transfiguração a que assisti do Sr. Deputado Paulo Portas para o Sr. Ministro Paulo Portas? Neste

momento, assisti à intervenção de um Paulo Portas em *slow motion*... Mas assim será, são os imperativos da credibilidade pública!

*Risos do BE.*

**Sr. Ministro Paulo Portas:** aparentemente, a sua participação no Governo — dir-me-á se sim ou não —, um Governo que se diz de rigor orçamental, terá exigido para todas as pastas menos para aquela que tuteia esse mesmo rigor. E apesar da vaguedade do Programa na área da defesa, indica-se uma expansão da despesa pública, inclusivamente «levanta-se o véu» para a possibilidade de as Forças Armadas portuguesas participarem em mais teatros de operação do que aqueles que actualmente têm.

Gostaria de perguntar-lhe como é que é compatível com este período de «vacas magras», de «aperto ao cinto», de salvar um País que está «de tanga», como aqui já hoje foi afirmado, um programa de expansão da despesa pública na área da defesa, sem antes redimensionar as Forças Armadas, sem antes encontrar um modo de racionalização daquilo que seja a despesa pública nesta área, que não tem indução económica directa e que, como sabemos, fiscalmente não será também neutro.

Não entende o Bloco de Esquerda que quando se aumenta o IVA, quando se vão fazer cortes em áreas sociais, que, na expressão da Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, serão medidas violentíssimas, não haja a mesma ponderação em relação às Forças Armadas.

Nós não caímos na armadilha de discutir as Forças Armadas. Nem sequer conceitos geo-estratégicos procurou explanar! Não lhe conhecemos essas virtualidades, mas lá iremos, quando discutirmos o Conceito de Defesa Nacional e o objecto das missões das Forças Armadas portuguesas. Não é disso que se trata, mas sim dos compromissos do Governo da República e da política de defesa, como a expansão da despesa, sem que haja uma racionalização prévia, sem que haja um redimensionamento prévio; como pedir sacrifícios, por um lado, e como, por outro, deixar a «porta aberta» para uma política que não é de contenção de despesa. Socialmente, não é neutro e politicamente não é neutro, é uma escolha que está a ser feita.

Por outro lado, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional — isto já no plano dos princípios — resolva-me uma curiosidade. Eu sei que pode ser uma curiosidade algo mórbida, mas não deixa de ser uma curiosidade: como é que se compatibiliza o Sr. Ministro da Defesa Paulo Portas com uma Lei de Programação Militar que é urgente rever, segundo o Programa do Governo, com o Sr. Deputado Paulo Portas, que viabilizou, aqui, uma outra Lei de Programação Militar? Como é que isso se coaduna, no plano dos princípios?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que, como bem dito foi pela, ao tempo, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, fez-se uma operação em *leasing*, exportando para gerações futuras obrigações que deveriam ter outro tipo de incidência orçamental, e a um crédito superior àquele que se praticava no mercado.

Foi essa operação que o Sr. Ministro, ao tempo Deputado, viabilizou. E eu pergunto-lhe, pedindo-lhe indulgência para a minha curiosidade: como é que, agora, como

Ministro, compatibiliza esses dois tempos do seu percurso político?

*Aplausos do BE.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional pretende responder imediatamente?

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, já tinha saudades de o ouvir, e apesar de eu ter uma leitura em *slow motion* da política de defesa do Bloco de Esquerda, tanto quanto me recordo, julgo que o BE está, em relação às Forças Armadas, como em relação às polícias: quer as polícias desarmadas e deve entender que as Forças Armadas não fazem sentido.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Puro engano!

O Orador: — Tem, portanto, alguma dificuldade de percepção sobre a relevância para os interesses estratégicos de Portugal da protecção da instituição militar. E como também não concorda com as alianças externas que Portugal estabeleceu, tem alguma dificuldade em acompanhar o ritmo que é necessário ter quando se é aliado.

Dito isto, creio que o Sr. Deputado tinha a pergunta tão idealizada, para ver se fazia um confronto de personalidade, que nem sequer ouviu o meu discurso!

É que nós estabelecemos um sistema que é criticável, mas, pelo menos, é coerente, que assenta no seguinte: rever o Conceito Estratégico, que data de 1994, e tirar daí a consequência para um conceito militar; estabelecer o sistema de forças e o dispositivo; reformar o Ministério; reformar o Estado-Maior-General; reformar os ramos; e então, sim, fazer a revisão da Lei de Programação Militar. Este é um sistema lógico que começa por lhe responder o que é que queremos das Forças Armadas e que acaba por lhe responder à pergunta «de que meios precisam as Forças Armadas para cumprirem as missões que lhes estão definidas a partir do momento em que nós definirmos o que queremos das Forças Armadas». Por isso, dizemos que este é um sistema lógico.

Verá, portanto, quando entregarmos os documentos legais, como é perfeitamente possível conciliar aquilo que o Sr. Deputado julga serem contradições. Nos dois partidos que formam esta coligação há uma lealdade às Forças Armadas que vem desde a respectiva fundação. Portanto, não tenha essa dificuldade, que nós também não teremos.

Com certeza — disse-lho há pouco —, as Forças Armadas participam da crise financeira! A instituição militar bem sabe o que é a crise financeira! Foi exaurida em certos momentos até ao limite da sua dignidade! E nós não queremos que se repita aquilo que aconteceu no último ano, porque prejudicou gravemente a credibilidade externa de Portugal.

Não sei se o Sr. Deputado Luís Fazenda leu os jornais estrangeiros que todos nós lemos quando se verificou uma certa crise na Armada. Mas creio que, na sua consciência de português, certamente não pode ficar satisfeito quando a imprensa estrangeira usa de zombaria para com a nossa instituição militar. Portanto, a função do Governo de Por-

tugal é a de a proteger, dignificar, reformar e a de a adequar a um País que pensa a sua defesa para o século XXI.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, a sua intervenção é como o Programa do Governo na área da defesa nacional — é previsível.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Ainda bem!

O Orador: — Só que a sua intervenção falou muito quanto aos fins, pouco dos princípios e disse rigorosamente nada quanto aos meios. E há um problema que gostaria de ver respondido e que tem que ver com a Lei de Programação Militar.

Diz o Sr. Ministro que a reformulação dos documentos conceptuais, onde se inclui a Lei de Programação Militar, e que está inscrito no Programa do Governo, será precedida da definição do Conceito Estratégico — acabou de o dizer —, de reformulações em matéria organizativa e que, depois, se tratará da questão do equipamento.

Ora bem, isso leva-nos a pensar, designadamente, que a revisão da Lei de Programação Militar ficará para as calendas, para o fim da Legislatura. Acontece que 2002 — o ano em que estamos — é um ano de revisão da Lei de Programação Militar e, como presumo que o Sr. Ministro não terá tempo para fazer tudo isso que anunciou durante os meses que faltam para terminar o ano de 2002, a pergunta que se segue é a seguinte: o que é que vai fazer relativamente à revisão da Lei de Programação Militar, que o CDS-PP viabilizou há poucos meses e relativamente à qual o PSD votou contra, por estar em desacordo com o modelo de financiamento, precisamente com a aquisição de equipamentos, dos submarinos?

O Sr. Ministro vai dar andamento à Lei de Programação Militar tal como está, isto é, tal como o Sr. Ministro, na altura Deputado, aprovou, ou vai dar razão ao PSD e avançará rapidamente com a sua revisão, como o PSD gostaria que tivesse sido feita?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso já foi respondido!

O Orador: — Os senhores não estavam de acordo há poucos meses, pelo que gostava de saber se já estão de acordo e quem é que mudou de opinião.

Em segundo lugar, tomámos hoje conhecimento, pela comunicação social, de que o Sr. Ministro tomou a decisão de suspender um conjunto de despachos assinados pelo seu antecessor num dos últimos dias de funções, designadamente os que extinguiam as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento das Forças Armadas e a Manutenção Militar. Quero dizer-lhe que, na nossa opinião, fez bem em suspender esses despachos. Contudo, a questão que se coloca é a de saber o que é que o Sr. Ministro pensa relativamente ao futuro das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e da Manutenção Militar, porque estamos a falar de 2000 trabalhadores que, neste momento, têm uma grande incerteza, como se comprehende, relativamente ao seu futuro.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, esses trabalhadores e o País exigem saber qual é a opinião que o Sr. Ministro da Defesa Nacional tem relativamente ao futuro dos estabelecimento fabris das Forças Armadas.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Para concluir, Sr. Ministro, gostaríamos também de saber qual é a sua opinião relativamente a uma outra matéria, sobre a qual tomou a decisão de suspender um despacho do seu antecessor, que é a universidade das Forças Armadas, e qual é o seu pensamento relativamente à questão dos tribunais militares.

A revisão constitucional de 1997 determinou a extinção dos tribunais militares em tempo de paz, mas o anterior governo não o fez, como deveria ter feito, pelo que gostaria de saber se é desta vez que vai ser cumprida a Constituição nessa matéria.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

**O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, que o programa da defesa nacional do Governo seja previsível parece-me natural, mas devo dizer-lhe também que o seu partido é que está a tornar-se um bocadinho imprevisível, ao contrário do que era costume,...

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — O Sr. Primeiro-Ministro não disse isso! Outra divergência!

**O Orador:** — ... para poder dizer-lhe o seguinte: não ouviu bem o meu discurso.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Ouvi!

**O Orador:** — Pode é achar que é não possível, porque o sistema lógico que nós definimos encerra com um projecto de calendário que visa que, até ao final do ano, o essencial destas ideias e a sua repercussão em documentos legais esteja arrumado.

Este ano é, como sabe, o ano legal da revisão da Lei de Programação Militar, portanto,...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Portanto, está feito!

**O Orador:** — ... Sr. Deputado António Filipe, por muito que isso lhe desse algum prazer, não vai encontrar problema, porque esse não é problema.

Quero ainda dizer-lhe que, na verdade, suspendi os Despachos n.º 4530, 6817, 7029, 7030 e 7786 do meu antecessor.

Tenho, como é sabido, pelo Dr. Rui Pena a maior consideração pessoal e não me esquecerei que o seu patriotismo foi absolutamente decisivo para se encontrar uma solução em relação aos antigos combatentes. Contudo, como há-de imaginar, um Governo recentemente empossado pelo Presidente da República, que está à procura da sua investidura parlamentar, tem de manter, guardar e dispor de uma liberdade de acção, que, no caso da defesa nacional, se refere a matérias tão ou tão pouco importantes como o sistema de ensino militar, o sistema de saúde militar, as tecnologias de comunicação militares,

as indústrias de defesa e estratégicas na área militar. E, tendo o anterior ministro, com toda a liberdade, publicado despachos que definiam a sua orientação nessas matérias, o Governo não mais fez do que devolver a si próprio uma liberdade de ouvir, pensar e decidir as políticas que dizem respeito a estes temas, que são especialmente sensíveis para o futuro das Forças Armadas.

Trata-se, portanto, de proteger a liberdade de um novo Governo para tomar decisões fundamentais, não se trata de um acto de hostilidade correctiva de qualquer membro do anterior governo nessa matéria.

Mas, com toda a franqueza, Sr. Deputado António Filipe, digo-lhe o seguinte: há quase 10 anos que são feitos avisos muito sérios quanto ao estado de atraso, do ponto de vista funcional,...

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Há 10 anos, não há 5 anos!

**O Orador:** — ... quanto ao estado de endividamento que atingiram várias empresas na área da defesa. Esses avisos foram feitos por estruturas credíveis, por instituições financeiras. Fizeram-se alguns programas de redução de pessoal...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Termino já, Sr. Presidente.

Dizia eu que se fizeram alguns programas de redução de pessoal, e quando se tinham cumprido voltou o laxismo, voltou o gigantismo dessas empresas. Compete a este Governo, de acordo com critérios de racionalidade económica, que são inexoráveis, e também com sensibilidade social, poder encontrar soluções que outros não quiseram encontrar.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Costa.

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, o Sr. Deputado Miranda Calha colocar-lhe-á algumas questões sobre a política de defesa e eu — devo dizer-lhe desde já — não tomo propriamente a palavra para lhe dirigir uma pergunta, mas, sim, para o saudar em nome da minha bancada.

Para o saudar, desde logo, pelas funções que exerce e porque reconhecemos o mérito e a dedicação que empenhou para as obter.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas quero saudá-lo, sobretudo, pela postura de Estado com que aqui se apresentou e pelo discurso que aqui produziu, no sentido de estabelecer e manter um consenso nacional em torno da política de defesa nacional.

**O Sr. Luis Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sei que manifestou recentemente algum receio de que a bancada do PS retribuisse agora a rotura do consenso que marcou o *terminus* da legislatura anterior. Mas, o Sr. Ministro conhece o PS, nós não retaliá-

mos em questões que são sérias. A defesa nacional é séria, não é motivo de jogo político, portanto, da nossa parte, encontrará uma atitude correspondente à que aqui assumiu: manteremos, e trabalharemos para manter, o consenso em torno da política de defesa nacional e do nosso lado encontrará sempre todo o apoio que for necessário, a si e ao seu Governo, de forma a manter-se esse consenso, para o prestígio das Forças Armadas e para reforçar a capacidade de defesa nacional do País.

Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, esta é a nossa postura. Desejamos que mantenha, ao longo do seu mandato, a postura que aqui hoje assumiu.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, deseja responder?

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Muito brevemente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Costa, quero, em nome do Governo, porque esta política de defesa é de todo o Governo, agradecer a posição responsável e o sentido de Estado que manifestou de forma clara, porque as Forças Armadas e o interesse nacional precisam que aqueles que assumem a opção atlântica de Portugal sejam chamados a uma responsabilidade que é de todos pelas consequências internas dessa opção atlântica que é preciosa para Portugal.

Quero, portanto, em nome de todo o Governo, porque esta política é de todo o Governo, agradecer a sua intervenção.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, cabe-me, em meu nome pessoal e no da bancada social-democrata, saudá-lo e manifestar-lhe o nosso reconhecimento pela forma patriótica e empenhada como viabilizou um Governo de maioria para enfrentar os graves problemas que o País atravessa.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O discurso que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de produzir é mais uma prova da sua lucidez e perspicácia políticas. São atributos a que já nos tinha habituado ao longo da sua actividade como parlamentar ilustre e como líder partidário. Mas V. Ex.<sup>a</sup>, pela maneira como elaborou o Programa do Governo, e pelo discurso que acaba de produzir, acrescentou-lhe um novo aspecto, que é, para nós, de extrema relevância, que é o sentido de Estado.

Sr. Ministro, permita-me que o felicite por esta circunstância, que é deveras fundamental para o cabal desempenho das funções tão difíceis que lhe estão confiadas.

Já se falou, aqui, do Programa do Governo em matéria de defesa nacional. A impressão com que fico é a de que os Srs. Deputados da oposição não leram atentamente o Programa do Governo.

O Programa do Governo, antes de mais, está bem escrito, o que não é mérito de somenos importância; em segundo lugar, está bem sistematizado; em terceiro lugar, apresenta, pela primeira vez, uma visão global e integrada das questões de defesa nacional.

O Programa do Governo faz um diagnóstico correcto e adopta a terapêutica adequada, e agora, pelo esclarecimento que o Sr. Ministro deu ao Sr. Deputado Luis Fazenda, ficámos a saber que o método de actuação é lógico e correcto para as tarefas que o Governo tem pela frente.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> recebe uma herança muito pesada, uma herança que nós recordamos, não porque menosprezemos o consenso em matérias de defesa nacional, mas para que se saiba que este Governo assume as responsabilidades da governação numa conjuntura particularmente adversa também em matéria de defesa nacional. Os cortes sucessivos nos orçamentos de defesa puseram em causa a operacionalidade do nosso sistema de forças e fizeram perigar a afirmação da soberania portuguesa no Atlântico, a defesa da nossa zona económica exclusiva e as operações de busca e salvamento a que Portugal estava e está obrigado não só internamente mas também por convenções internacionais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de resumir a sua intervenção e de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, peço alguma tolerância da parte de V. Ex.<sup>a</sup> para concluir o meu pensamento.

O governo que acaba deixa-nos esta herança espantosa: navios atracados nas docas, aviões no chão, soldados com longas licenças; ausência de definição do Conceito Estratégico, coisa que, em seis anos, não foi capaz de apresentar a esta Câmara; ausência de adopção das medidas legislativas fundamentais. Esta é, de facto, uma pesada herança.

Terminei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com um voto e um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O voto é o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> recordou, há pouco, que, em legislatura e meia,....

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de concluir de facto, porque o tempo de que dispunha já foi ultrapassado em 50%.

O Orador: — Desculpe, Sr. Presidente, terminei já.

Em legislatura e meia tivemos cinco Ministros da Defesa, pelo que o meu voto é o de que este Governo só tenha, até ao fim da Legislatura, um Ministro da Defesa.

Por outro lado, gostaria que o Sr. Ministro, caso fosse possível, nos desse algum esclarecimento complementar sobre o modo como tenciona fazer a reestruturação das Forças Armadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Correia de Jesus, conhecemos-nos há muitos anos e, portanto, uma boa parte das palavras que me dirigiu são amigas, mas provavelmente não merecidas.

*Risos do PS.*

Quero dizer-lhe que, sendo uma das pessoas que, no Partido Social Democrata, trata há muitos anos destas questões de defesa, pude encontrar os seus pensamentos, e de outros, quando, com o Primeiro-Ministro, tivemos de elaborar o programa para a defesa nacional. E, se reparar, temos a preocupação de conseguir a motivação suficiente para cumprir a profissionalização das Forças Armadas mas temos também a preocupação de que o fim do serviço militar e a decisão da profissionalização não signifiquem uma ruptura do elo de coesão, do elo de ligação entre a juventude portuguesa e a instituição militar. Isso não seria bom nem para os jovens nem para os militares!

Portanto, estamos atentos à sua preocupação: num caso, temos de encontrar sistemas motivadores; noutro, temos de reforçar essa coesão.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Também para formular um pedido de esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, em primeiro lugar, também quero aproveitar a oportunidade para o saudar, aliás, assumiu aqui, com todo o corpo, essa sua missão em prol do Governo, e para o saudar precisamente pelo discurso que aqui trouxe, pelo sentido de Estado e pela sua convocatória para a existência de um consenso nacional a nível do desenvolvimento da política de Defesa Nacional. Penso que se trata de um contributo muito importante e que demonstra uma matriz diferente daquela que foi a prática política num passado recente, precisamente por parte do outro partido da coligação.

De qualquer modo, o enunciado que aqui foi feito sobre o conjunto dos objectivos parte, certamente, de um diagnóstico correcto, mas de um conjunto de intenções e de ideias cuja materialização, no futuro, vamos ter oportunidade de ver, como também vamos ver se se conseguirá desenvolver toda essa política de Defesa Nacional, que, nas suas intenções, tem uma base que me parece positiva.

Em todo o caso, quero deixar três questões ao Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Em primeiro lugar, no seu discurso, teve uma omissão total em relação à Europa. Quanto à construção da política externa e de segurança comum, ao contributo de Portugal em relação ao Headline Goal e às forças para missões de paz a nível da Europa, o Sr. Ministro foi claramente omisso. Ou seja, o Sr. Ministro preocupou-se, certamente, com o seu vector eminentemente atlantista, mas esqueceu-se — talvez tenha sido um deslize — da nossa presença e do nosso contributo em termos de política externa e de defesa da Europa e do Headline Goal, isto é, da construção das forças de missão de paz na Europa.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro fez um elogio muito forte às Forças Armadas. Nós partilhamos dessa mesma sensibilidade em relação àquele que tem sido o desenvolvimento, o trabalho e a dedicação ao País por parte das nossas Forças Armadas, mas, ainda há dias, ouvimos dizer, por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu Governo, que vamos retirar forças de alguns teatros de conflito que existem na Europa. Não sei o que isto significa, não sei se isto foi feito ou pensado pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional ou pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas o que é facto é que não sabemos, concretamente, qual é a opção que se está a tomar, a

nível dos compromissos internacionais, em relação à presença das Forças Armadas portuguesas nesses conflitos. Portanto, Sr. Ministro, confirma ou não essa retirada anunciada pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, que também está aqui presente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, pelo que lhe peço para concluir.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

A terceira e última questão tem a ver com o reequipamento das Forças Armadas.

A este propósito, houve muitas intenções, mas, há bem poucos meses atrás, o Sr. Ministro, então Deputado, falou aqui sobre a necessidade urgente e imperiosa de reequipamento das Forças Armadas. E, por isso, aprovou uma legislação de programação militar, no sentido de se dar sequência imediata a essa matéria. Bem! Essa legislação está em vigor (este é o ano da sua revisão), o que não comprehendo, pelo que gostava de um esclarecimento seu, é que o Sr. Ministro diga que é preciso actuar imediatamente esse reequipamento e vá, depois — aliás, estudou bem a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas —, no sentido de desfazer essa coerência. Isto é, em primeiro lugar estão as grandes opções do conceito estratégico de Defesa Nacional, que terão de vir aqui, à Assembleia, depois elaborará o conceito estratégico de Defesa Nacional, depois elaborará o conceito estratégico militar, depois as missões e só depois o dispositivo. Ou seja, Sr. Ministro, penso que já não será este ano que vamos ter, com a tal urgência, o reequipamento das Forças Armadas que V. Ex.<sup>a</sup> defendia há algum tempo atrás neste Hemiciclo, sentado na bancada do CDS-PP, dizendo que era imperioso, que era urgente e que, no mínimo, aprovava a legislação, então, em apreciação, porque era fundamental para reequipar rapidamente as nossas Forças Armadas.

Por isso, Sr. Ministro, gostava de obter as suas confirmações e informações sobre aqueles que são os seus objectivos a nível da política de Defesa Nacional.

Apresento-lhe, mais uma vez, a minha saudação pela sua intervenção.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miranda Calha, começo por corrigir uma afirmação sua, nos termos da qual eu não me teria referido às questões da Defesa no plano europeu. Não é verdade! Disse exactamente que as opções matriciais da política de Defesa têm de ter em conta o nosso sistema de alianças externas e os nossos interesses permanentes. E, depois, citei a Aliança Atlântica, o seguir com interesse e empenhamento a capacidade da Europa para agir e gerir melhor situações de conflito no próprio continente europeu, que é uma aspiração que me parece comum a muitas forças europeias, mesmo com diferentes graus nesse europeísmo, e referi-me também à persistência de interesses especificamente portugueses para lá do quadro da Aliança Atlântica e da União Europeia.

Por outro lado, quero também dizer alguma coisa sobre uma questão importante em que tocou, pretendendo fazer uma leve cizânia entre membros do Governo.

Vozes do PS: — Não!

**O Orador:** — Sr. Deputado, está dispensado, porque ela não existe! E vou dizer-lhe qual é a preocupação de todos nós, que, presumo, também há-de ser partilhada por vós.

Portugal, numa situação financeira difícil, com meios que são exigüos, ciente da importância que isso tem para o seu prestígio externo, tem de escolher bem as missões internacionais em que está representado. Ora, neste momento, dou-lhe apenas dois dados objectivos: Portugal, em forças para operações de paz, sob a égide das Nações Unidas, é o décimo país contribuinte entre os membros das Nações Unidas e é o primeiro contribuinte da União Europeia.

**Vozes do PS:** — Exactamente!

**O Orador:** — Não façam já um coro tão fácil! É que a verdade é que o sistema de financiamento destas missões, que o Governo anterior legou, não é um sistema nem claro nem operativo, é mesmo dever de reserva de Estado não detalharmos, pelo menos aqui, no Plenário, as circunstâncias em que, muitas vezes, temos de manter essa representação para prestigiar Portugal.

O que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros disse, e bem, como eu próprio digo, é que também nas missões internacionais é preciso escolher, escolher o que é importante para Portugal e defender, sem qualquer falha, essa mesma representação nessas missões, e não necessariamente em todas mas naquelas que são importantes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, ouvi, com muita atenção, a sua explicação veemente sobre aqueles que são os propósitos do seu Ministério e da missão que tão apaixonadamente abraçou, mas, Sr. Ministro, e independentemente de já ter sido sublinhado que há diferenças de pontos de vista do Governo sobre o papel das Forças Armadas ou o aumento da despesa com a Defesa, convirá que há, seguramente, uma questão relativamente à qual os portugueses se interrogarão.

Muitos portugueses compreenderam, provavelmente, quando o Sr. Primeiro-Ministro, então candidato do PSD, disse que não avançaria com alguns projectos enquanto, por exemplo, não houvesse condições para aumentar as reformas dos pensionistas, que são baixíssimas. E, como compreenderá, muitas dessas pessoas não partilham do seu pensamento — é natural que o pensamento não seja único — e do seu entusiasmo em relação ao aumento das despesas militares.

Assim, muitas pessoas se interrogarão perante o seguinte: havendo dificuldades económicas, havendo constrangimentos, havendo um apelo, aliás, da vossa parte, em relação à gravidade da situação nacional, como é que a despesa em matéria de Defesa Nacional pode aumentar?!

Ora, como a resposta clara aos cidadãos é algo que o Governo está, seguramente, interessado em dar, pergunte-lhe, Sr. Ministro, um pouco como o Sr. Primeiro-Ministro fez esta manhã: quantas escolas admite que ficarão por construir para que a Defesa Nacional possa ter mais meios, quantos centros de saúde ficarão adiados, quantas casas para mulheres vítimas de violência terão ainda de esperar mais para que a Defesa possa ser uma

prioridade em termos de aumento de investimento, como o Governo propõe?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, antes de lhe dar a palavra para responder, dou-lhe conta da insatisfação do Sr. Deputado Miranda Calha por não ter visto respondida a sua pergunta sobre a Lei de Programação Militar. Não sei se a omissão foi ou não intencional...

**O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional:** — Não, não!

**O Sr. Presidente:** — De qualquer modo, se for necessário, dar-lhe-ei tempo para poder responder ao Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional:** — Sr. Presidente, se me permitir, corrijo já essa situação, em 10 segundos.

Sr. Deputado Miranda Calha, não julgue que este Governo tem o passo de caracol que tiveram os governos socialistas em relação a diplomas fundamentais. É possível pensar, ouvir, conceber e trazer a esta Assembleia propostas que mereçam consenso em tempo útil, e definir o prazo desse calendário.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, temos realmente uma divergência. Não sei o que o Partido Ecologista «Os Verdes» pensa sobre a Defesa Nacional, mas deve ser algo parecido com o que pensa o Bloco de Esquerda, isto é, ou não é necessária ou não é prioritária.

Damos outro valor à Defesa Nacional, outro valor à identidade nacional, outro valor à instituição militar, outro valor aos valores que Forças Armadas dignas e racionalizadas têm para Portugal, Estado-Nação perfeito há mais de oito séculos. É uma divergência ideológica; nada mais natural em democracia!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

**O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: O CDS-PP é parte integrante da maioria de mudança e do XV Governo Constitucional e, naturalmente, apoia e votará favoravelmente o seu Programa. Fazemo-lo não apenas por esta razão institucional mas por estarmos sinceramente convencidos de que se trata de um bom Programa, adequado ao momento em que vivemos e que é o melhor para o nosso país.

A situação que este Governo herda é difícil, por isso o País pediu a mudança e quis que o meu partido fosse também parte activa deste processo.

O ponto de partida é uma crise de Estado, que se reflecte, por exemplo, com a existência de dúvidas sobre as Forças Armadas, as quais não podem recolher apenas o prestígio e o reconhecimento internacionais pelo que fizeram na Bósnia ou em Timor-Leste, onde as nossas Forças Armadas e de segurança contribuíram para o clima que vai permitir que no próximo dia 20 todos celebremos a concretização de um bom sonho, o da independência nacional de Timor-Leste.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Deixemos este intervalo sobre Timor e voltemos à análise da crise, que se traduz também na degradação da situação de segurança na rua e nas escolas. Tudo isto resulta, em grande parte, de um Estado laxista, que parece atender melhor quem fala mais alto do que quem tem razão.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Este Governo herda um Estado despesista com um elevado défice. Os indicadores indiscutíveis são péssimos, são graves, e mesmo que se venham a revelar menos maus do que tudo leva a acreditar que sejam não é por isso que passarão a ser bons e que o laxismo e o despesismo poderão vir a ser branqueados, como hoje algumas intervenções na Assembleia pareceram querer fazer.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O País vive com a sensação de que patina, de que não avança, o que afecta a auto-estima dos portugueses, porque querem convergir com a Europa avançada, e não divergir dela, convergindo com aqueles países que «batem à porta da Europa», vindos de Leste.

Estamos, pois, de acordo com as quatro grandes linhas de força que nos são propostas neste Programa do Governo, a saber: com a necessidade de fazer emergir um Estado com autoridade, moderno e eficaz; com a necessidade de sanear as finanças públicas e de desenvolver a economia; com a urgência de investir na qualificação dos portugueses e de reforçar a justiça social e de garantir, sobretudo, a igualdade de oportunidades.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Permito-me salientar alguns aspectos do Programa. Em primeiro lugar, a necessidade, que penso que é reconhecida por todos os grupos parlamentares, de sanear as contas do Estado, de «pôr ordem na casa». Começar por ser austero e exigente na composição e modo de funcionamento do próprio Governo, deixem-me que vos diga, parece-me um bom princípio e uma boa maneira de começar.

Como também nos parece ser um bom princípio e uma boa prática extinguir rapidamente serviços duplicados e institutos criados exclusivamente para contornar a dificuldade em pagar melhor aos funcionários públicos, os quais servem apenas para tornar a máquina do Estado, aos olhos dos cidadãos, uma nebulosa tentacular.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Equilibrar as finanças tem de começar por cima e as economias terão de prolongar-se no aumento das receitas, pelo combate à fraude e à evasão fiscais — permitam-me que vos diga que neste campo há muito onde ir buscar receitas.

Sem sanar as contas públicas não será possível tomar medidas de encorajamento à poupança, ao investimento, ao reforço de capitais próprios e à solidez das empresas. Nós, Portugal, só vamos onde queremos ir com empresas a dirigirem a nossa economia e, sobretudo, se tivermos boas empresas.

*Aplausos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.*

É por isso que, nos que diz respeito à nossa economia, é essencial que a produtividade e a competitividade venham a ser aumentadas.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os processos de aumento da produtividade e da competitividade não são processos rápidos, começam na escola, prolongam-se por medidas de flexibilização laboral, passam pelo apoio às empresas para que possam modernizar-se e saibam envolver-se permanentemente em acções de investigação e de desenvolvimento. Passa, inclusive, por haver transportes que coloquem os nossos produtos rapidamente e em condições económicas nos mercados.

O melhor, em toda esta matéria, é deixar de teorizar e começar a tomar opções. O nosso futuro colectivo está indissociavelmente ligado ao que for realizado na qualidade da educação e da formação. Pelo sistema educativo passam a afirmação cívica dos portugueses e a qualificação dos recursos humanos. Por isso, apoiamos, sem reservas, a introdução de uma cultura de avaliação das instituições, dos docentes, dos funcionários e dos alunos, cultura esta de avaliação com consequências e um maior equilíbrio entre as organizações pública, social e privada.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O rigor na aplicação dos recursos, que desejamos, leva-nos a apoiar com particular entusiasmo as medidas que visam reduzir o exagerado número de docentes sem carga lectiva atribuída e o excessivo número de destacamentos e requisições, boa parte dos quais com carga iminentemente corporativa.

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — No que se refere à saúde, o Programa contém uma ideia que nos é muito cara, que é a de evolução do Serviço Nacional de Saúde, mais administrativo do que o serviço de saúde actualmente, para um verdadeiro sistema nacional de saúde, onde o Serviço Nacional de Saúde seja a trave-mestra. Hoje de manhã, foi afirmado neste debate que esta evolução do Serviço Nacional de Saúde para sistema nacional de saúde será, provavelmente, a única maneira de salvar o Serviço Nacional de Saúde, que dá sintomas de gangrena acelerada, afirmação com a qual concordamos inteiramente.

No que toca à segurança social, os diagnósticos estão todos feitos, falta apenas decidir. Por isso, concordamos em disponibilizar mais Estado para as situações de acrescida dificuldade social, promovendo o desenvolvimento articulado dos diferentes pilares (o público, o empresarial, o familiar e o individual) da segurança social e concedendo a absoluta prioridade ao aumento das pensões, mínima e social, de forma convergente com o salário mínimo nacional líquido.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Aplaudimos também a nova filosofia relativa ao rendimento mínimo garantido, e sobre isto muito tem sido dito. Pessoalmente, considero que o rendimento mínimo garantido é uma ideia generosa e indispensável, mas foi de

aplicação desastrosa e perniciosa, porque sobretudo retirou o estímulo àqueles que querem trabalhar e àqueles que pretendem resolver por mérito próprio.

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, nesta pequena leitura transversal sobre o Programa do Governo, vou fazer uma rápida referência à política de transportes e de obras públicas.

Parece-nos muito bem incrementar os parâmetros de conservação e de segurança, como vem referido no Programa.

O País, desde há muitas décadas, desde os tempos anteriores ao 25 de Abril, e mesmo posteriormente ao 25 de Abril esta foi uma das questões que continuou a persistir, celebra a liturgia da obra nova, da fita, da inauguração, da necessidade de comparar o que um governo é capaz de fazer de obra nova com o que os outros fizeram.

É preciso, na nova economia e na nova disciplina de aplicação dos recursos, habituarmo-nos a conservar bem, a reabilitar e a requalificar com ambição, mas com inteligência, e só esgotadas as possibilidades de conservar, de reabilitar ou de requalificar lançarmos mão à obra nova. Porque, em matéria de obras novas, tivemos uma pródiga inflação de promessas, saudamos a decisão de manter a opção pela localização do aeroporto na Ota, mas adiá-la, de colocar a terceira ponte sobre o Tejo na calendarização adequada.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Para as calendas!

**O Orador:** — Calendas helénicas!

*Risos do CDS-PP e do PSD.*

Esperamos, no que diz respeito ao sistema ferroviário, que o Governo nos tire do autêntico labirinto de planos, projectos e de propostas que existem e nos apresente em Setembro ou em Outubro, conforme está prometido, uma proposta simples e clara de como, em princípio, devem ser as soluções ferroviárias.

Estas são algumas das razões por que apoiamos o Governo e vamos votar favoravelmente o seu Programa. Pensamos que é um bom Programa, e, mais, revemo-nos nele. Agora, é preciso que o Programa passe da fórmula à prática, é o mais difícil, mas é o mais estimulante. Que não

falte a este Governo a coragem de o aplicar, para que dele não se possa dizer o que de outros governos já se disse: na prática, a teoria é outra.

Acreditamos que este Governo vai servir Portugal, e vai fazê-lo por quatro anos!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar amanhã, às 10 horas, com a possibilidade de prosseguir às 15 horas, e terá como ordem do dia a conclusão do debate do Programa do XV Governo Constitucional e, no final, a votação das moções de rejeição já apresentadas e da moção de confiança anunciada a apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 5 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

António Paulo Martins Pereira Coelho  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Pedro Filipe dos Santos Alves

**Partido Socialista (PS):**

Fausto de Sousa Correia

**Partido Popular (CDS-PP):**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco  
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

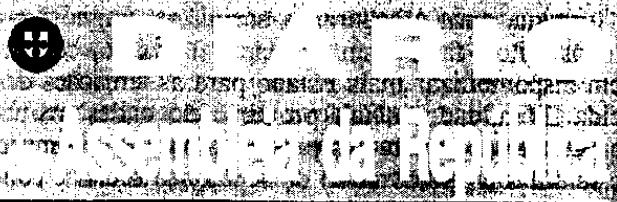
**Partido Social Democrata (PSD):**

Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos

**Partido Socialista (PS):**

Manuel Alegre de Melo Duarte

**A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.**



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)**

€ 3,20